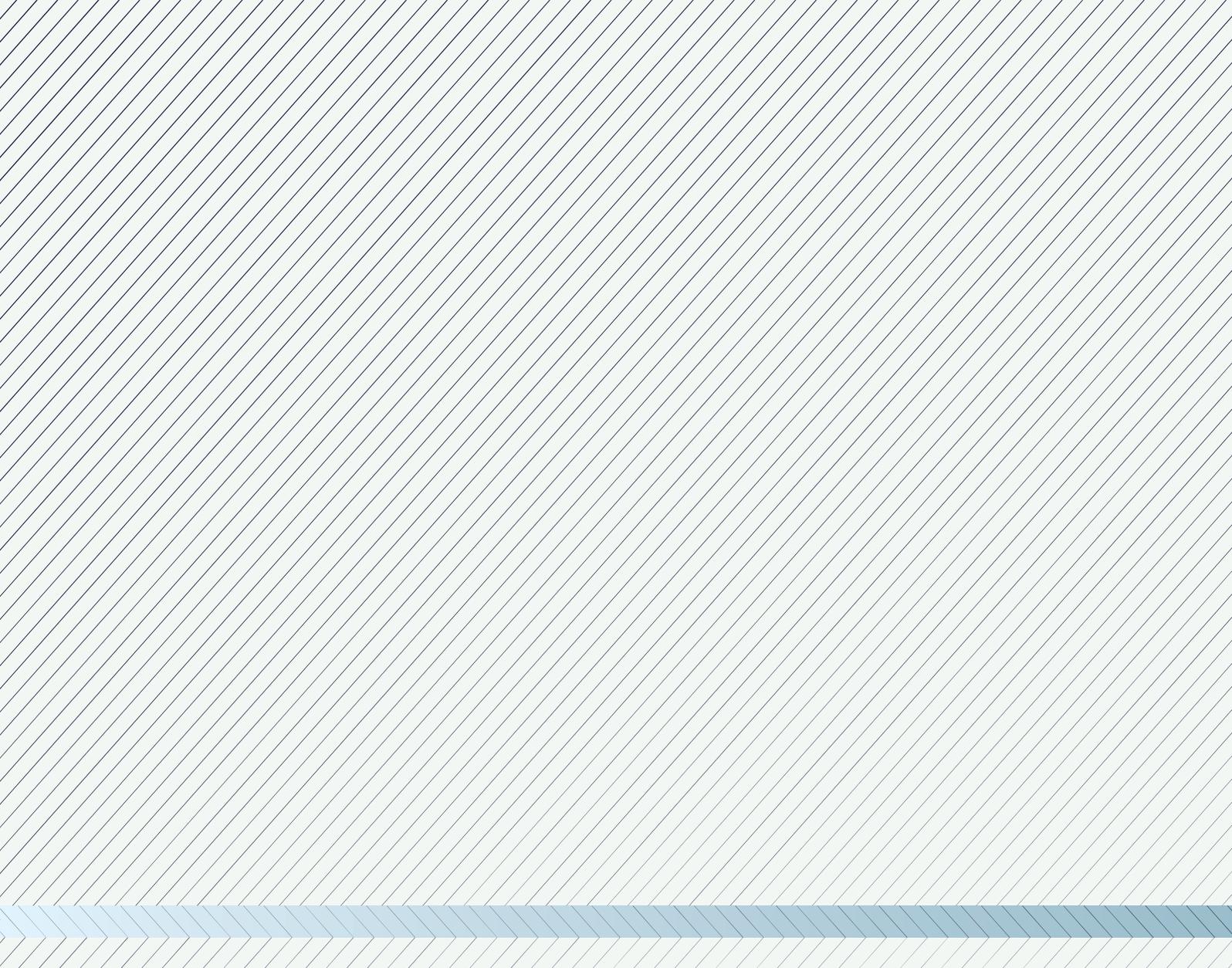




IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves

2017

**PERFIL DA POBREZA
NO ESPÍRITO SANTO:
FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADÚNICO 2016**



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN

PERFIL DA POBREZA NO ESPÍRITO SANTO: FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADÚNICO 2016

Vitória, maio 2017

Instituto Jones dos Santos Neves
Perfil da pobreza no Espírito Santo: famílias
inscritas no CadÚnico 2016. Vitória, ES, 2017.

87p. : il.

1.Pobreza. 2.Renda. 3.Família. 4.Domicílios.
5.Educação. 6.Mercado de Trabalho. 7.CadÚnico.
8.Mapas. 9.Espírito Santo (Estado). I.Título.

GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Paulo César Hartung Gomes

VICE-GOVERNADOR

César Roberto Colnago

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO

Regis Mattos Teixeira

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

DIRETORA PRESIDENTE

Andrezza Rosalém Vieira

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS

Ana Carolina Giuberti

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Andréa Figueiredo Nascimento

COORDENAÇÃO DE ESTUDOS SOCIAIS

Sandra Mara Pereira

Equipe Técnica

Características Gerais e Renda

Marlon Neves Bertolani

Domicílios

Marlon Neves Bertolani

Educação

Marlon Neves Bertolani

Mercado de Trabalho

Antônio Ricardo Freislebem da Rocha

Índice de Gestão Descentralizada Municipal – IGDM

Marlon Neves Bertolani

Índice de Desenvolvimento da Família – IDF

Marlon Neves Bertolani

Participação

Elaine Duarte de Athayde

Leonardo Rangel Nascimento Miranda

COLABORAÇÃO

**Secretaria Estadual de Trabalho,
Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES)**

BIBLIOTECÁRIA

Andrezza Ferreira Tovar

EDITORAÇÃO

Arthur Ceruti Quintanilha



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	07
CARACTERÍSTICAS GERAIS E RENDA	09
Famílias inscritas	10
Responsável pela família	11
Renda média domiciliar <i>per capita</i>	12
Taxa de pobreza e de extrema pobreza com base no CadÚnico	13
Hiato de pobreza e de extrema pobreza e volume de recursos anual para erradicar a pobreza e a extrema pobreza com base no CadÚnico, 12/2016	14
DOMICÍLIOS	26
Situação do domicílio	27
Espécie de domicílio	28
Tipo de material usado na construção das paredes do domicílio	29
Coleta de lixo	30
Esgotamento sanitário	32
Iluminação	34
Abastecimento de água	35
Água canalizada	37
EDUCAÇÃO	38
Taxa de Analfabetismo	39
Escolaridade	41
Média de anos de estudo da população de 25 anos ou mais	42
Educação Básica	44
Educação Infantil (0 a 3 anos)	46
Educação Infantil (4 e 5 anos)	47
Rede escolar	48
Educação inclusiva	49
MERCADO DE TRABALHO	50
População em idade ativa (PIA)	51
Distribuição da população em idade ativa ocupada, por gênero	53
População em idade ativa ocupada por setor formal e informal	54
Situação dos jovens no mercado de trabalho	56
Trabalho Infantil na família	57
Rendimento do trabalho	59
Mercado de trabalho e escolaridade	61
ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA MUNICIPAL (IGD-M)	63
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA FAMÍLIA (IDF) COM BASE NO CADÚNICO	68
ANEXOS	76

Lista de Mapas

- Mapa 01 – Taxa de pobreza da população do Espírito Santo inscrita no CadÚnico por Microrregião, 2016
- Mapa 02 – Taxa de pobreza da população do Espírito Santo inscrita no CadÚnico por município, 2016
- Mapa 03 – Taxa de extrema pobreza da população do Espírito Santo inscrita no CadÚnico por Microrregião, 2016
- Mapa 04 – Taxa de extrema pobreza da população do Espírito Santo inscrita no CadÚnico por município, 2016
- Mapa 05 – Hiato de pobreza da população do Espírito Santo inscrita no CadÚnico por Microrregião, 2016
- Mapa 06 – Hiato de pobreza da população do Espírito Santo inscrita no CadÚnico por Município, 2016
- Mapa 07 – Hiato de extrema pobreza da população do Espírito Santo inscrita no CadÚnico por Microrregião, 2016
- Mapa 08 – Hiato de extrema pobreza da população do Espírito Santo inscrita no CadÚnico por município, 2016
- Mapa 09 – Volume de recursos anual necessários para erradicar a pobreza por município, 2016
- Mapa 10 – Volume de recursos anual necessários para erradicar a extrema pobreza por município, 2016
- Mapa 11 – Percentual de famílias inscritas no CadÚnico com coleta inadequada de lixo por município, 2016
- Mapa 12 – Percentual de famílias inscritas no CadÚnico com esgotamento sanitário inadequado por município, 2016
- Mapa 13 – Percentual de famílias inscritas no CadÚnico com abastecimento de água inadequado por município, 2016
- Mapa 14 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais inscritas no CadÚnico por município, 2016
- Mapa 15 – Média de anos de estudo da população de 25 anos ou mais inscrita no CadÚnico por município, 2016
- Mapa 16 – Percentual de pessoas cadastradas no CadÚnico de 4 a 17 anos que não frequentam escola por município, 2016
- Mapa 17 – Percentual da população em Idade Ativa Ocupada (14 anos ou mais de idade) inscrita no CadÚnico por município, 2016
- Mapa 18 – Percentual da PIA inscrita no CadÚnico com ocupação informal por município, 2016
- Mapa 19 – Número de famílias inscritas no CadÚnico com Trabalho Infantil por Município, 2016
- Mapa 20 – Rendimento médio do trabalho da PIA inscrita no CadÚnico por Município, 2016
- Mapa 21 – Percentual da população de 25 anos ou mais de idade ocupada inscrita no CadÚnico que frequentou e concluiu Até o Ensino Fundamental, por município, 2016
- Mapa 22 – Índice de Gestão Descentralizada Municipal - julho de 2016
- Mapa 23 – Índice de desenvolvimento da família por município, 2016
- Mapa 24 – Índice de Desenvolvimento da Família por município, 2015
- Mapa 25 – IDF das famílias beneficiárias do bolsa família por município, 2016
- Mapa 26 – IDF das famílias beneficiárias do bolsa capixaba por município, 2016
- Mapa 27 – Divisão Regional do Espírito Santo: Microrregiões de Planejamento



APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

O Instituto Jones dos Santos Neves tem como missão prover e ampliar conhecimento econômico, social e territorial acerca do Espírito Santo realizando estudos e pesquisas, articulando redes de informação, subsidiando e avaliando as políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do Estado.

A publicação “Perfil da Pobreza no Espírito Santo: famílias inscritas no CadÚnico” destaca aspectos relevantes como pobreza, aspectos relacionados aos domicílios, educação e mercado de trabalho, além de indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Família - IDF e o Índice de Gestão Descentralizada Municipal – IGD-M, importantes ferramentas para aferir o desenvolvimento da família e a qualidade da gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

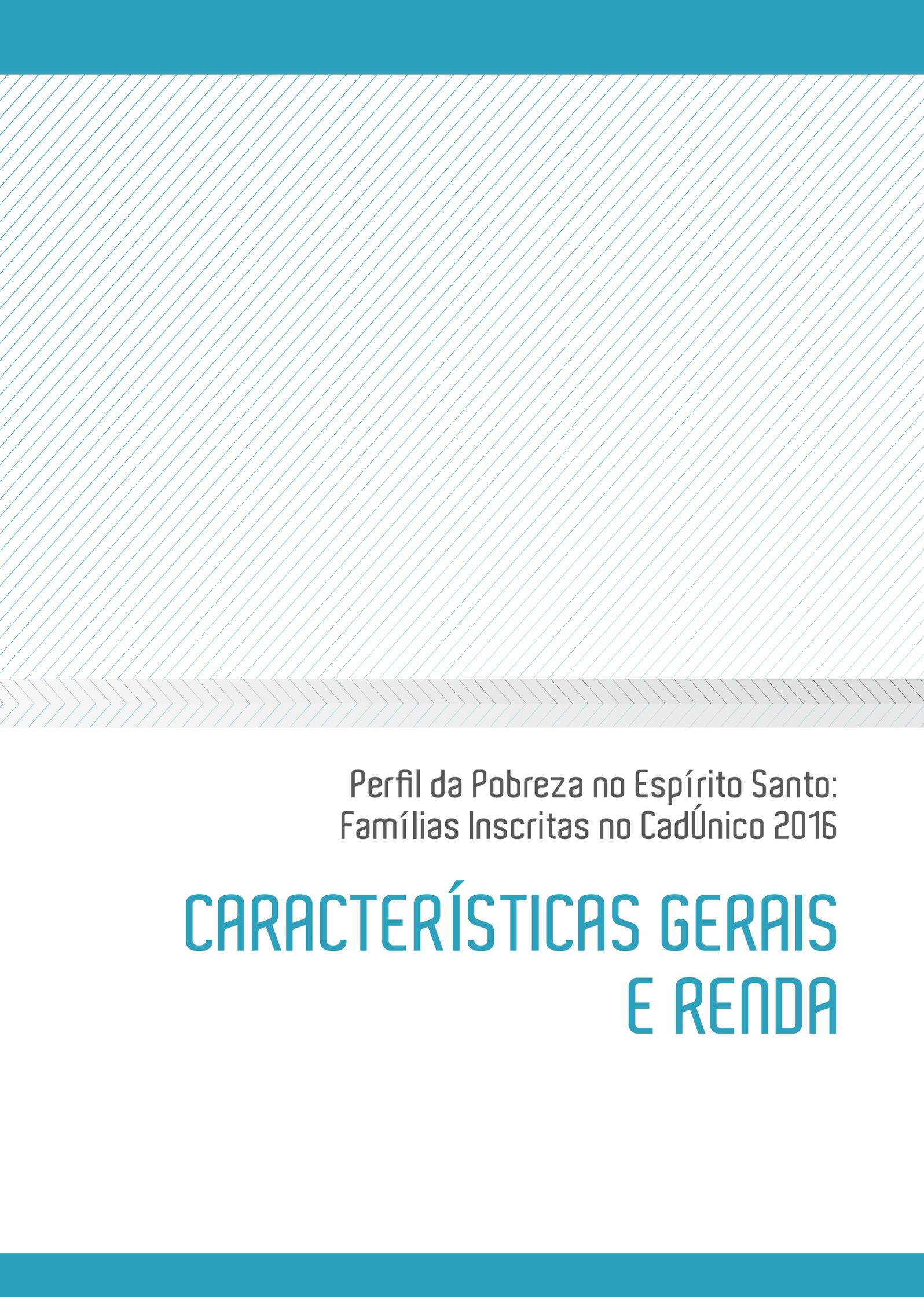
Os indicadores foram construídos com base nas informações contidas no Cadastro Único que subsidiam Programas Sociais do governo federal (CadÚnico, base: dezembro de 2016). Este Cadastro é um instrumento fundamental para a identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda e seleção de beneficiários de programas federais e estaduais.

Na elaboração do presente estudo, tendo em vista garantir a maior consistência das informações e análises, foram utilizados apenas os dados das famílias e pessoas que tiveram o seu cadastro atualizado entre os anos de 2014 e 2016, ou foram cadastradas nesse período.

Importante ressaltar que o acesso a esse Cadastro só foi possível a partir da parceria com a Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES). O Cadastro Único incorpora dados de famílias que tenham renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo ou renda familiar de até 03 salários mínimos. Não obstante, famílias com renda superior a meio salário mínimo *per capita* poderão ser incluídas no cadastro, desde que sua inclusão esteja vinculada à seleção ou ao acompanhamento de programas sociais implementados pela União, pelos estados ou pelos municípios.

O cadastramento de cada família caracterizada como pertencente à camada de baixa renda é realizado pelos municípios, por meio da aplicação de questionários e realização de entrevistas, sendo os dados coletados e anotados em formulário específico para este fim. Os cadastros são processados pela Caixa Econômica Federal (CEF), órgão responsável por atribuir a cada pessoa da família cadastrada um Número de Identificação Social (NIS), de caráter único, pessoal e intransferível. O NIS permite aos operadores do Cadastro Único localizar os indivíduos cadastrados, atualizar seus dados cadastrais, verificar e controlar a situação do benefício, se existente, bem como proceder à realização de ações de gestão de benefícios.

Em suma, a principal contribuição do CadÚnico — que consiste em permitir o acesso das famílias aos programas sociais — se deve a duas características. Primeiro, sua abrangência é quase censitária, cobrindo grande parte da população mais pobre do estado. Segundo, sua natureza cadastral (inclui o nome e o endereço das famílias) permite selecionar as famílias de acordo com uma ampla variedade de critérios. Assim, no CadÚnico é possível identificar informações como: famílias em situação de pobreza e extrema pobreza; coleta de lixo; abastecimento de água; taxa de analfabetismo; escolaridade da população de 25 anos ou mais, média de anos de estudo da população de 25 anos ou mais, trabalho informal entre outras características.



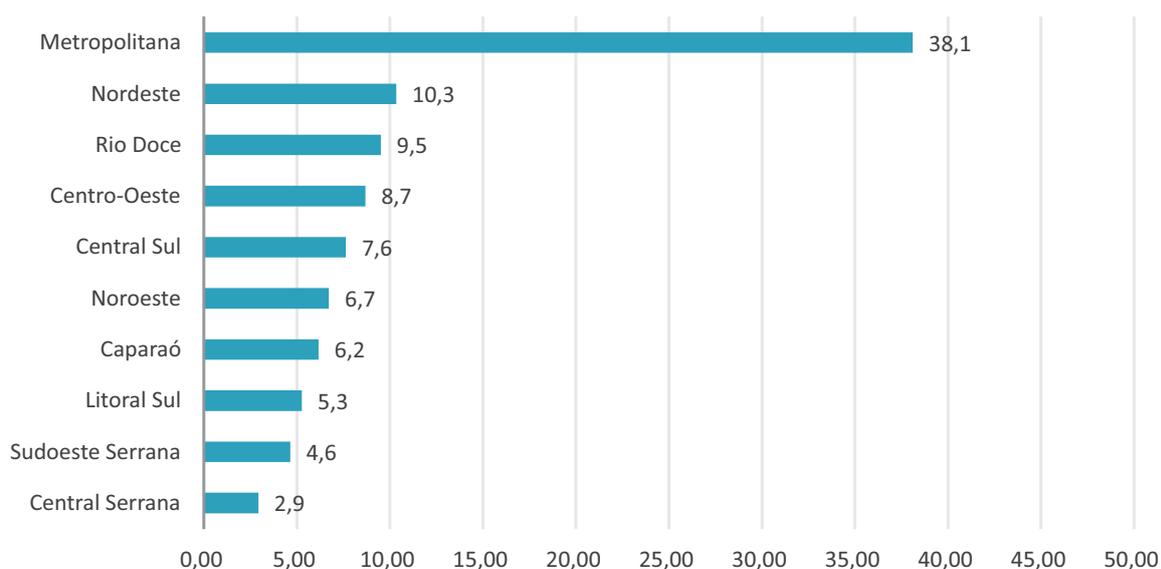
Perfil da Pobreza no Espírito Santo:
Famílias Inscritas no CadÚnico 2016

CARACTERÍSTICAS GERAIS E RENDA

Famílias inscritas

O Espírito Santo possui 365.504 mil famílias cadastradas. Entre as Microrregiões do estado, a Metropolitana apresenta o maior percentual de famílias inscritas no CadÚnico (38,1%), totalizando, 139.302 famílias. Nesta Microrregião também encontra-se a maior concentração de famílias com membros na primeira infância (46.127), um grupo alvo no contexto das políticas de enfrentamento à pobreza.

Gráfico 01
 Percentual de famílias inscritas no CadÚnico por Microrregião, 2016



Fonte: CadÚnico, Dezembro de 2016. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Tabela 01
 Número de famílias, famílias com membros na primeira infância e crianças na Primeira infância, Espírito Santo e Microrregião, 2016¹

Microrregião	Nº de Famílias	Famílias com crianças menores de 6 anos	Crianças menores de 6 anos
Metropolitana	139.302	46.127	56.927
Nordeste	37.814	10.310	12.393
Rio Doce	34.792	10.292	12.375
Centro-Oeste	31.723	8.481	10.173
Central Sul	27.884	7.732	9.286
Noroeste	24.573	5.985	7.023
Caparaó	22.523	7.119	8.450
Litoral Sul	19.241	5.666	6.794
Sudoeste Serrana	16.959	4.334	5.140
Central Serrana	10.693	2.846	3.291
ESPÍRITO SANTO	365.504	108.892	131.852

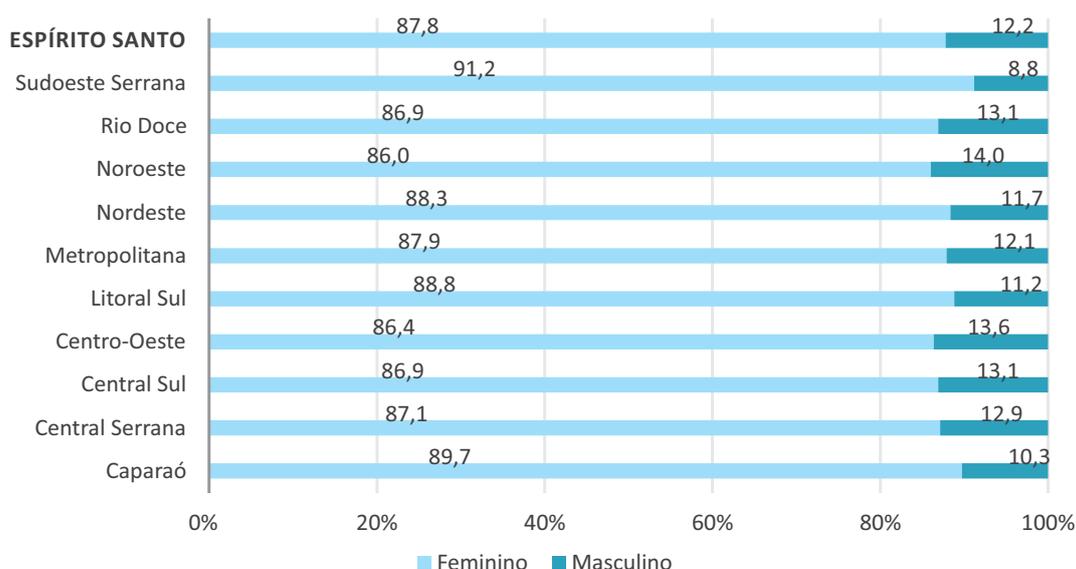
Fonte: CadÚnico, Dezembro de 2016. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

¹Esses dados foram calculados tomando como base a data do banco (12/2016) e não da atualização cadastral das famílias.

Responsável pela família

No Espírito Santo, 87,8% dos responsáveis pelas famílias inscritas no CadÚnico são do sexo feminino. Essa proporção de mulheres ocupando a posição de responsáveis pela família deve ser compreendida à luz da indicação contida no Programa Bolsa Família para que o benefício seja repassado para as mulheres.

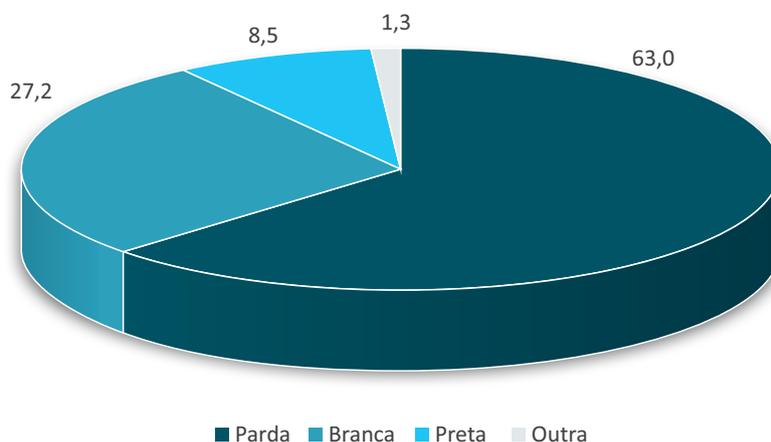
Gráfico 02
Percentual de responsáveis pela família por sexo
Espírito Santo e Microrregiões, 2016



Fonte: CadÚnico, Dezembro de 2016. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Dentre as pessoas inscritas no CadÚnico, a distribuição por raça/cor, aferida por auto-declaração, configura-se: 63,0% pardas, 8,5% pretas e 27,2% brancas. Observa-se que a categoria negros, que é o somatório de pretos e pardos, resulta em 71,5% das pessoas inscritas no CadÚnico. A categoria Outra com 1,3% abrange 0,93% de amarelos e 0,24% de indígenas.

Gráfico 03
Percentual de pessoas por cor ou raça
Espírito Santo, 2016



Fonte: CadÚnico, Dezembro de 2016. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Renda Média domiciliar *per capita*

A renda domiciliar *per capita* consiste na soma dos rendimentos das pessoas que residem em um mesmo domicílio dividida pelo total dessas pessoas.

A Microrregião com a média de renda domiciliar *per capita* mais elevada entre as pessoas inscritas no CadÚnico foi a Central Serrana (R\$305,48), de outro lado a Microrregião com a menor média foi a Metropolitana (R\$ 204,78). A média do estado foi R\$ 238,09.

A renda média *per capita* das pessoas beneficiárias dos programas de transferência de renda dos governos federal e estadual está dentro dos limites estabelecidos como critérios para a concessão desses benefícios, quais sejam: famílias na faixa de pobreza extrema com rendas até R\$85,00 e na faixa de pobreza com renda entre R\$85,01 e R\$170,00 mensais, para o Bolsa Família e até R\$90,00, para o Bolsa Capixaba. No Espírito Santo, a renda média domiciliar *per capita* dos beneficiários do Bolsa família foi R\$94,91 e do Bolsa capixaba R\$31,33. Os dados revelam que em média os programas de transferência de renda estão atingindo de fato a população mais pobre, entretanto para melhor aferir o grau de focalização desses programas são necessários estudos mais aprofundados.

Tabela 02
Renda média domiciliar *per capita* por Microrregião das pessoas cadastradas no CadÚnico, beneficiários do Bolsa Família (BF) e do Bolsa Capixaba (BC). (R\$/mês)

Microrregião	CadÚnico	Benef BF	Benef BC
Central Serrana	305,48	114,51	31,29
Centro-Oeste	293,68	120,88	37,14
Sudoeste Serrana	285,39	117,29	51,98
Rio Doce	282,08	113,59	45,14
Central Sul	257,95	102,89	37,66
Noroeste	246,25	94,84	37,34
ESPÍRITO SANTO	238,09	94,91	31,33
Litoral Sul	235,54	99,89	37,55
Caparaó	227,98	112,80	46,90
Nordeste	220,37	95,24	32,00
Metropolitana	204,78	77,00	24,03

Fonte: CadÚnico, Dezembro de 2016. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Taxa de pobreza e de extrema pobreza com base no CadÚnico, 2016

Qualquer análise acerca da pobreza no âmbito das políticas públicas exige de imediato que se responda à seguinte questão: quem é considerado pobre?

No Brasil e no Espírito Santo, essa questão vem sendo abordada principalmente por meio da definição de uma linha de pobreza, usada para delimitar o número de pessoas com renda inferior a um determinado nível.

Claro está que o conceito de pobreza é mais amplo e, portanto, não se restringe à renda, entretanto, isso não reduz a importância dos indicadores baseados na renda para mensurar a pobreza, uma vez que a renda consiste no principal determinante do nível de bem estar da população.

As instituições empregam diferentes metodologias ao definirem suas linhas de pobreza. O Banco Mundial a define como inferior a U\$ 1,90 por dia. Em 2016, o programa de combate à extrema pobreza “Brasil Sem Miséria” do Governo Federal adotou a definição de extremo pobre como o membro de uma família com renda *per capita* inferior a R\$85,00.

As definições estabelecidas com base no valor necessário para adquirir uma cesta de produtos e serviços no mercado têm sido amplamente empregadas no Brasil e no exterior.

A linha de extrema pobreza² adotada no Espírito Santo é calculada com base em uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com um número de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa. As pessoas que não possuem renda igual ou superior ao valor estimado são classificadas como extremamente pobres.³

Além de alimentar-se de forma adequada as pessoas possuem outras necessidades como moradia, saúde, educação, transporte, itens de vestuário etc. Tais necessidades somadas à alimentação definem a linha de pobreza. Para estabelecer a linha de pobreza utiliza-se o coeficiente de Engel, consagrado na literatura sobre o tema, ou seja, a relação entre os gastos com alimentos e a despesa total. O coeficiente de Engel adotado é o de 0,5, resultando em uma linha de pobreza que corresponde ao dobro do valor da extrema pobreza. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) utiliza o coeficiente 0,5 desde a década de 1970, adotando em seus cálculos o multiplicador 2 ao valor da cesta de alimentos, para estabelecer as linhas de pobreza no Brasil.

Os valores correspondentes à renda domiciliar *per capita* utilizados para definir a linha de extrema pobreza em dezembro de 2016 (data da base do CadÚnico utilizada) foram R\$126,34 para a população urbana e R\$ 107,83 para a população rural; conseqüentemente definem a linha de pobreza o equivalente a renda domiciliar *per capita* de R\$ 252,68 para a população urbana e R\$ 215,65 para a população rural.

A taxa de pobreza e a taxa de extrema pobreza consistem no percentual de pessoas na população total, com renda domiciliar *per capita* inferior às linhas de pobreza e extrema pobreza estabelecidas.

$$\text{Taxa de pobreza} = \frac{\text{N}^{\circ} \text{ pobres inscritos no CadÚnico (renda} < \text{a linha)} \times 100}{\text{Total da população inscrita no CadÚnico (município ou micro.)}}$$

$$\text{Taxa de Extrema pobreza} = \frac{\text{N}^{\circ} \text{ extremo pobres inscritos no CadÚnico (renda} < \text{a linha)} \times 100}{\text{Total da população inscrita no CadÚnico (município ou micro.)}}$$

² A linha calculada pelo Instituto Jones dos Santos Neves serve como base para os indicadores de pobreza publicados anualmente na Síntese dos Indicadores Sociais do Espírito Santo. Disponível em: <http://www.ijns.es.gov.br/artigos/4722-sintese-dos-indicadores-sociais-do-espírito-santo-pnad-2015>

³ Ver sobre em: “Metodologia na Determinação das Linha de Pobreza e Indigência (por insuficiência no consumo de calorias por dia)” disponível em: [http://www.ipeadata.gov.br/doc/metodologiaLP\(Revisada\).pdf](http://www.ipeadata.gov.br/doc/metodologiaLP(Revisada).pdf)

A análise das taxas de pobreza e extrema pobreza da população capixaba com base no CadÚnico requer alguns esclarecimentos. Inicialmente, deve-se considerar que se trata de um cadastro composto em sua maioria por beneficiários do programa de transferência de renda do Governo Federal, o Bolsa Família, que declararam sua renda antes de receberem o benefício, uma vez que é esse o critério de inclusão no programa. Portanto, as taxas de pobreza e extrema pobreza, calculadas com essa base, serão necessariamente mais altas do que, por exemplo, as taxas que são calculadas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, que inclui em seu universo pessoas com rendimentos mais elevados, e além disso captam o efeito das políticas de transferência de renda.

No Espírito Santo, em 2016, a taxa de pobreza das pessoas inscritas no CadÚnico foi de 66,7% e a de extrema pobreza foi de 41,6%.

O Mapa 1 apresenta a taxa de pobreza em cinco classes por Microrregião e o Mapa 2 por municípios.

Na sequência, o Mapa 3 apresenta a taxa de extrema pobreza em cinco classes por Microrregião e o Mapa 4 por município.

No Mapa 1, nota-se uma maior concentração de pobres nas microrregiões Metropolitana (72,7%) e Nordeste (69,6%). Adicionalmente, a Microrregião Caparaó (69,3%), também apresentou percentual de pobres acima da média do estado (66,7%).

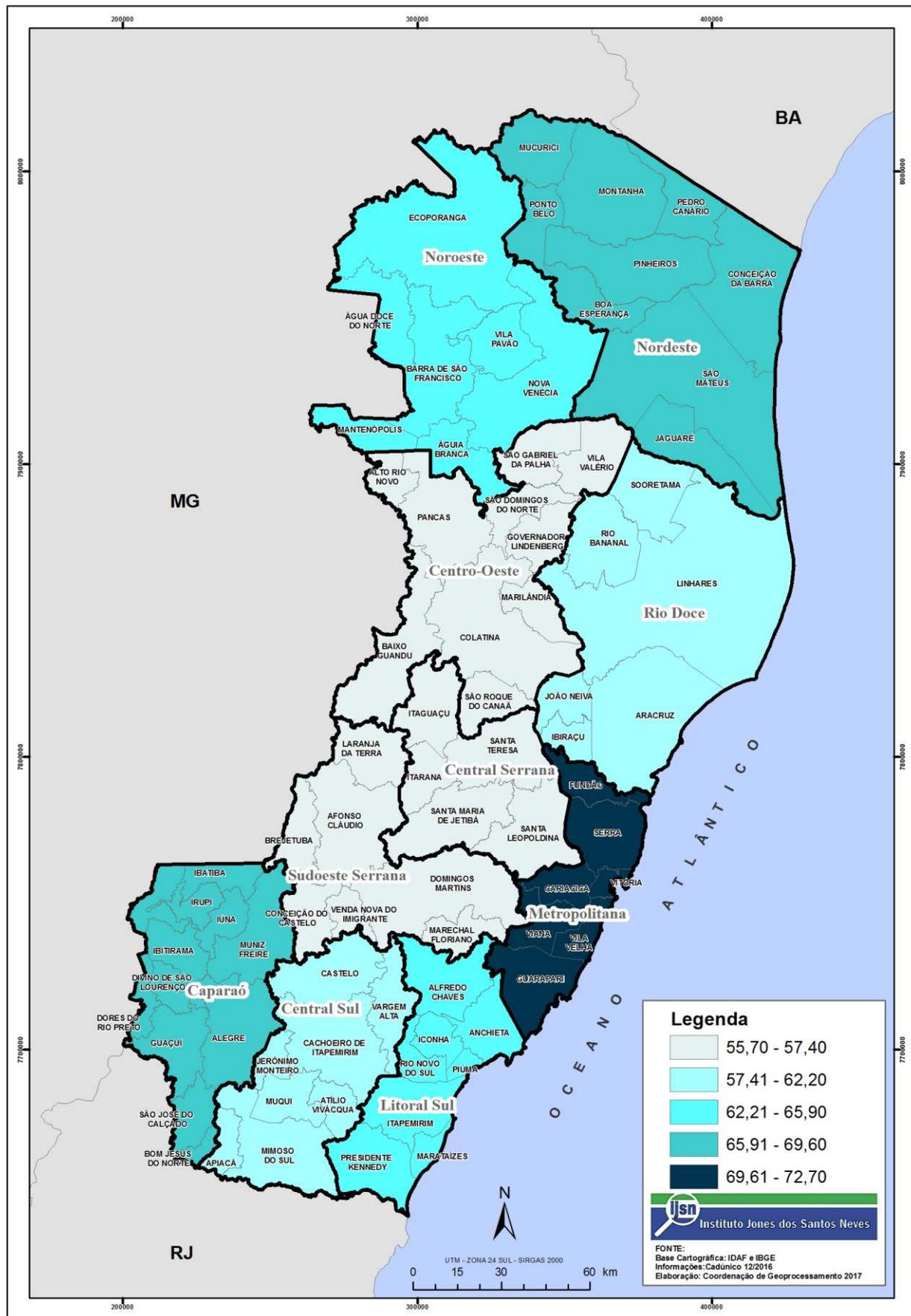
O Mapa 2 apresenta o percentual de pobres por município. As três menores taxas de pobreza entre os municípios capixabas foram registradas por Marilândia (35,8%), Venda Nova do Imigrante (37,9%) e São Roque do Canaã (38,6%). Os municípios que apresentaram as dez maiores taxas de pobreza foram: Água Doce do Norte (83,5%), Ibitirama (82,0%), Brejetuba (80,9%), Pedro Canário (79,0%), Alto Rio Novo (76,8%), Muqui (76,6%), Cariacica (76,4%), Serra (76,2%), Viana (76,0%), Guaçuí (75,6%).

No Mapa 3 observa-se que as microrregiões Metropolitana (49,9%) e Nordeste (45,2%) apresentaram as taxas mais elevadas de extrema pobreza. A Microrregião Noroeste (43,2%) também apresentou taxa acima da média do estado (41,6%).

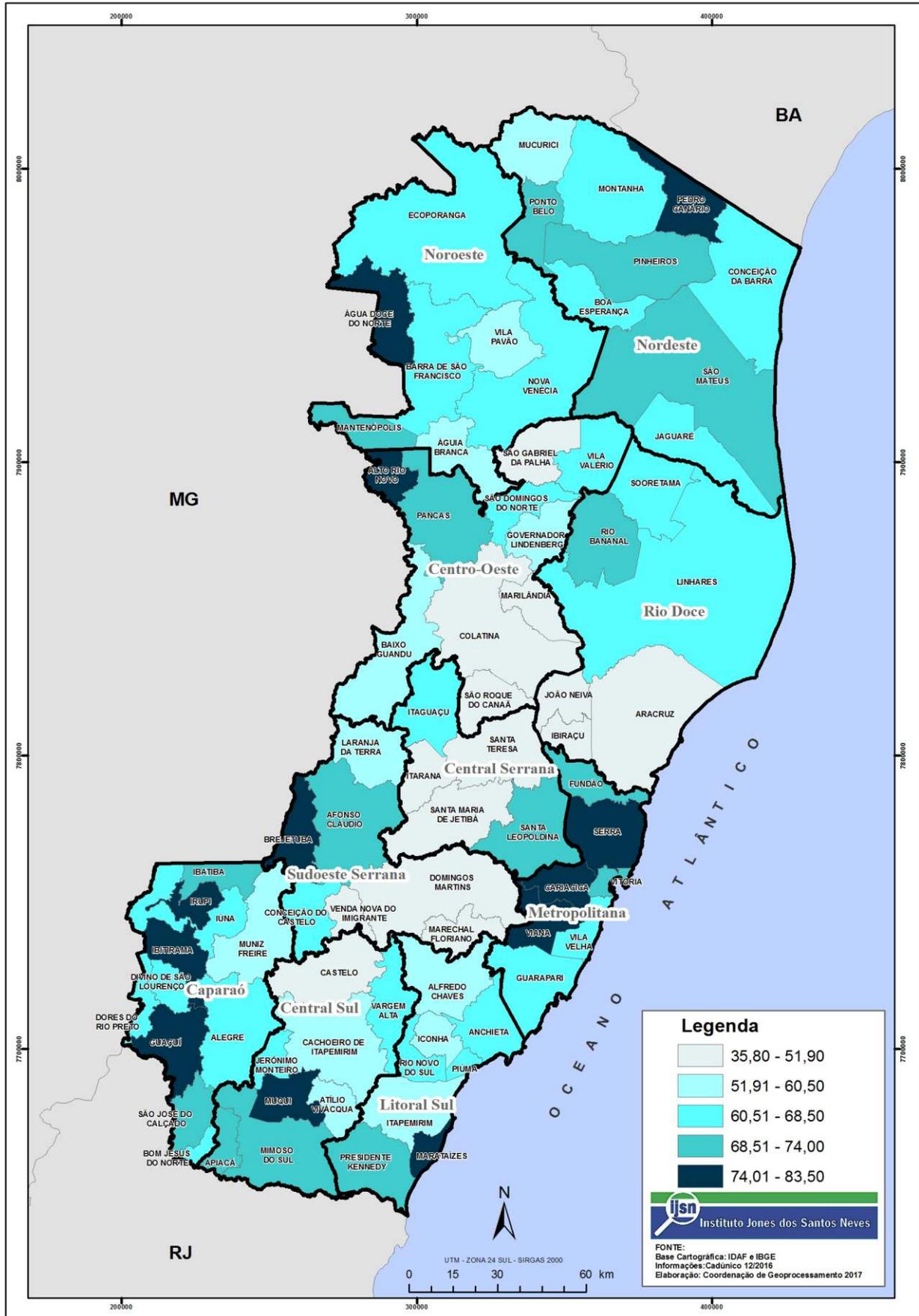
Os municípios que apresentaram taxas de extrema pobreza entre as três menores do estado, conforme observa-se no Mapa 4 foram: Venda Nova do Imigrante (7,6%), Marilândia (9,9%) São Roque do Canaã (12,3%). Os municípios com as dez taxas mais elevadas foram: Água Doce do Norte (73,9%), Ponto Belo (60,6%), Pedro Canário (58,3%), Viana (56,6%), Afonso Cláudio (56,2%), Muqui (55,2%), Serra (55,0%), Cariacica (54,3%), Presidente Kennedy (54,0%) e Ibitirama (53,0%).

Observação: O Cadastro Único foi utilizado em função do seu elevado grau de cobertura da população pobre do Espírito Santo e pela ampla variedade de informações sobre condições de vida. O CadÚnico figura certamente entre as mais importantes fontes de informação sobre a população pobre, no entanto, é importante frisar que sua abrangência não é total e depende dentre outros fatores, do gerenciamento do Cadastro pelas Prefeituras.

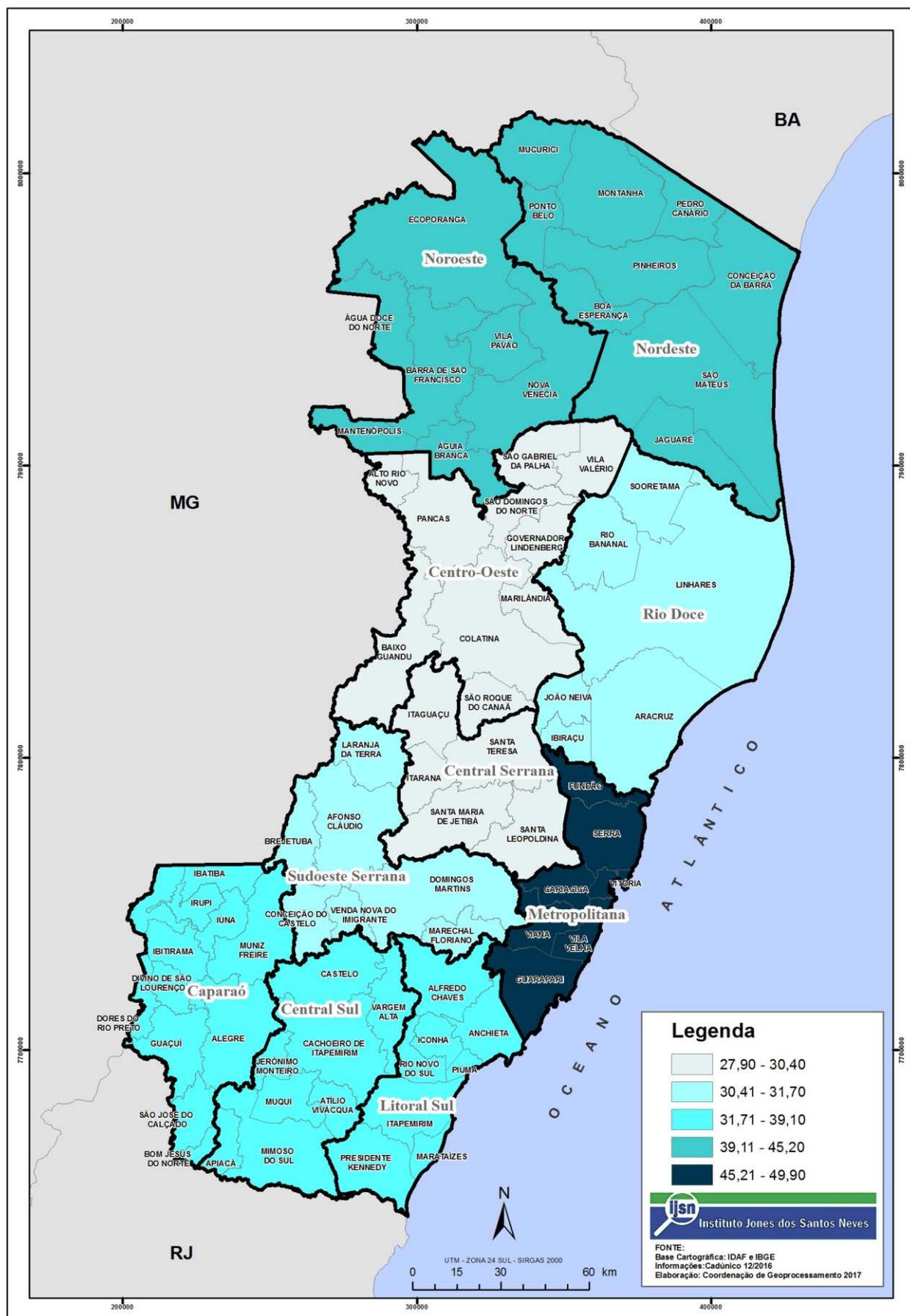
Mapa 01
Taxa de pobreza da população do Espírito Santo inscrita no CadÚnico por Microrregião 2016



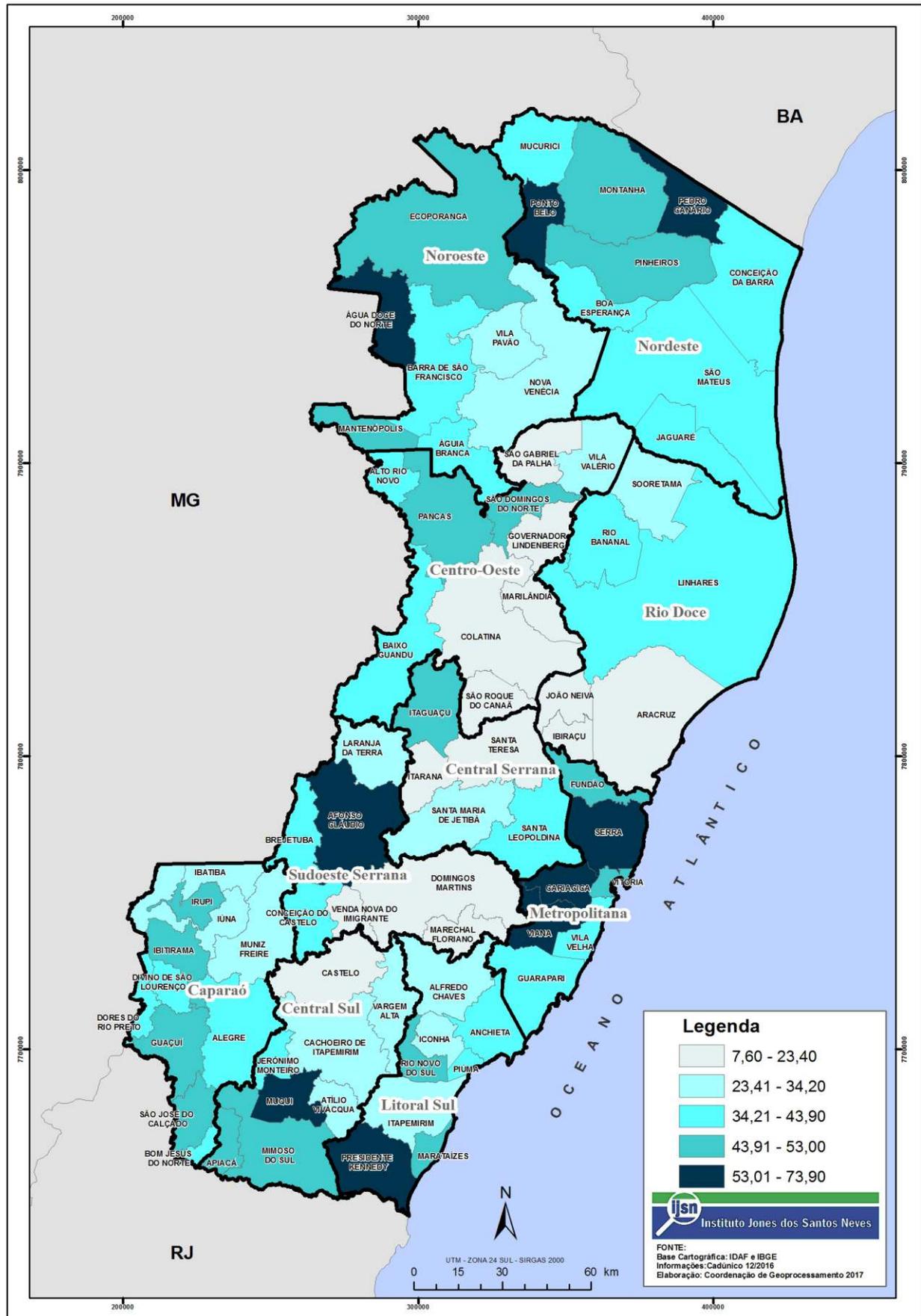
Mapa 02
Taxa de pobreza da população do Espírito Santo inscrita no CadÚnico por município
2016



Mapa 03
Taxa de extrema pobreza da população do Espírito Santo inscrita no CadÚnico por Microrregião 2016



Mapa 04
Taxa de extrema pobreza da população do Espírito Santo inscrita no CadÚnico por município 2016



Hiato de pobreza e de extrema pobreza e volume de recursos anual para erradicar a pobreza e a extrema pobreza com base no CadÚnico, 2016

O hiato de pobreza (P1) (ou extrema pobreza) é calculado levando em consideração a quantidade de recurso adicional que cada indivíduo abaixo da linha de pobreza (ou extrema pobreza) precisaria receber para que alcance a referida linha. O indicador é expresso como porcentagem da linha. Dessa forma, para um indivíduo com renda *per capita* de R\$100 em um contexto onde a linha de extrema pobreza é R\$200, o valor de P1 seria $(200-100)/200 = 0,5$. O hiato de pobreza de determinado grupo é medido pela média dessas distâncias relativas a linha.

Se de um lado a taxa de pobreza (ou proporção de pobres) é mais simples e facilmente compreendida, o hiato de pobreza consiste em um indicador importante, pois além de mensurar a profundidade da pobreza em determinado território ou sociedade fornece o custo de um programa de combate à pobreza com base em uma transferência perfeitamente focalizada e sem considerar os gastos com a burocracia.

No Espírito Santo, o hiato de pobreza e extrema pobreza foram 39,2% e 22,9%, respectivamente. Nota-se que em média os capixabas estão em termos monetários mais próximos de deixar a extrema pobreza do que a pobreza. Entretanto, fazer com que as políticas públicas atinjam de fato essa parcela da população tem sido, em razão do elevado grau de vulnerabilidade e risco social que ela apresenta, o grande desafio enfrentado pelos gestores dessas políticas.

Conforme observa-se no Mapa 5, a microrregião Metropolitana possui o maior hiato de pobreza dentre as microrregiões do estado (47,1%), de outro lado a microrregião Centro-Oeste possui o menor hiato de pobreza (28,1%).

No Mapa 6, observa-se o hiato de pobreza por município. Os municípios de Venda Nova do Imigrante (12,5%), Marilândia (13,8%) e São Roque do Canaã (15,4%) possuem os três menores hiatos de pobreza do estado. Os municípios entre os dez maiores hiatos de pobreza são: Água Doce do Norte (61,4%) Ponto Belo (54,8%), Pedro Canário (53,5%), Cariacica (51,5%), Muqui (51,3%), Serra (51,0%), Viana (50,9%), Presidente Kennedy (49,8%), Vitória (49,8%) e Ibitirama (46,0%).

O Hiato de extrema pobreza (obtido da mesma forma) é apresentado no Mapa 7 por microrregião. A microrregião Metropolitana também possui o maior hiato de extrema pobreza dentre as microrregiões do estado (31,7%), de outro lado, a microrregião Sudoeste Serrana (12,1%) possui o menor hiato de pobreza.

O Mapa 8 apresenta o hiato de extrema pobreza por município. Entre os três menores hiatos de extrema pobreza do estado estão os municípios de Venda Nova do Imigrante (1,4%), Marilândia (4,0%) e São Roque do Canaã (4,3%). Os municípios entre os dez maiores hiatos de pobreza são: Água Doce do Norte (44,3%), Ponto Belo (43,1%), Pedro Canário (37,1%), Cariacica (36,8%), Vitória (36,6%), Serra (35,2%), Presidente Kennedy (34,9%), Muqui (34,4%), Viana (34,1%) e São Domingos do Norte (31,2%).

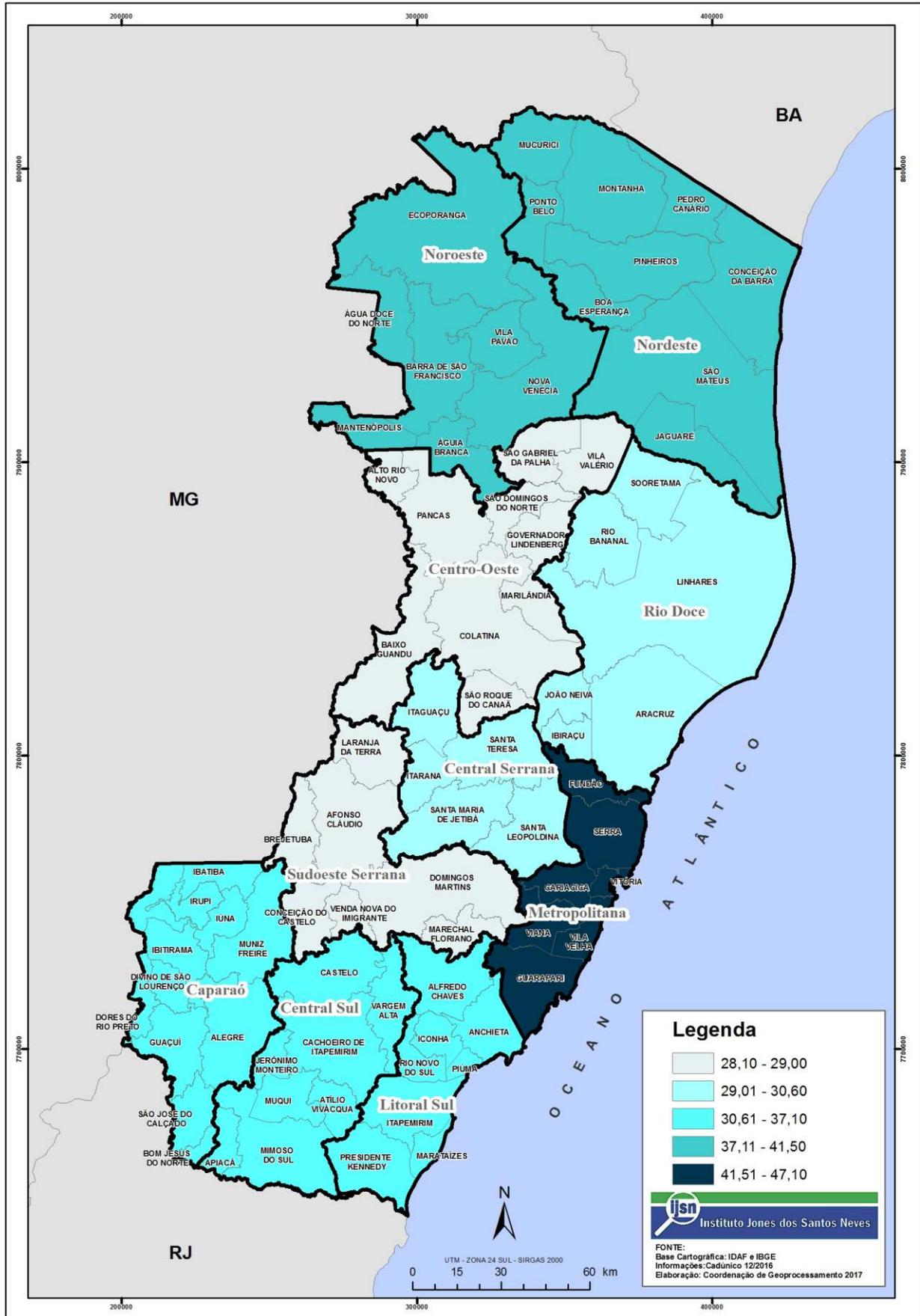
O volume de recursos anual necessário para erradicar a pobreza (e extrema pobreza) é medido pela soma dos recursos que seriam necessários adicionar à renda *per capita* de todos os indivíduos para que estes alcancem a linha de pobreza (ou extrema pobreza). Como o valor do rendimento é mensal e a linha de pobreza (ou extrema pobreza) é definida para o intervalo de 1 mês, é necessário multiplicar o somatório obtido por 12 para estimar o volume anual necessário.

O volume de recursos anual necessário para erradicar a pobreza e a extrema pobreza no Espírito Santo, de acordo com os dados do CadÚnico, corresponde a R\$ 1,29 bilhões e R\$ 380,3 milhões respectivamente. Ressalte-se que o valor calculado refere-se ao volume total e não ao adicional de recursos necessários, uma vez que não considera o que já é gasto com os programas de transferência de renda do governo federal.

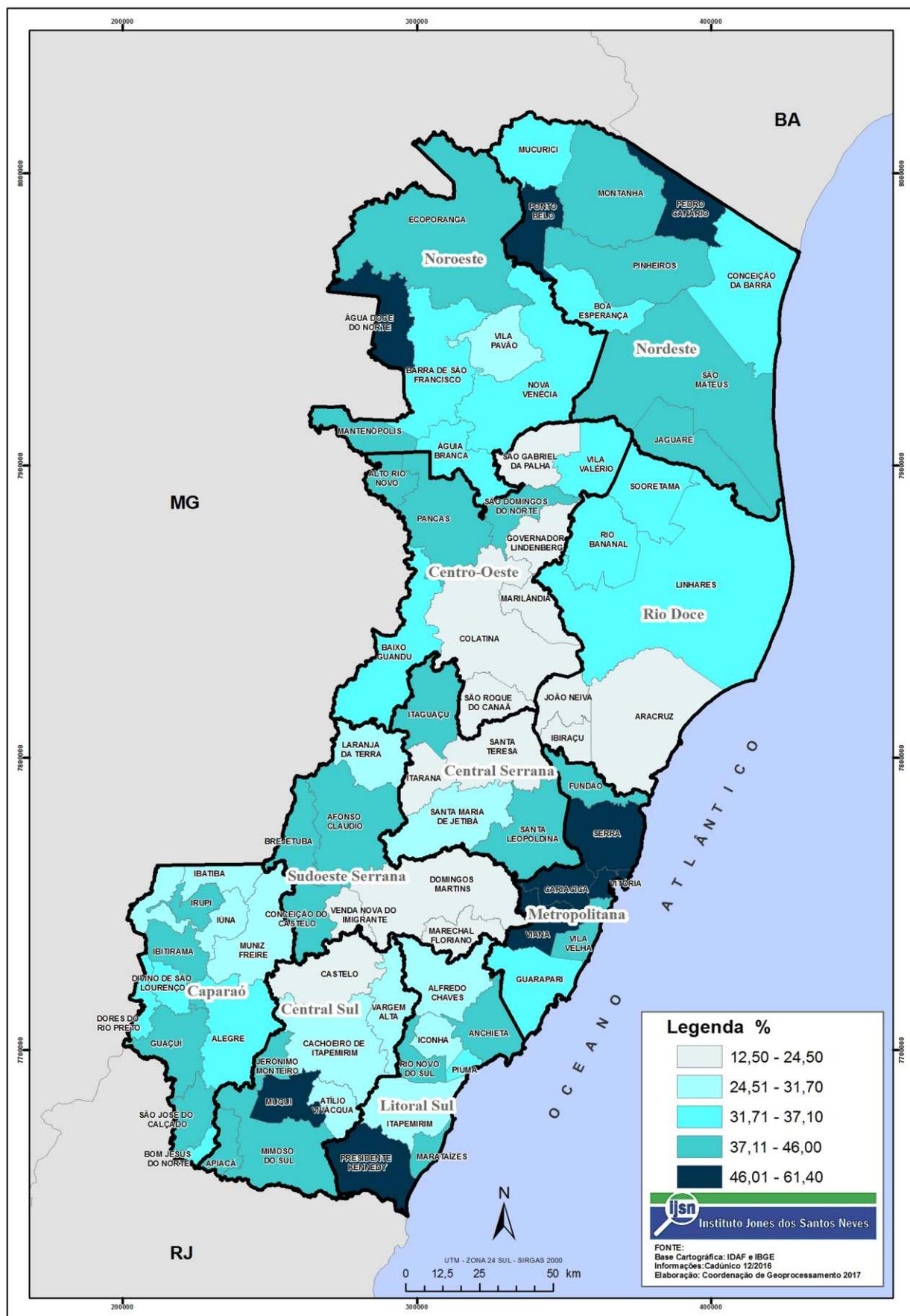
O Mapa 9 aborda o volume de recursos anual para erradicar a pobreza por município. Os municípios nos quais os custos de um programa destinado à erradicação da pobreza seriam mais elevados são: Serra (R\$ 183.200.608,00), Cariacica (R\$ 144.895.232,00), Vila Velha (R\$ 106.697.808,00) e Vitória (R\$ 98.679.112,00).

Conforme observa-se no Mapa 10, esses municípios são também os que requerem maior volume de recursos anual para se erradicar a extrema pobreza, embora a ordem não se mantenha a mesma: Serra (R\$ 63.239.304,00), Cariacica (R\$ 51.682.972,00), Vitória (R\$ 36.262.604,00) e Vila Velha (R\$ 31.066.300,00).

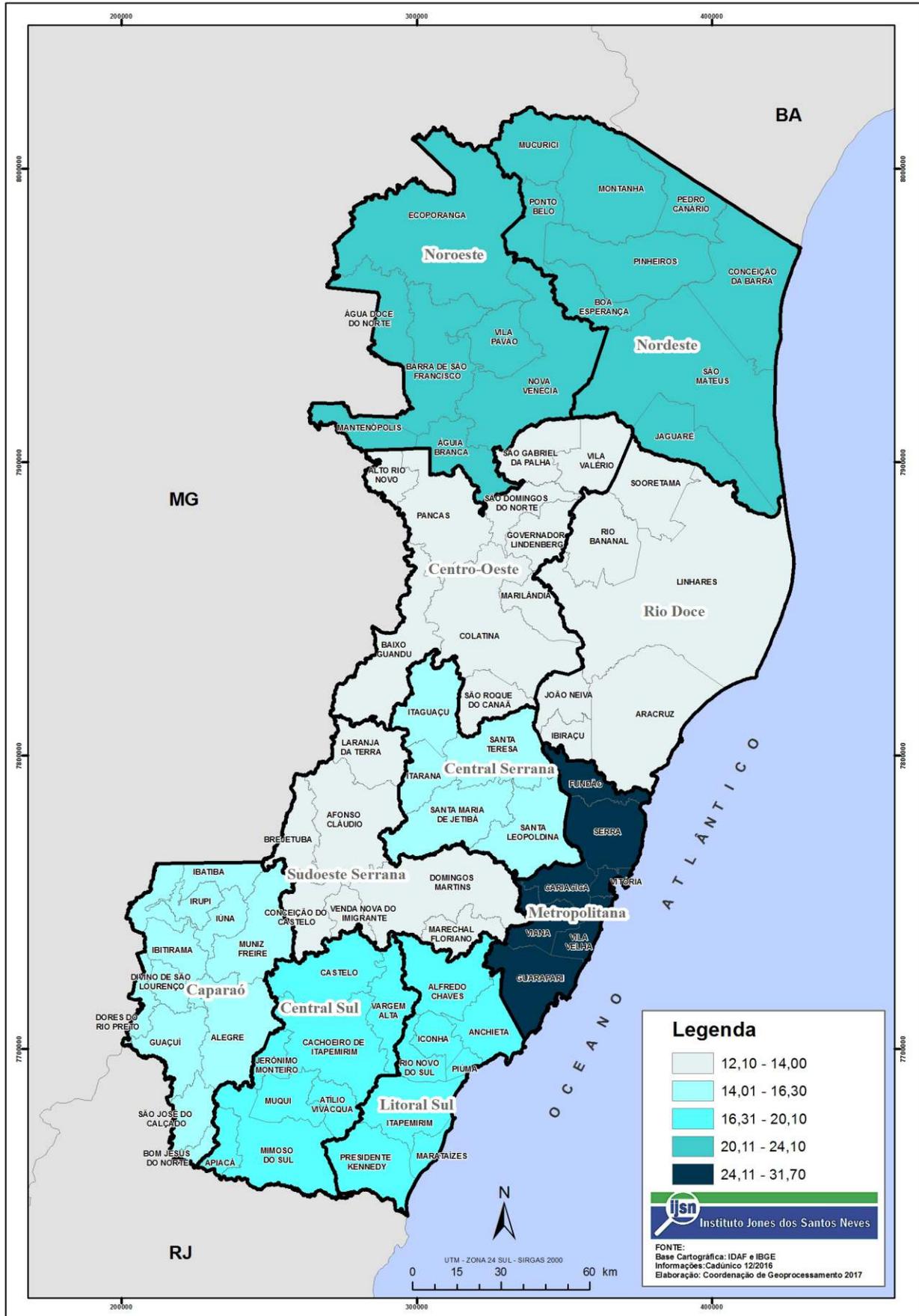
Mapa 05
 Hiato de pobreza da população do Espírito Santo inscrita no CadÚnico por Microrregião
 2016



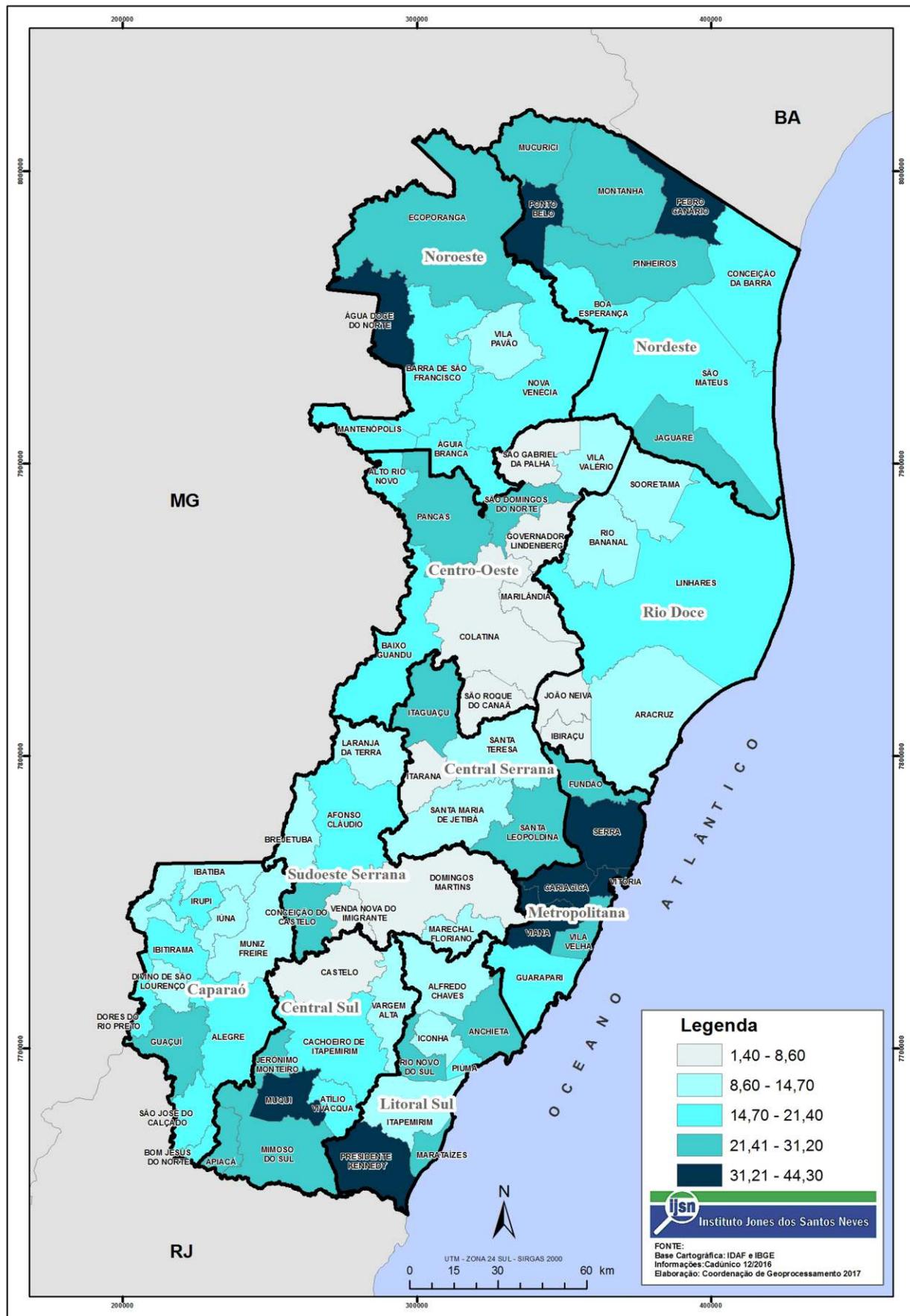
Mapa 06
 Hiato de pobreza da população do Espírito Santo inscrita no CadÚnico por município 2016



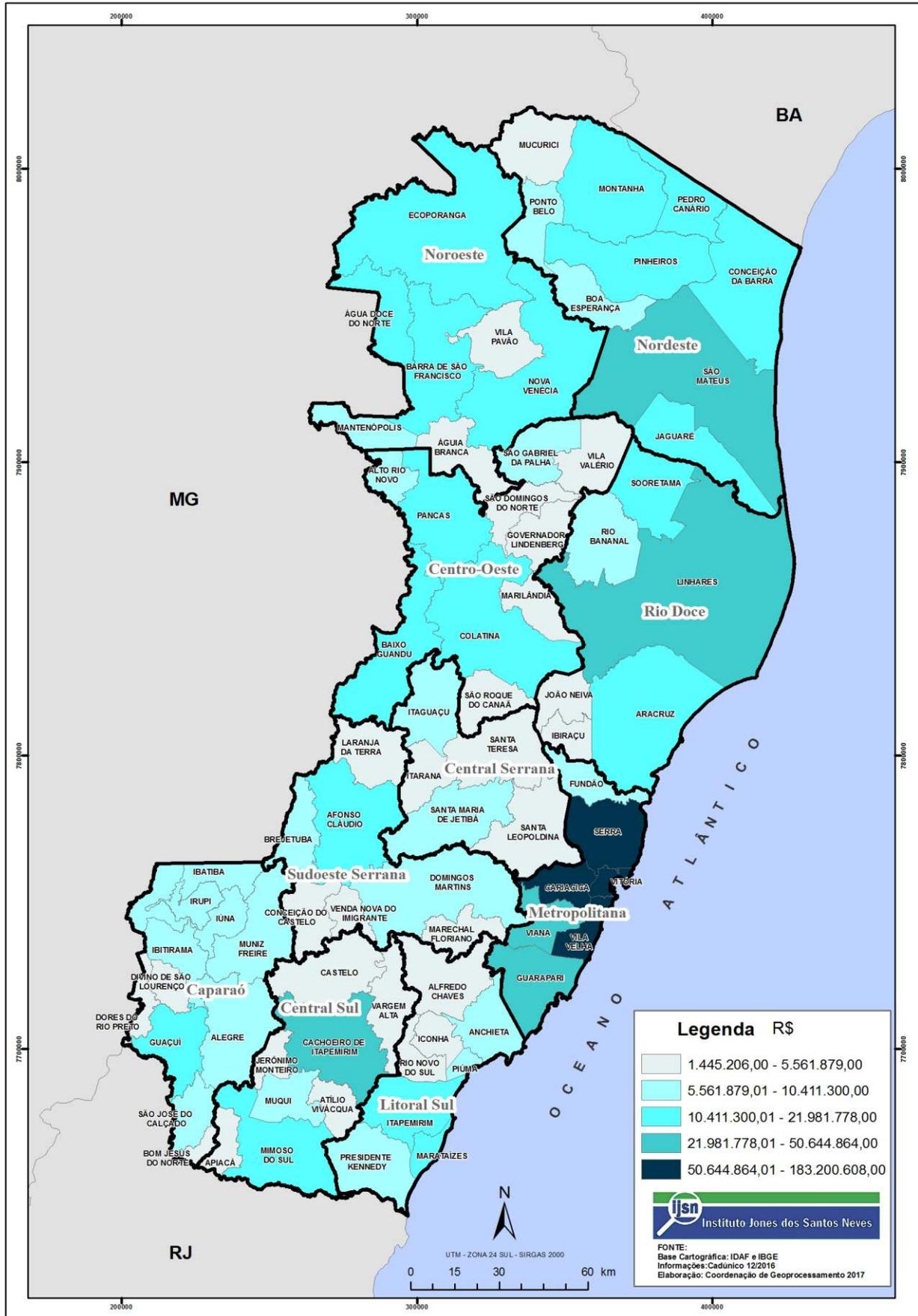
Mapa 07
 Hiato de extrema pobreza da população do Espírito Santo inscrita no CadÚnico por Microrregião
 2016



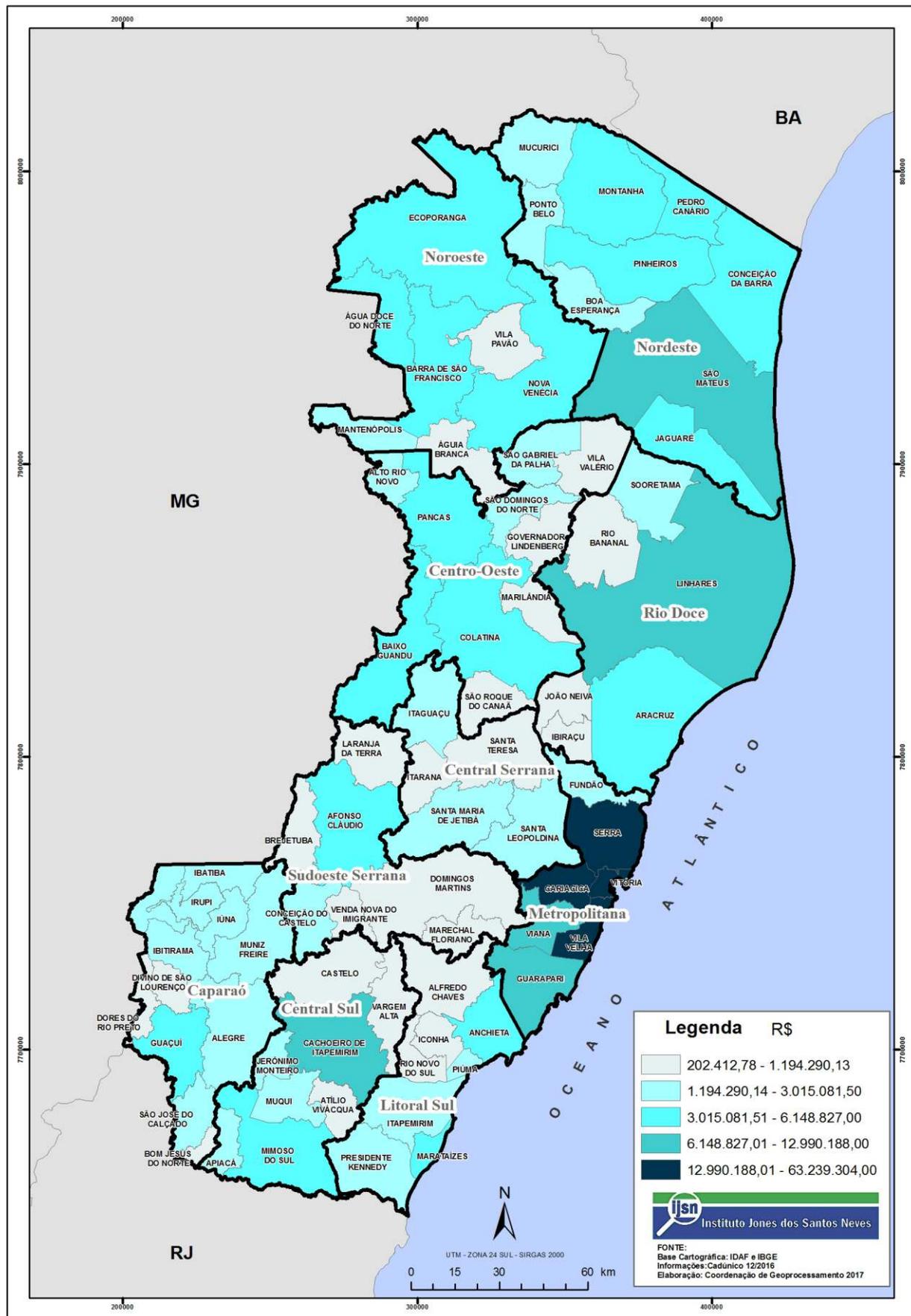
Mapa 08
 Hiato de extrema pobreza da população do Espírito Santo inscrita no CadÚnico por município 2016



Mapa 09
 Volume de recursos anual necessários para erradicar a pobreza por município
 2016



Mapa 10
 Volume de recursos anual necessários para erradicar a extrema pobreza por município
 2016





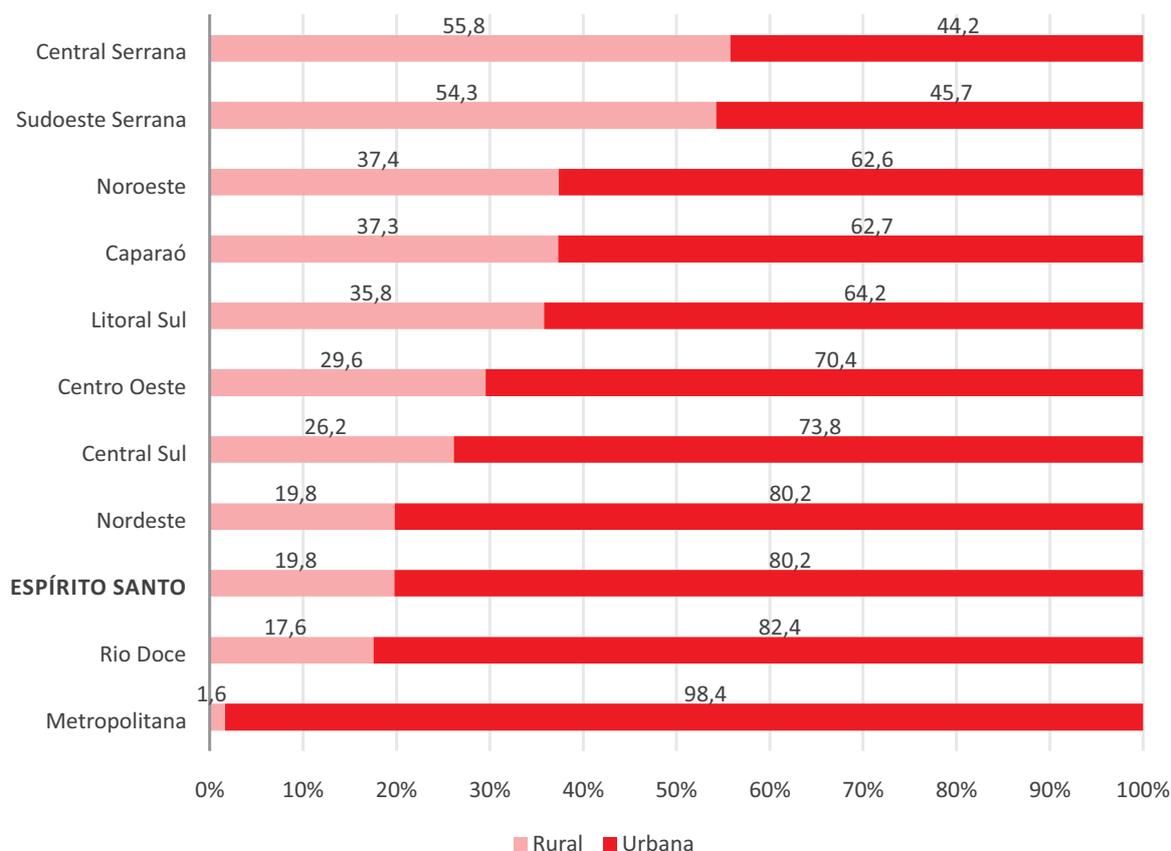
Perfil da Pobreza no Espírito Santo:
Famílias Inscritas no CadÚnico 2016

DOMICÍLIOS

Situação do domicílio

No Espírito Santo, 19,8% das famílias cadastradas vivem em área rural, enquanto 80,4% delas vivem em área urbana. As microrregiões com maior concentração de famílias que vivem em área rural são: Central Serrana (55,8%) e Sudoeste Serrana (54,3%). Por outro lado, as microrregiões com maiores concentrações de famílias que vivem em área urbana são: Metropolitana (98,4%) e Rio Doce (82,4%).

Gráfico 04
**Percentual de famílias por situação do domicílio
 Espírito Santo e Microrregiões, 2016**

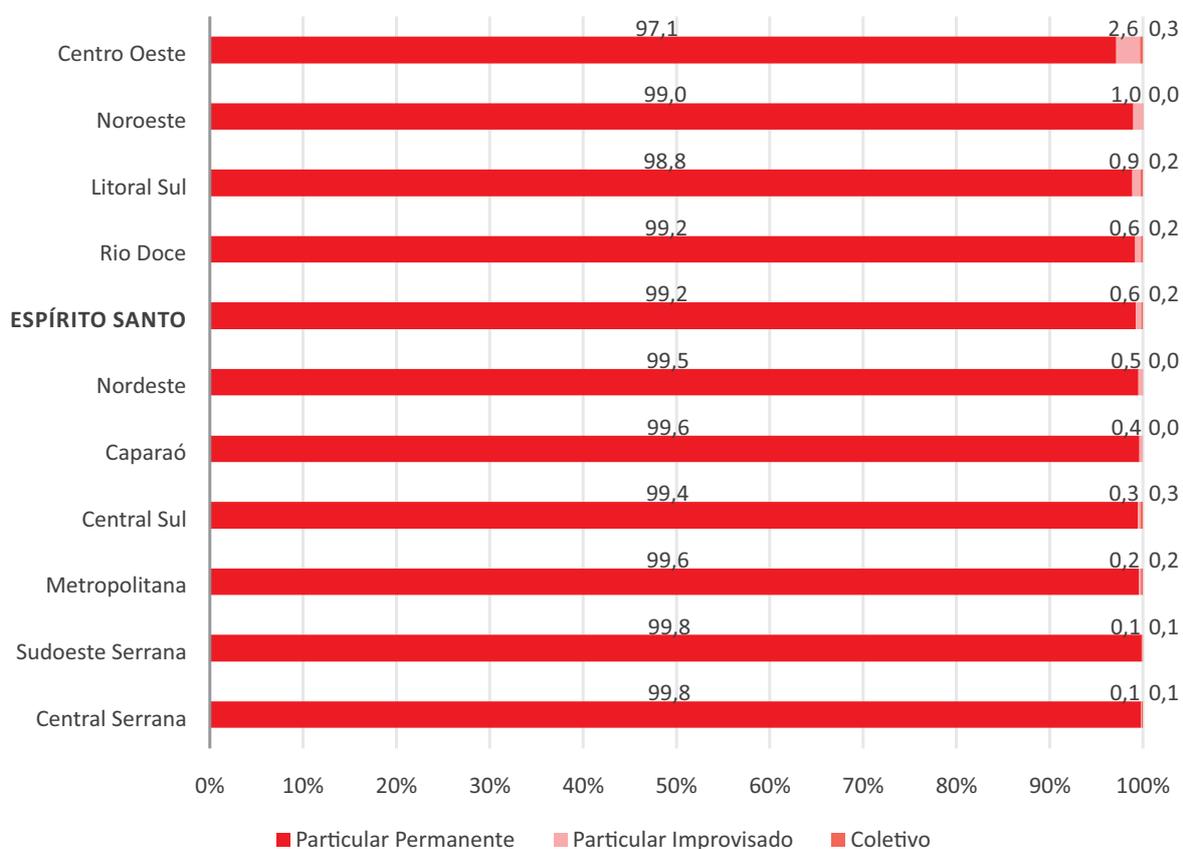


Fonte: CadÚnico, Dezembro de 2016. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Espécie de domicílio

Todas as microrregiões apresentam um percentual de famílias que vivem em domicílio particular permanente acima de 97%. No Espírito Santo, 99,2% das famílias vivem em domicílio particular permanente. A microrregião com o percentual mais elevado de famílias que vivem em domicílio particular improvisado é a Centro-Oeste (2,6%), seguida da Noroeste (1,0%) e Litoral Sul (0,9%). Em relação aos domicílios coletivos, as microrregiões com maior número de famílias são Central Sul e Centro Oeste (ambas com 0,3%).

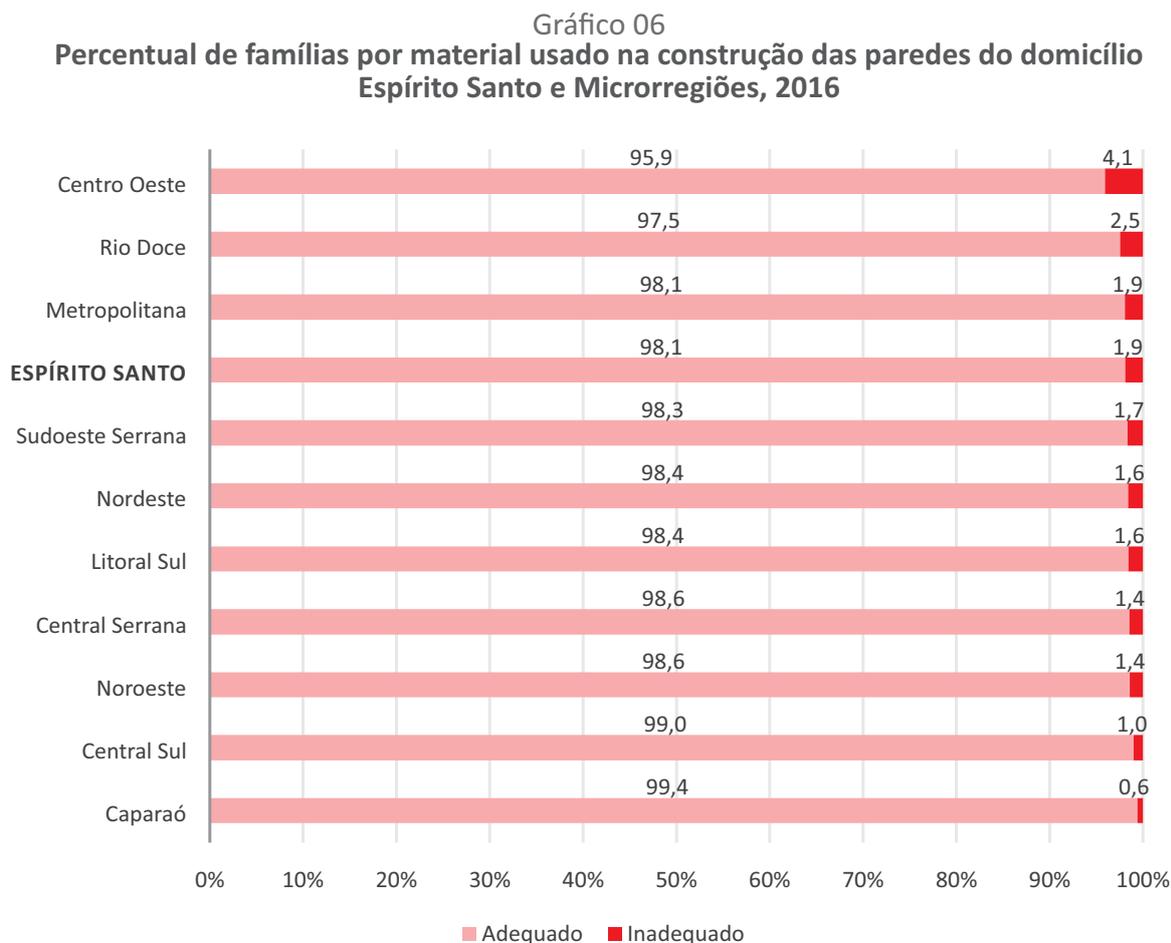
Gráfico 05
Percentual de famílias por espécie do domicílio
Espírito Santo e Microrregiões, 2016



Fonte: CadÚnico, Dezembro de 2016. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Tipo de material usado na construção das paredes do domicílio

O percentual de famílias que vivem em residências com paredes construídas com material adequado é superior a 95% em todas as microrregiões, chegando a atingir 99% na microrregião Central Sul e 99,4% na microrregião Caparaó. As que apresentam o maior percentual de domicílios com paredes construídas com materiais considerados inadequados são Centro Oeste (4,1%), Rio Doce (2,5%), Metropolitana (1,9) e Noroeste (1,4%). No estado esse percentual alcançou 1,9%.



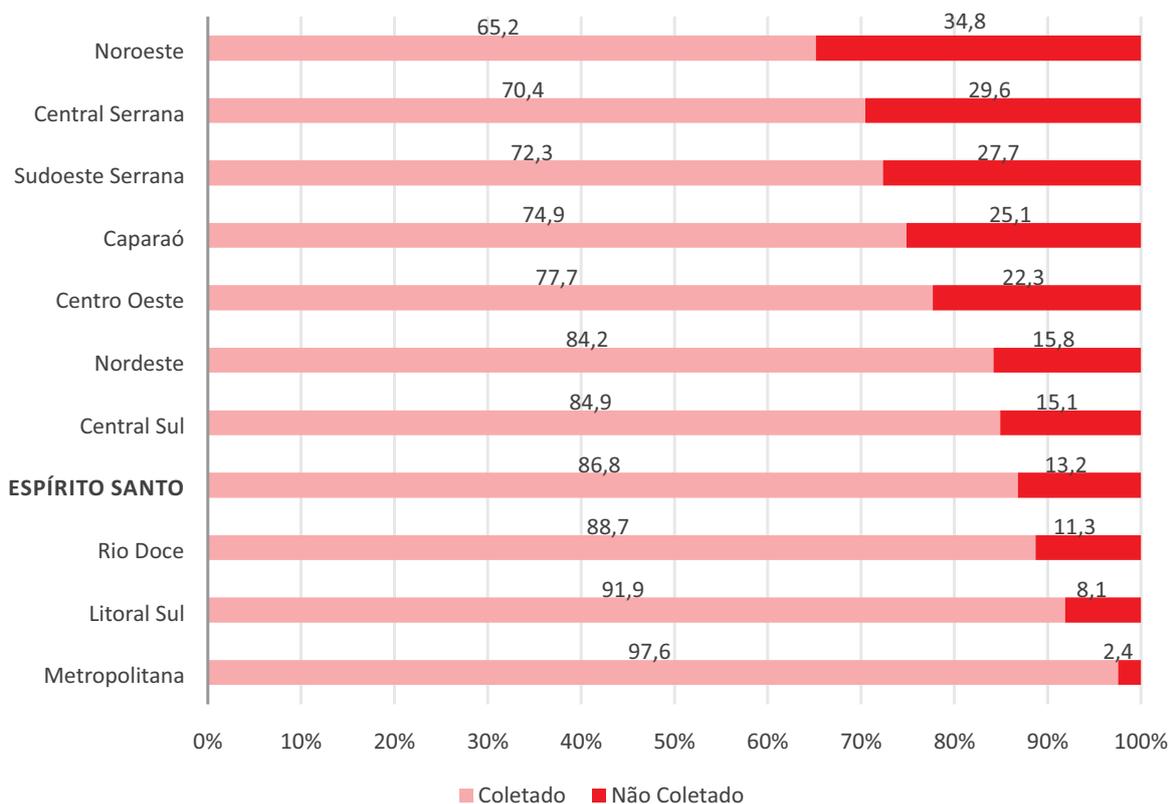
Fonte: CadÚnico, Dezembro de 2016. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Os materiais usados na construção das moradias que foram agrupados na categoria inadequado (segundo a caracterização usada pela Fundação João Pinheiro para o cálculo do déficit habitacional) são taipa revestida, taipa não revestida, madeira aproveitada, palha, outro material. Os materiais considerados adequados são alvenaria e madeira aparelhada.

Coleta de lixo

A coleta de lixo compõe junto com o abastecimento de água e o esgotamento sanitário os serviços públicos de saneamento, fundamentais para o bem-estar da população. A universalização desses serviços contribui para majorar o bem-estar das famílias em situação de vulnerabilidade. No Espírito Santo, 13,2% das famílias no CadÚnico não possuem acesso a serviço de coleta de lixo. Na microrregião Noroeste, o percentual de famílias que não possui acesso à coleta de lixo é de 34,8%. A necessidade de expandir o serviço a essas famílias é mais urgente também nas microrregiões Central Serrana (29,6%), Sudoeste Serrana (27,7%), e Caparaó (25,1%). Na microrregião Metropolitana, o percentual de famílias cadastradas com acesso ao serviço de coleta é 97,6%. A nível de município (Mapa 11), oito têm coleta inadequada (queimado ou enterrado, jogado em terreno baldio ou rua, jogado em rio ou mar) com percentuais superiores a 44,1%.

Gráfico 07
Percentual de famílias que vivem em domicílios com acesso à coleta de lixo
Espírito Santo e Microrregiões, 2016

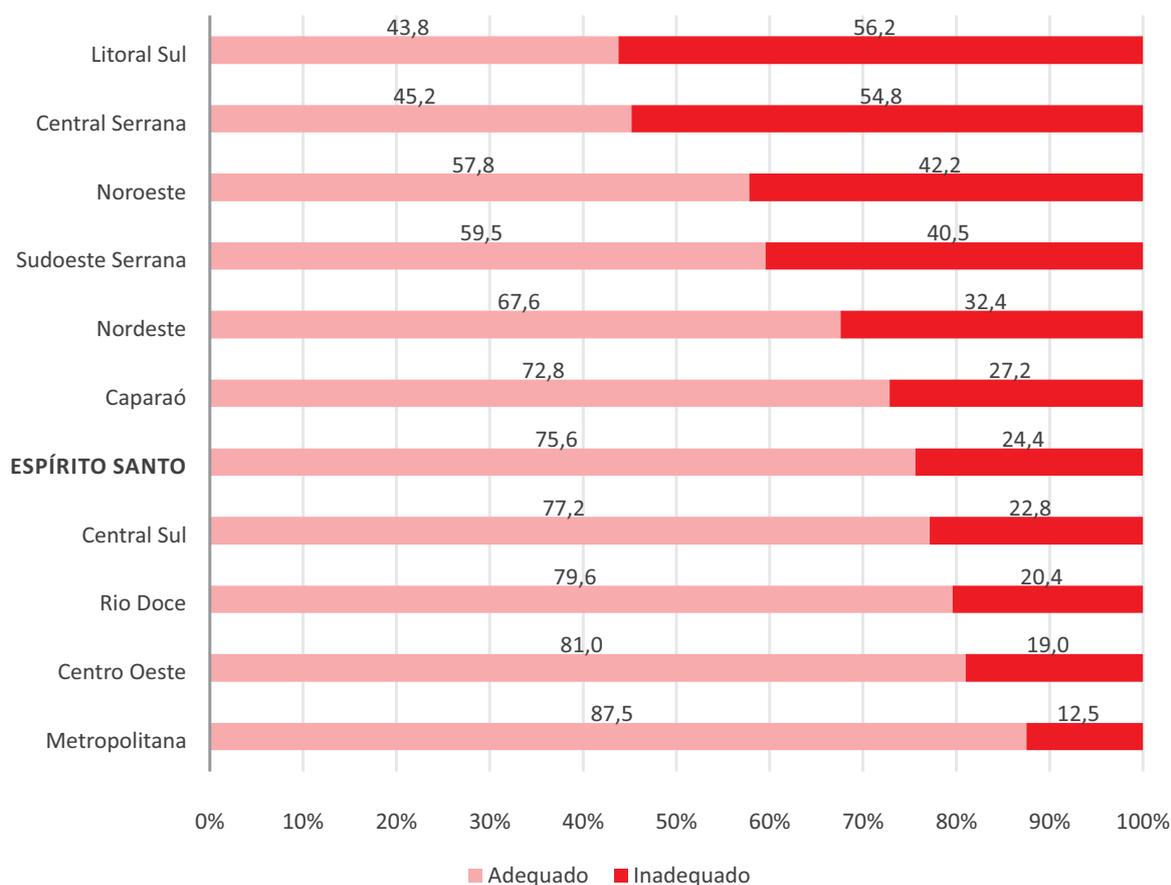


Fonte: CadÚnico, Dezembro de 2016. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Esgotamento Sanitário

No Espírito Santo, 24,4% das famílias com cadastro no CadÚnico não possuem esgotamento sanitário adequado. Nesse aspecto as microrregiões Litoral Sul (56,2%), e Central Serrana (54,8%) aparecem com elevados índices de inadequação. As microrregiões Noroeste e Sudoeste Serrana, apesar de apresentarem inadequação num patamar mais baixo, também apresentam alto percentual (42,2% e 40,5%, respectivamente) de esgotamento inadequado. Em situação de adequação melhor que a média do estado estão as microrregiões Metropolitana (87,5%), Centro Oeste (81,0%), Rio Doce (79,6%) e Central Sul (77,2%). A nível de município (Mapa 12), onze têm inadequação superior a 66,4%.

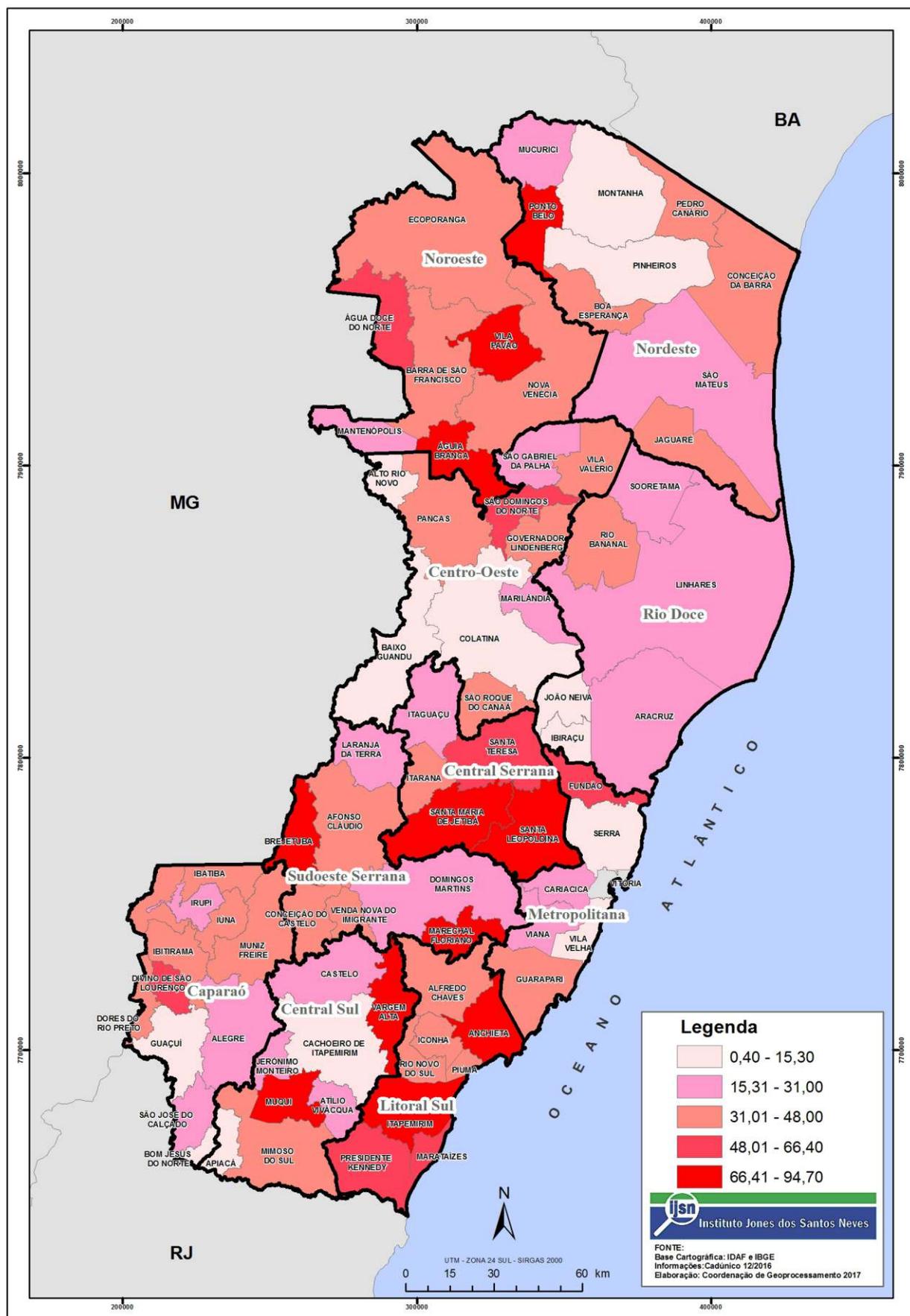
Gráfico 08
 Percentual de famílias que vivem em domicílios com esgotamento sanitário adequado e inadequado Espírito Santo e Microrregiões, 2016



Fonte: CadÚnico, Dezembro de 2016. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Esgotamento sanitário inadequado corresponde às categorias: fossa rudimentar, vala a céu aberto, direto para um rio, lago ou mar, outro.

Mapa 12
 Percentual de famílias inscritas no CadÚnico com esgotamento sanitário inadequado por município
 2016



Iluminação

No Espírito Santo, o acesso à iluminação com energia elétrica apresenta resultados positivos. Entretanto, o acesso a esse serviço é feito por medidor comunitário para uma parcela significativa das famílias (14,6%). As microrregiões que apresentam menor percentual de iluminação elétrica com relógio próprio são: Rio Doce (73,0%), Sudoeste Serrana (75,0%), Noroeste (79,3%) e Caparaó (80,4%). Por outro lado, as Microrregiões que apresentam maior percentual de iluminação elétrica com relógio próprio são: Nordeste (88,1%), Centro Oeste (82,6%) e Metropolitana (81,4%). Com medidor comunitário, ressalta-se a Rio Doce (24,2%), Sudoeste Serrana (23,9%) e Noroeste (20,0%). Na categoria outro, a microrregião Metropolitana apresenta o percentual mais elevado (8,1%).

Gráfico 09
Percentual de famílias que vivem em domicílios com acesso à iluminação elétrica
Espírito Santo e Microrregiões, 2016



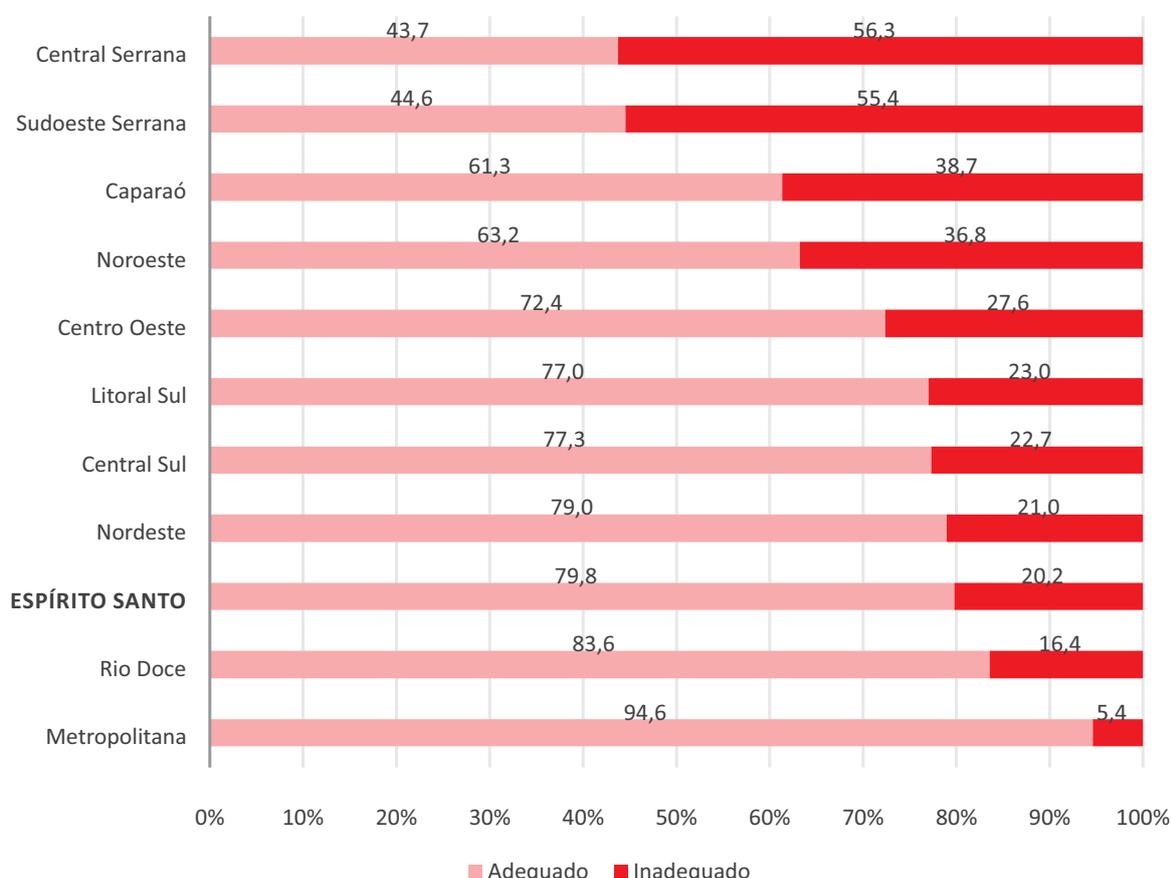
Fonte: CadÚnico, Dezembro de 2016. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Outro corresponde às categorias: elétrica sem medidor, lampião, vela e outro

Abastecimento de Água

O abastecimento de água é essencial para melhorar as condições de vida da população vulnerável, sobretudo em função do impacto na saúde das famílias nesta condição. O abastecimento adequado de água permanece como uma importante meta, principalmente em algumas microrregiões do Estado. As microrregiões onde há maior percentual de famílias cadastradas com abastecimento de água inadequado, são: Central Serrana (56,3%) e Sudoeste Serrana (55,4%). Entre as microrregiões com maiores percentuais de abastecimento adequado estão: Metropolitana (94,6%), Rio Doce (83,6%) e Nordeste (79,0%). A nível de município (Mapa 13), 11 apresentam inadequação superior a 58,5%.

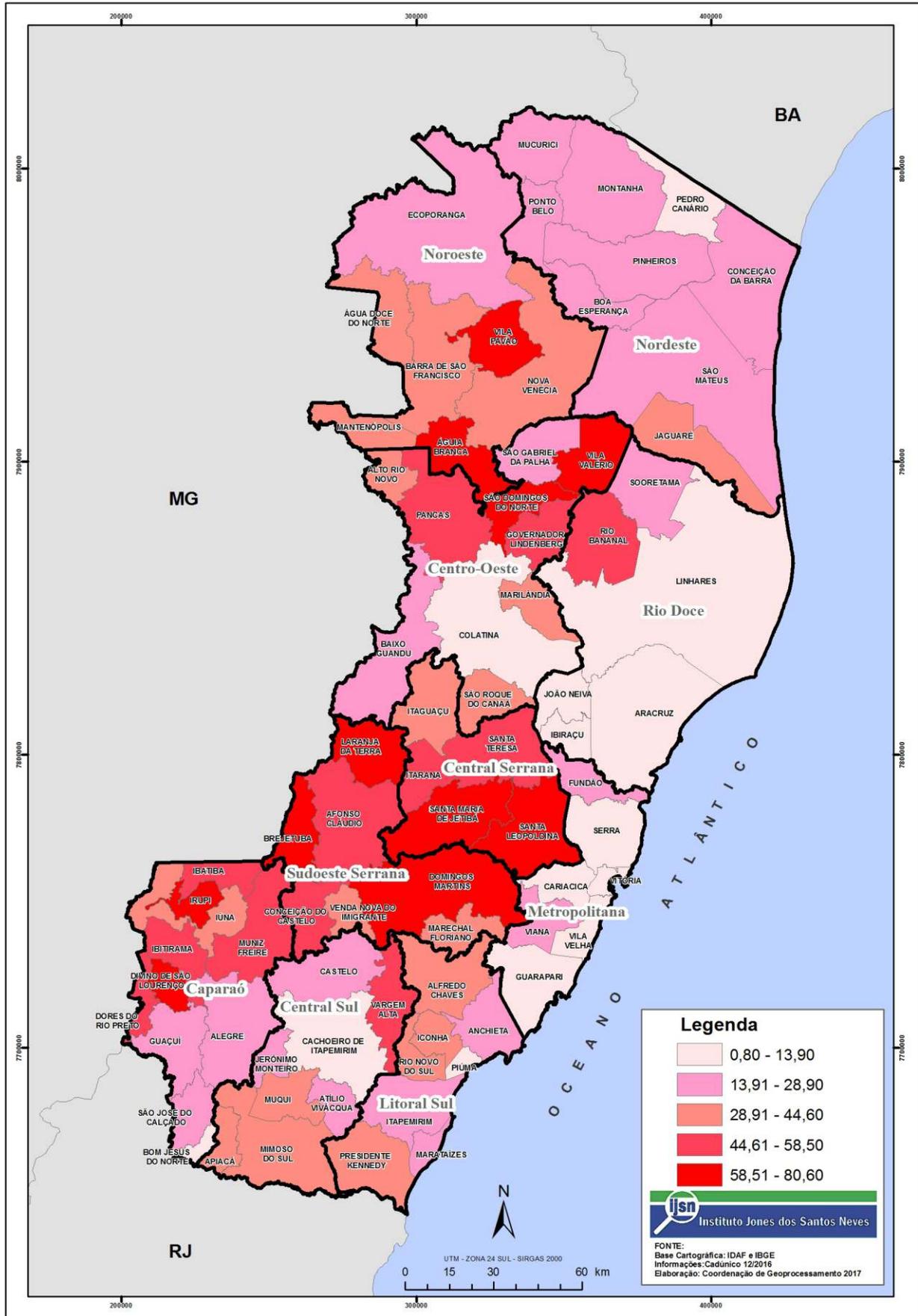
Gráfico 10
Percentual de Famílias que vivem em domicílios com abastecimento de água adequado e inadequado Espírito Santo e Microrregiões, 2016



Fonte: CadÚnico, Dezembro de 2016. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Abastecimento de água inadequado: poço/nascente, cisterna e outro.

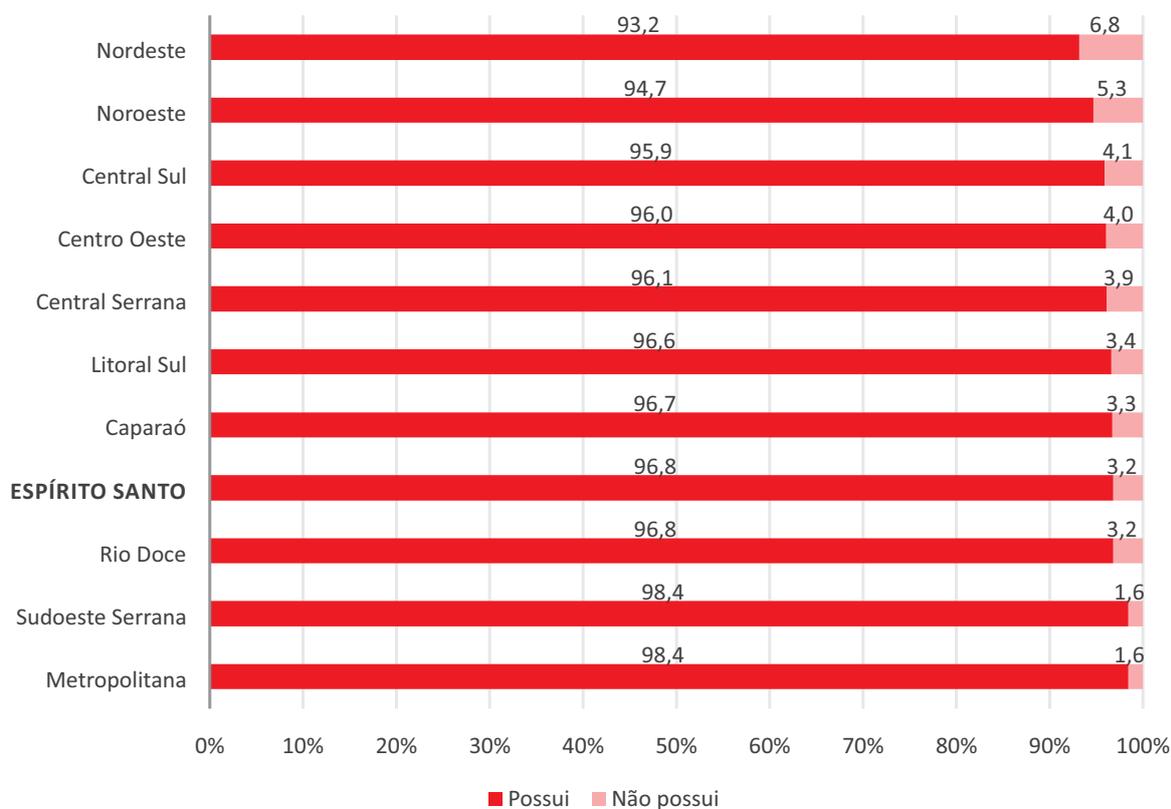
Mapa 13
 Percentual de famílias inscritas no CadÚnico com abastecimento de água inadequado por município 2016



Água Canalizada

No Espírito Santo, 96,8% das famílias com cadastro no CadÚnico vive em domicílios com água canalizada. Todavia, em algumas microrregiões, o percentual de famílias que ainda não possuem água canalizada é alto, face a sua importância para a saúde e bem-estar, como ocorre nas microrregiões Nordeste (6,8%), Noroeste (5,3%), Central Sul (4,1%), e Centro Oeste (4,0%). A Metropolitana e a Sudoeste Serrana apresentam os maiores percentuais de atendimento, ambas com 98,4%.

Gráfico 11
**Percentual de Famílias que vivem em domicílios com água canalizada
 Espírito Santo e Microrregiões, 2016**



Fonte: CadÚnico, Dezembro de 2016. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN



Perfil da Pobreza no Espírito Santo:
Famílias Inscritas no CadÚnico 2016

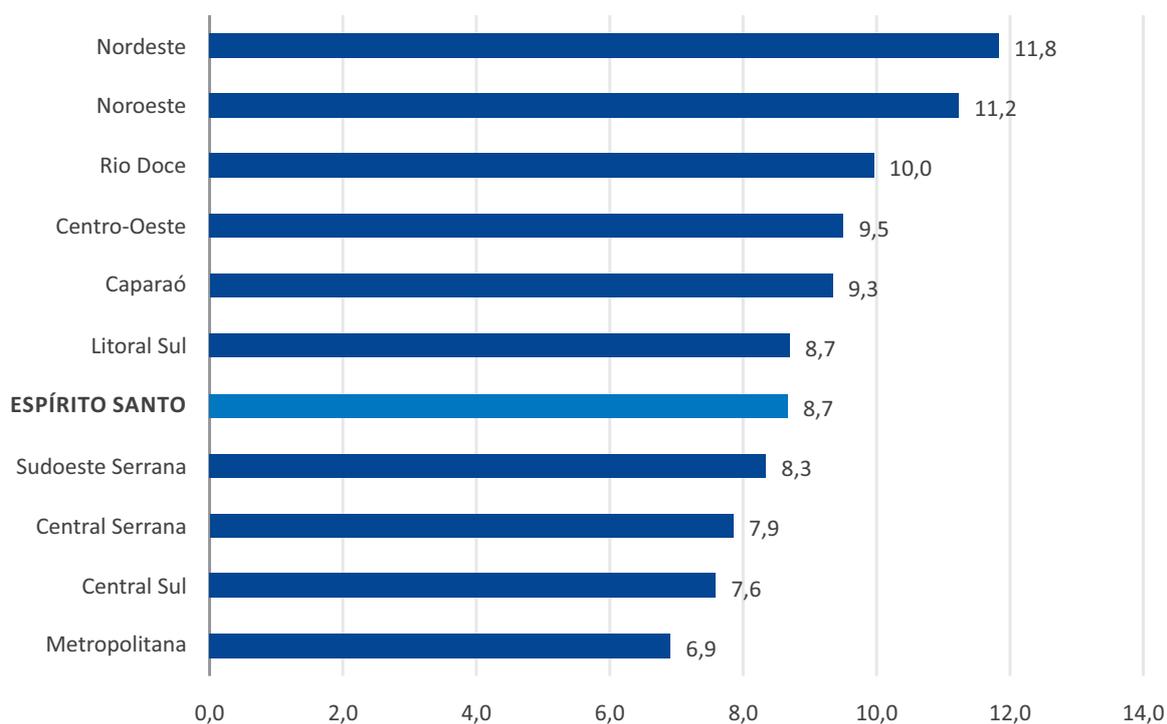
EDUCAÇÃO

Taxa de Analfabetismo

A erradicação do analfabetismo é a primeira diretriz que orienta o Plano Nacional de Educação: PNE 2014 -2024. Face a importância do problema, sua superação aparece ainda em duas metas do PNE: a meta 5 preconiza alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental; a meta 9 propõe elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência do PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

No Espírito Santo, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais inscritas no Cadastro Único em 2016 foi de 8,7%, ou seja, considerando apenas a população inscrita no CadÚnico o estado ainda se encontra 2,2 pontos percentuais (p.p.) acima da meta estabelecida para 2015. Entretanto, cabe esclarecer que a meta foi estabelecida com base em toda a população. A microrregião Nordeste apresenta a maior taxa (11,8%), a segunda maior taxa foi registrada pela microrregião Noroeste (11,2%). A microrregião Metropolitana registrou a menor taxa de analfabetismo (6,9%), ou seja, mais uma vez, se fosse considerada apenas a população do CadÚnico, a microrregião teria ficado 0,4 (p.p.) distante da referida meta.

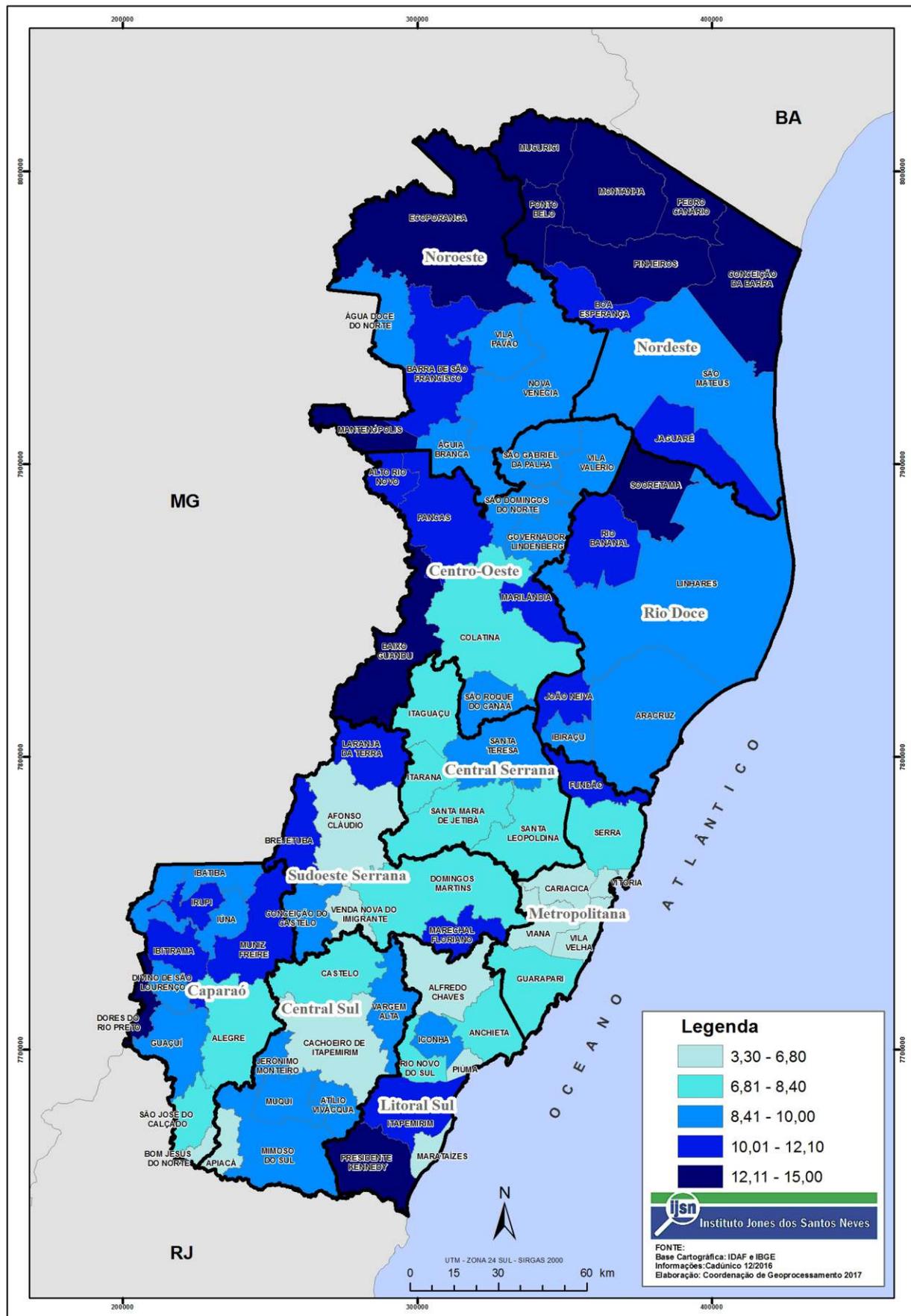
Gráfico 12
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais inscrita no CadÚnico Espírito Santo e Microrregiões, 2016



Fonte: CadÚnico, Dezembro de 2016. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Conforme observa-se no Mapa 14, o município que obteve a menor taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais foi Alfredo Chaves (3,3%). Por outro lado, os municípios com as taxas mais elevadas foram Ecoporanga (15,0%), Pedro Canário (14,6%), Mucurici (14,2%), Conceição da Barra (14,1%), Pinheiros (13,7%), Mantenópolis (13,6%), Presidente Kenedy (13,6%), Sooretama (13,6%), Ponto Belo (13,0%), Dolores de Rio Preto (13,0%) e Baixo Guandu (12,9%).

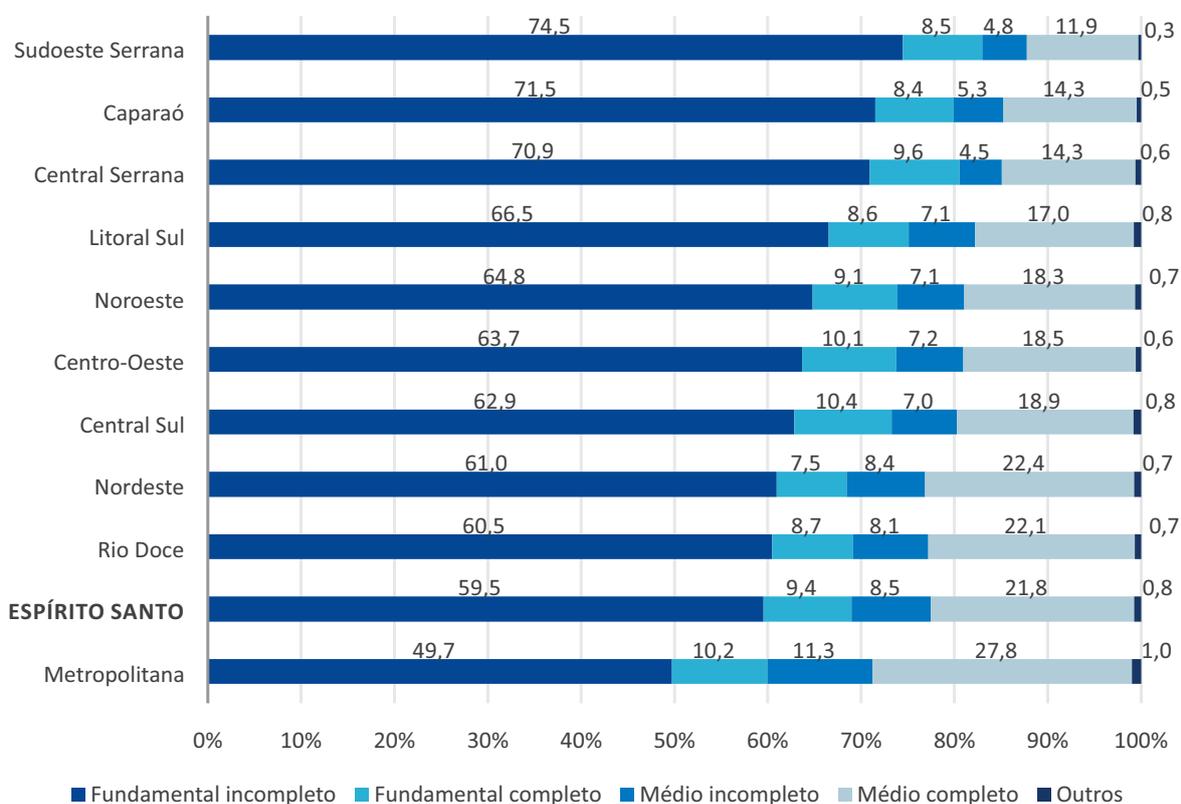
Mapa 14
Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais inscritas no CadÚnico por município 2016



Escolaridade

No Espírito Santo, a maior parte da população de 25 anos ou mais inscrita no CadÚnico possui apenas o ensino fundamental incompleto (59,5%). No Estado, a parcela dessa população com o ensino médio completo, uma escolaridade que permite aos indivíduos acessarem melhores ocupações no mercado de trabalho, é de 21,8%. Entre as microrregiões, a Metropolitana apresenta a situação menos desfavorável, com 27,8% da população de 25 anos ou mais com o ensino médio completo e 10,2% com o fundamental completo, 49,7% é o percentual do fundamental incompleto. Por outro lado, na microrregião Sudoeste Serrana reside a parcela da população inscrita no Cadastro Único com a escolaridade mais baixa, onde 74,5% possuem o fundamental incompleto e apenas 11,9% possuem o médio completo.

Gráfico 13
Escolaridade da população de 25 anos ou mais inscrita no CadÚnico Espírito Santo e Microrregiões, 2016



Fonte: CadÚnico, Dezembro de 2016. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

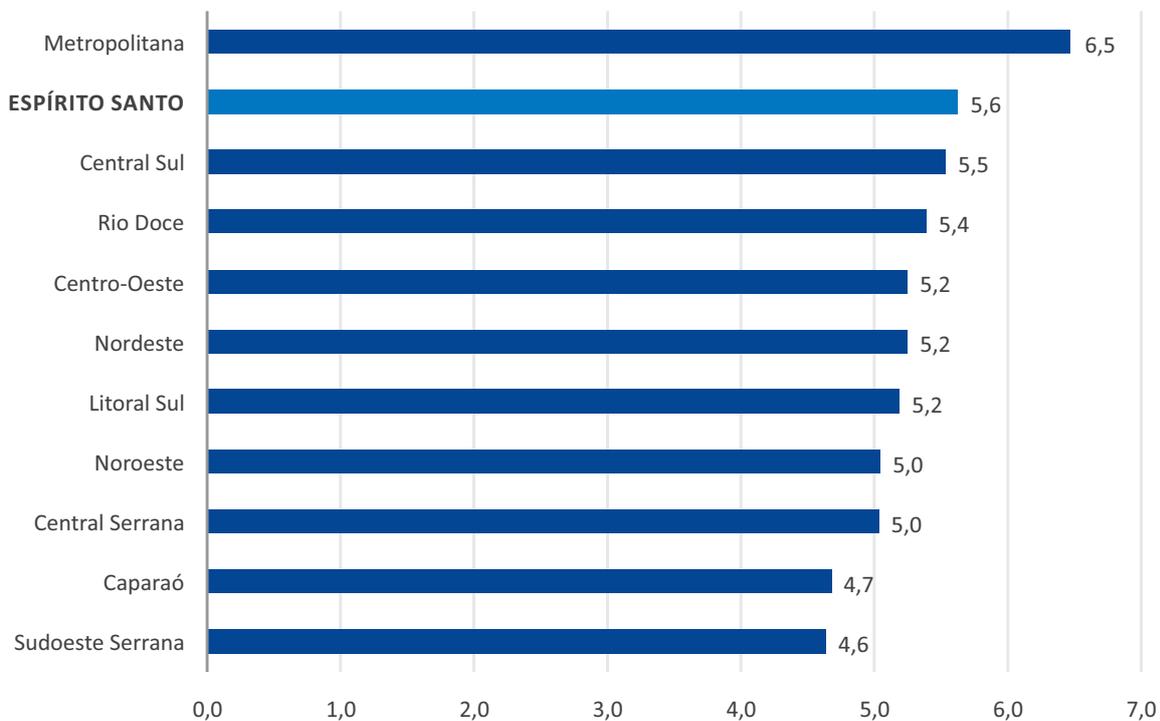
Nota: A categoria Fundamental completo correspondia até o ano de 2006 a 8 anos de estudo, médio completo correspondia a 11 anos de estudo. A categoria outros inclui os itens superior incompleto, superior completo, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado.

Média de anos de estudo da população de 25 anos ou mais

A população do estado de 25 anos ou mais inscrita no CadÚnico estudou em média apenas 5,6 anos, ou seja, essa população não possui anos de estudo suficiente para concluir sequer o ensino fundamental. No geral, os números apresentados são baixos em todas as microrregiões. A microrregião que apresenta a maior média de anos de estudo é a Metropolitana (6,5) e a menor é a Sudoeste Serrana (4,6).

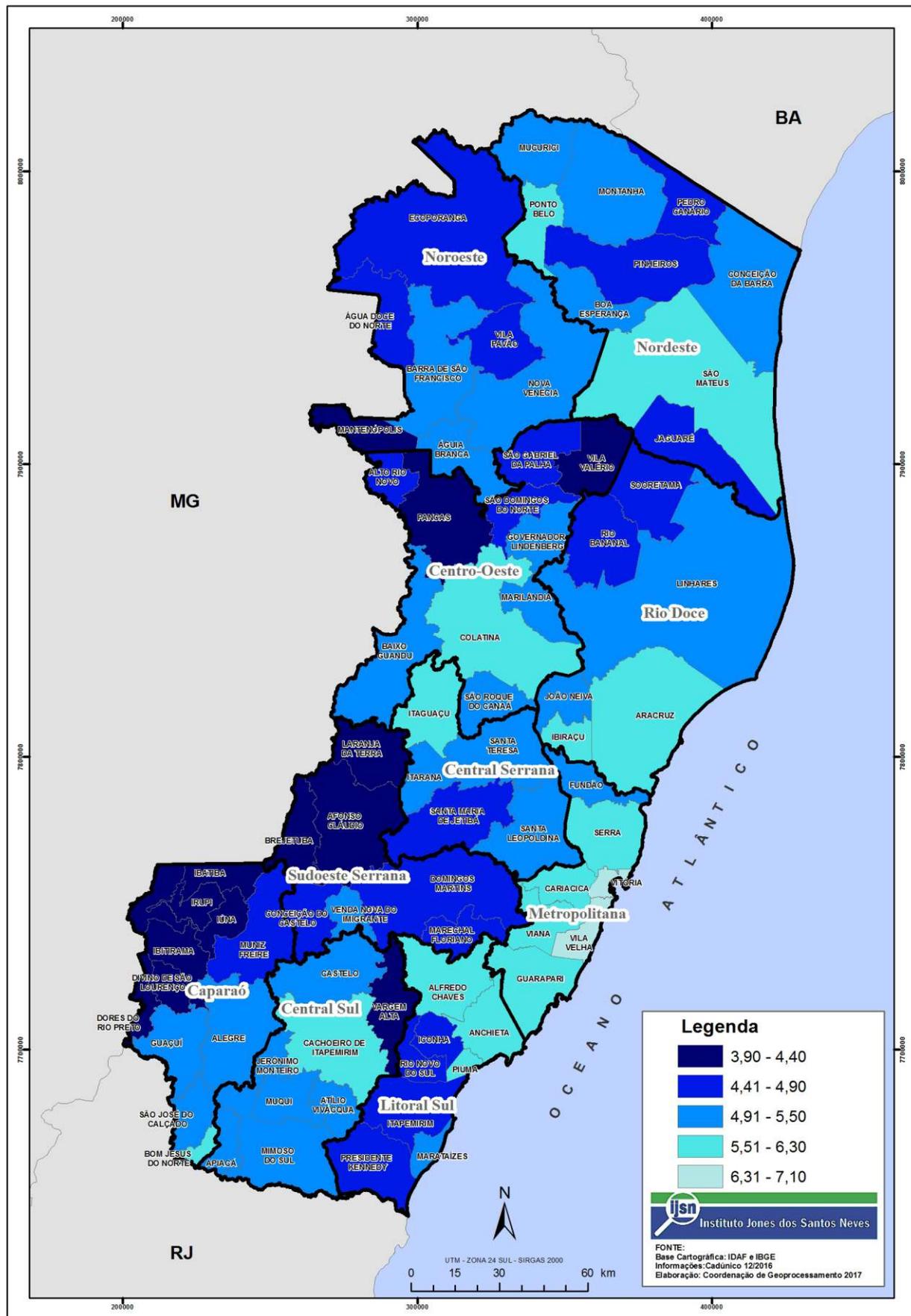
O Mapa 15 descreve a média de anos de estudo da população de 25 anos ou mais por município. Vitória (7,1) e Vila Velha (6,8) e Serra (6,3) registraram as maiores médias entre os municípios do estado. Os municípios com as menores médias de anos de estudo foram: Brejetuba (3,9), Irupi (3,9), Divino de São Lourenço (4,2), Ibatiba (4,2), Vila Valério (4,2), Iúna (4,2%), Mantenedópolis (4,3), Vargem Alta (4,3), Pancas (4,3), Dolores do Rio Preto (4,3), Ibitirama (4,3), Laranja da Terra (4,4), Afonso Cláudio (4,4).

Gráfico 14
Média de anos de estudo da população de 25 anos ou mais inscrita no CadÚnico Espírito Santo e Microrregiões, 2016



Fonte: CadÚnico, Dezembro de 2016. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Mapa 15
Média de anos de estudo da população de 25 anos ou mais inscrita no CadÚnico por município, 2016

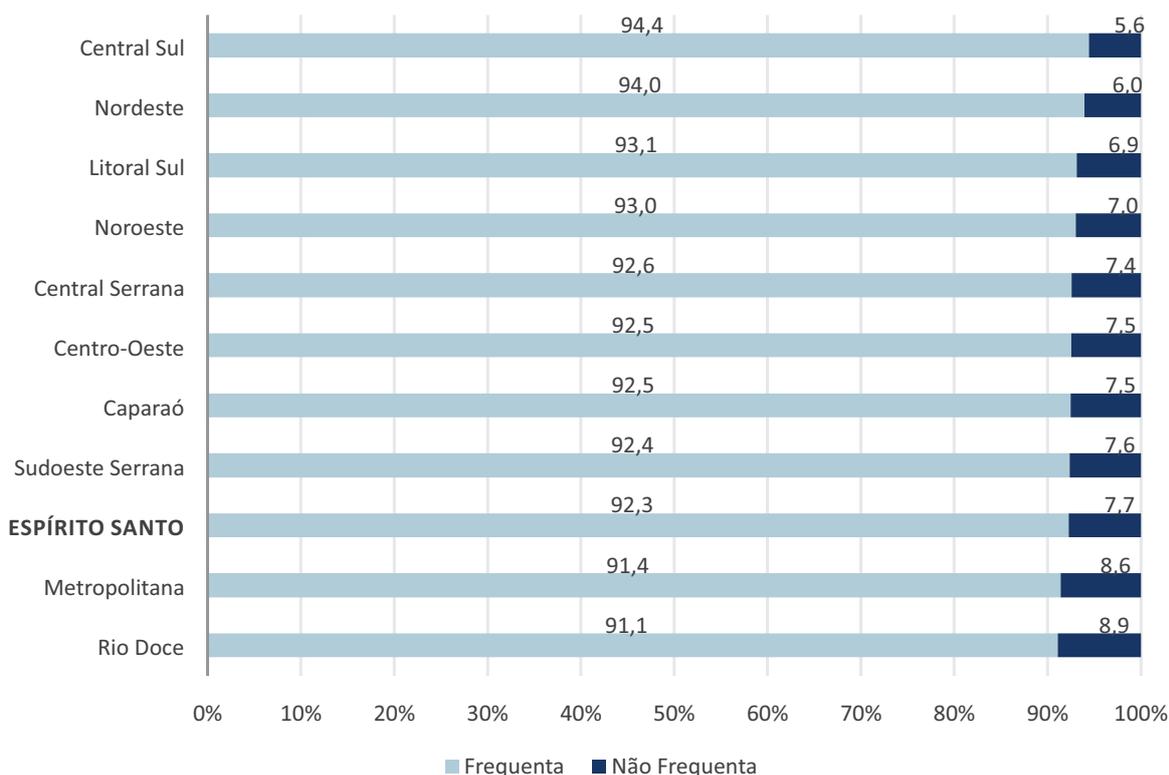


Educação Básica

No Espírito Santo, o percentual de pessoas inscritas no CadÚnico com idade entre 4 e 17 anos que frequenta a escola é de 92,3%. Em todas as microrregiões do estado mais de 90% das crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos de idade estão matriculadas na escola. Entretanto, considerando a obrigatoriedade da educação nessa faixa, o percentual de pessoas que não frequenta a escola permanece desafiador. Nas microrregiões Rio Doce e Metropolitana 8,9% e 8,6%, respectivamente, das pessoas em idade escolar estão fora da escola.

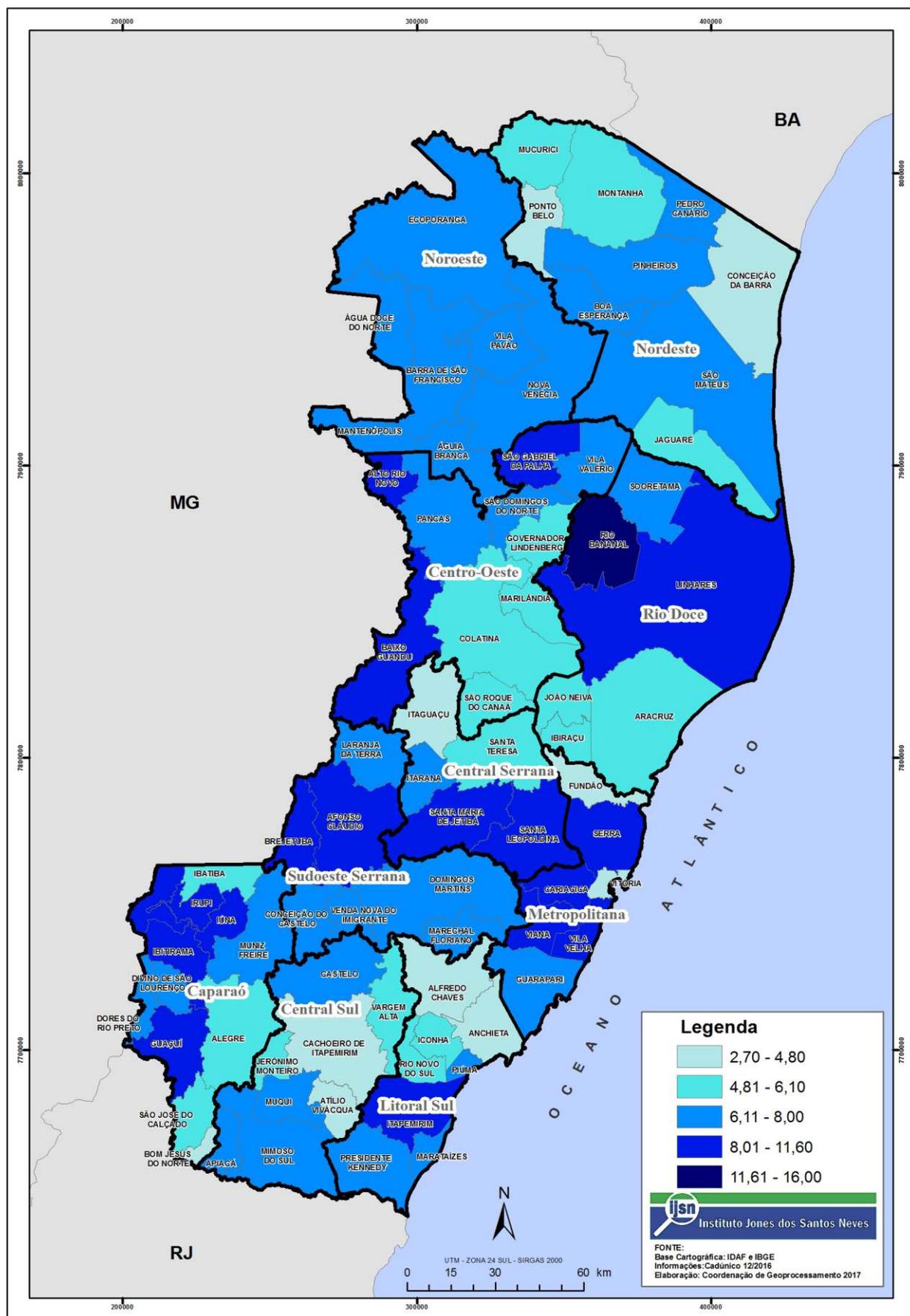
O Mapa 16 descreve o percentual de pessoas com idade entre 4 e 17 anos inscritas no CadÚnico que não frequenta a escola por município. Anchieta registrou o menor percentual de pessoas fora da escola, entre os municípios do estado (2,7%). Os municípios com os percentuais mais elevados foram: Rio Bananal (16,2%), Irupi (11,6%), Baixo Guandu (11,6%).

Gráfico 15
Percentual de pessoas com idade entre 4 e 17 anos inscritas no CadÚnico que frequenta a escola Espírito Santo e Microrregiões, 2016



Fonte: CadÚnico, Dezembro de 2016. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Mapa 16
 Percentual de pessoas cadastradas no CadÚnico de 4 a 17 anos que não frequentam escola por município 2016

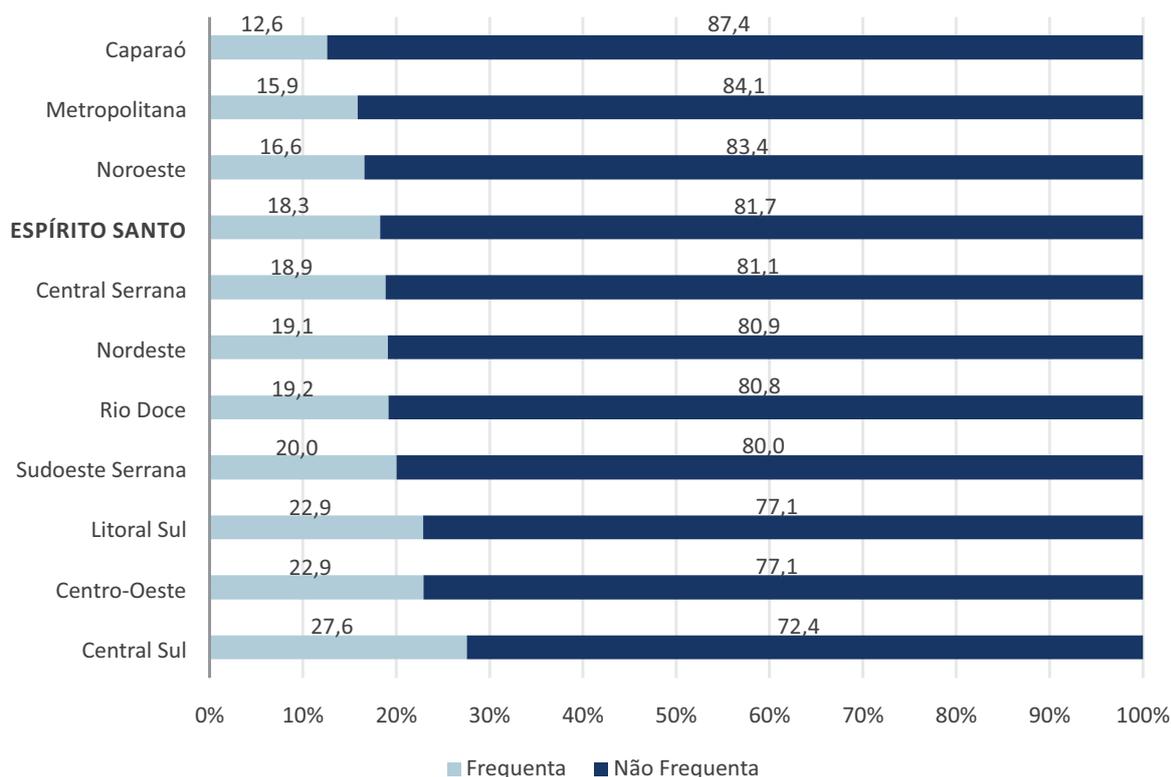


Educação Infantil (0 a 3 anos)

No Espírito Santo, 81,7% das crianças inscritas no Cadastro Único com idade até 3 anos não frequenta a escola ou creche. Os números são desafiadores em todas as microrregiões. Na microrregião Caparaó, 87,4% das crianças até 3 anos não frequentam a escola ou creche, enquanto, 12,6% deste grupo etário possui acesso à escola. A realidade da microrregião Metropolitana é mais desafiadora, considerando o maior número de crianças nessa microrregião, onde 84,1% das crianças até 3 anos estão fora da escola ou creche. A microrregião com a situação menos desfavorável é a Central Sul, onde 72,4% das crianças não frequentam escola ou creche.

Os dados demonstram a dimensão do desafio de incluir as crianças nessa faixa etária nas creches ou escolas. Desafio assumido pela sociedade brasileira conforme registrado na meta 1 do PNE que estabelece: ampliar a oferta de Educação Infantil em Creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da sua vigência. Destaca-se que o acesso à escola para a faixa etária de 0 a 3 anos não é obrigatório.

Gráfico 16
Proporção de crianças de 0 e 3 anos inscritas no CadÚnico que frequentam escola ou creche Espírito Santo e Microrregiões, 2016

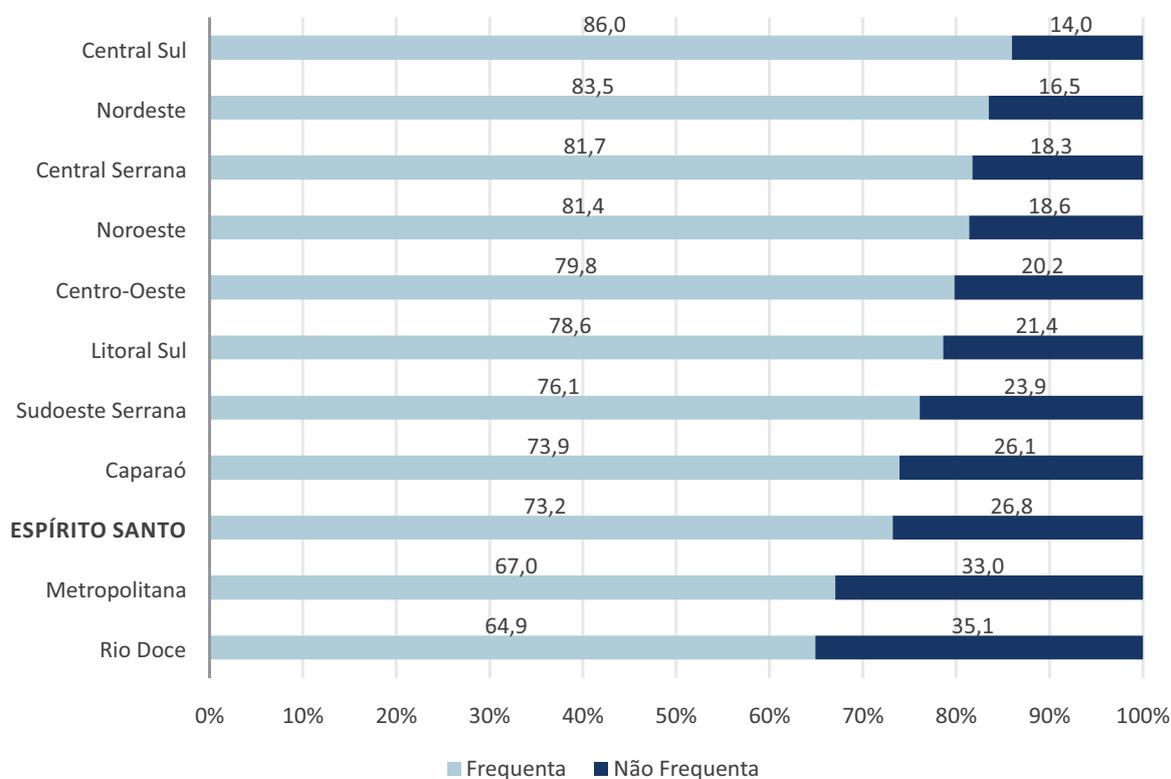


Fonte: CadÚnico, Dezembro de 2016. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Educação Infantil (4 e 5 anos)

No Espírito Santo, 73,2% das crianças de 4 e 5 anos inscritas no Cadastro Único frequentam a escola. A microrregião Central Sul aparece com o percentual mais elevado de frequência das crianças nessa idade (86,0%). A microrregião Rio Doce aparece com o maior percentual de crianças nessa faixa etária que não frequenta a escola (35,1%). Na microrregião Metropolitana, 33,0% das crianças de 4 e 5 anos não frequentam a escola. Esse cenário é bastante desafiador, uma vez que a matrícula das crianças na escola é obrigatória a partir dos 4 anos de idade. Cabe destacar que a meta 5 do PNE estabelece universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade.

Gráfico 17
Percentual de crianças de 4 e 5 anos inscritas no CadÚnico que frequentam a escola Espírito Santo e Microrregiões, 2016

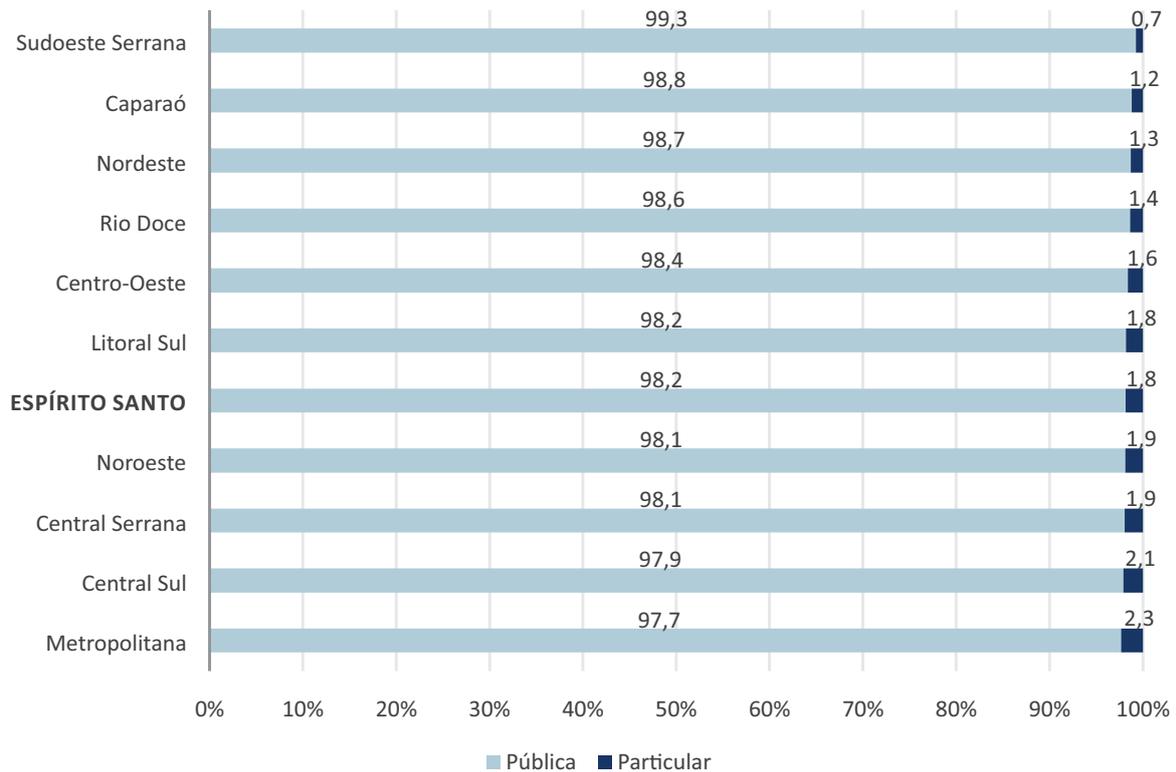


Fonte: CadÚnico, Dezembro de 2016. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Rede escolar

Dentre indivíduos que frequentam a escola, a maioria estuda na rede pública. No estado do Espírito Santo, o percentual de pessoas inscritas no CadÚnico que frequenta a escola pública é 98,2%. A categoria pública inclui as redes municipais, estadual e federal.

Gráfico 18
**Frequência escolar da população, por tipo de rede escolar
 Espírito Santo e Microrregiões, 2016**

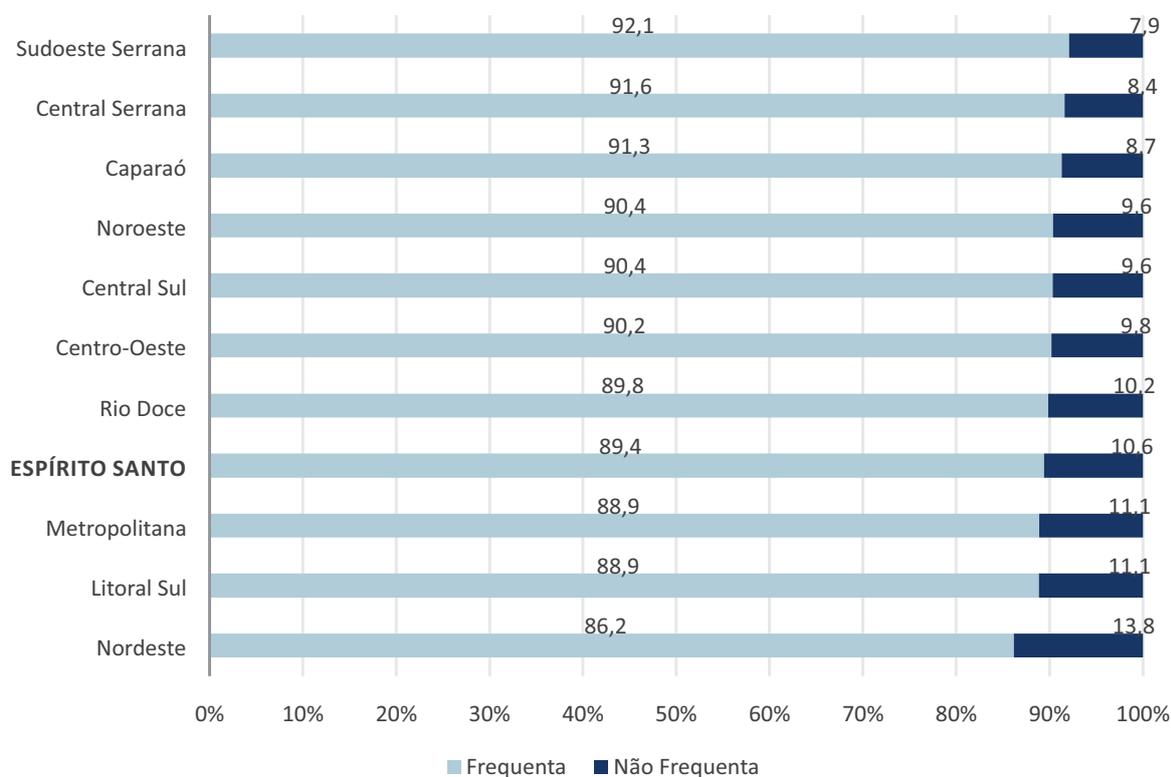


Fonte: CadÚnico, Dezembro de 2016. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Educação inclusiva

No Espírito Santo, o percentual de pessoas com deficiência inscritas no CadÚnico em idade escolar que frequenta a escola é de 89,4%. Entre pessoas dessa faixa etária, independente da condição de deficiência, o percentual é de 92,3%, uma diferença de 2,9 pontos percentuais. O pior cenário aparece na microrregião Nordeste, onde 13,8% das pessoas com deficiência em idade de 4 a 17 anos estão fora da escola.

Gráfico 19
Proporção de pessoas de 4 a 17 anos com deficiência inscritas no CadÚnico que frequenta a escola Espírito Santo e Microrregiões, 2016



Fonte: CadÚnico, Dezembro de 2016. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN



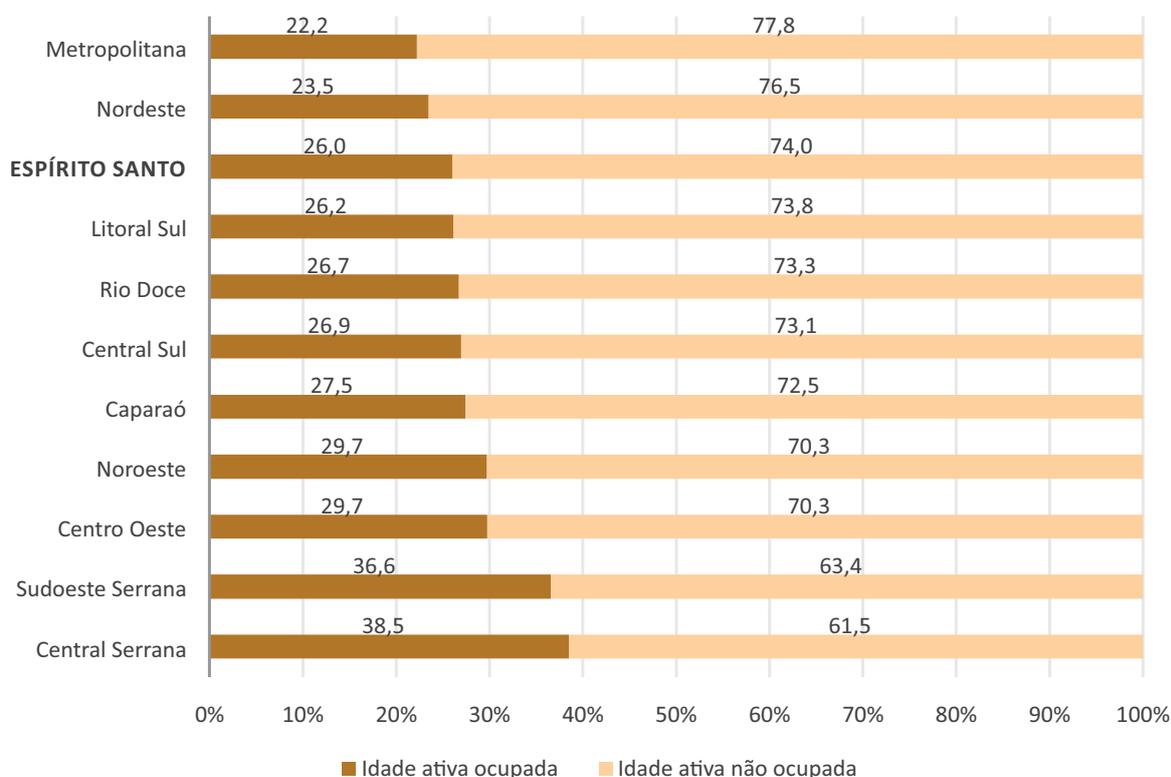
Perfil da Pobreza no Espírito Santo:
Famílias Inscritas no CadÚnico 2016

MERCADO DE TRABALHO

População em idade ativa (PIA)

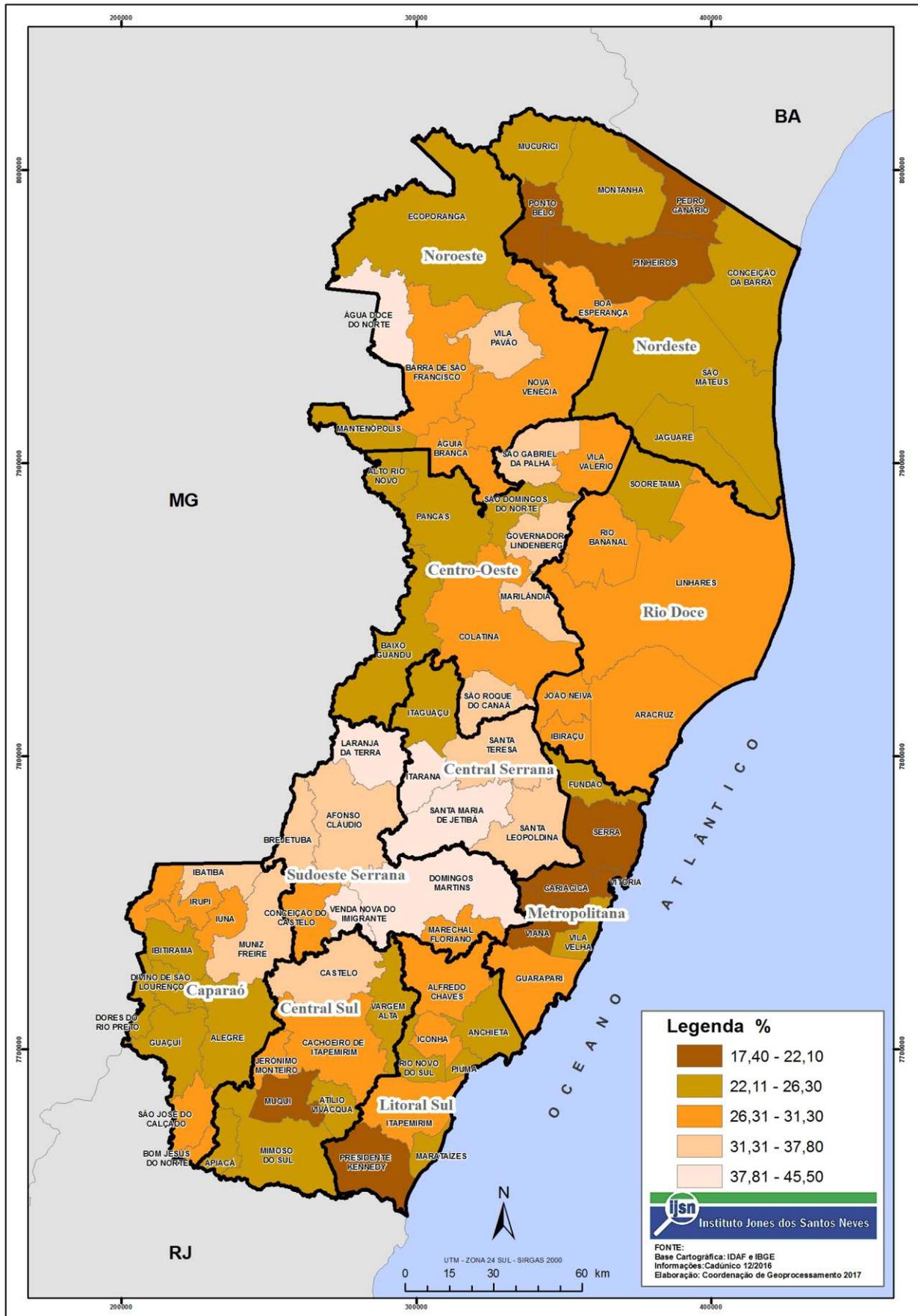
No Espírito Santo, 26,0% das pessoas com cadastro atualizado no CadÚnico e que possuíam 14 anos ou mais de idade (população em idade ativa - PIA), estavam ocupadas (trabalharam na semana passada de referência ou estiveram afastadas do trabalho por algum motivo - doença, falta voluntária, licença, férias, outro). Esse resultado mostra que a grande maioria da PIA se encontrava não ocupada. A distribuição microrregional mostra que os menores valores da PIA ocupada ocorrem nas Microrregiões Metropolitana (22,2%) e Nordeste (23,5%) e os maiores na Sudoeste Serrana (36,6%) e Central Serrana (38,5%). A análise por município (Mapa 17) mostra que Pinheiros é o que tem a menor inserção da PIA no mercado de trabalho (17,4%), enquanto Itarana é o município com maior inserção da PIA (45,5%).

Gráfico 20
População em idade ativa (pessoas a partir dos 14 anos) ocupadas e não ocupadas
Espírito Santo e Microrregiões, 2016



Fonte: CadÚnico, Dezembro de 2016. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

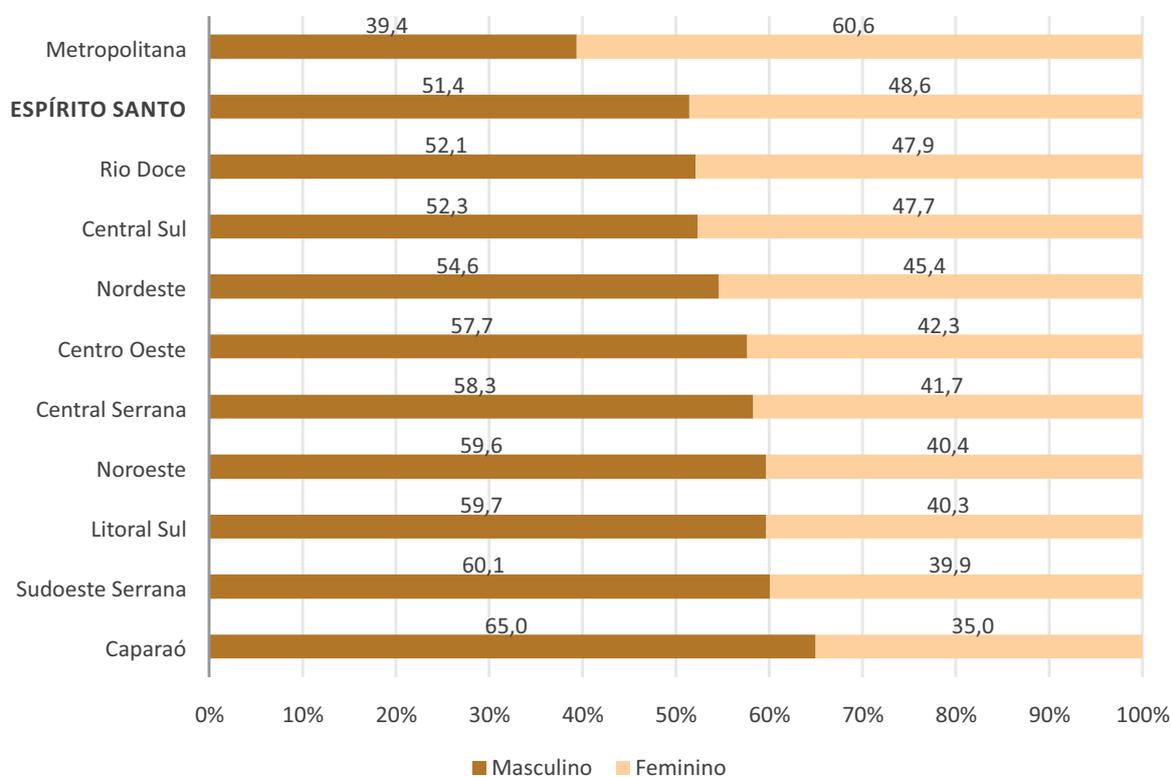
Mapa 17
 Percentual da população em Idade Ativa Ocupada (14 anos ou mais de idade) inscrita no CadÚnico por município 2016



Distribuição da população em idade ativa ocupada, por gênero

A distribuição dos ocupados com 14 anos ou mais de idade (PIA ocupada), mostra que no Espírito Santo, 51,4% são do gênero masculino e 48,6% do gênero feminino. A maior participação do gênero masculino é verificada em todas as Microrregiões (com exceção da Microrregião Metropolitana onde a maioria é do gênero feminino). A Microrregião do Caparaó é a que apresenta a maior participação de homens (65,0%), seguida da Sudoeste Serrana (60,1%) e Litoral Sul (59,7%). As maiores participações femininas estão nas Microrregiões Metropolitana (60,6%), Rio Doce (47,9%) e Central Sul (47,7%).

Gráfico 21
Distribuição da PIA ocupada por gênero
Espírito Santo e Microrregiões, 2016

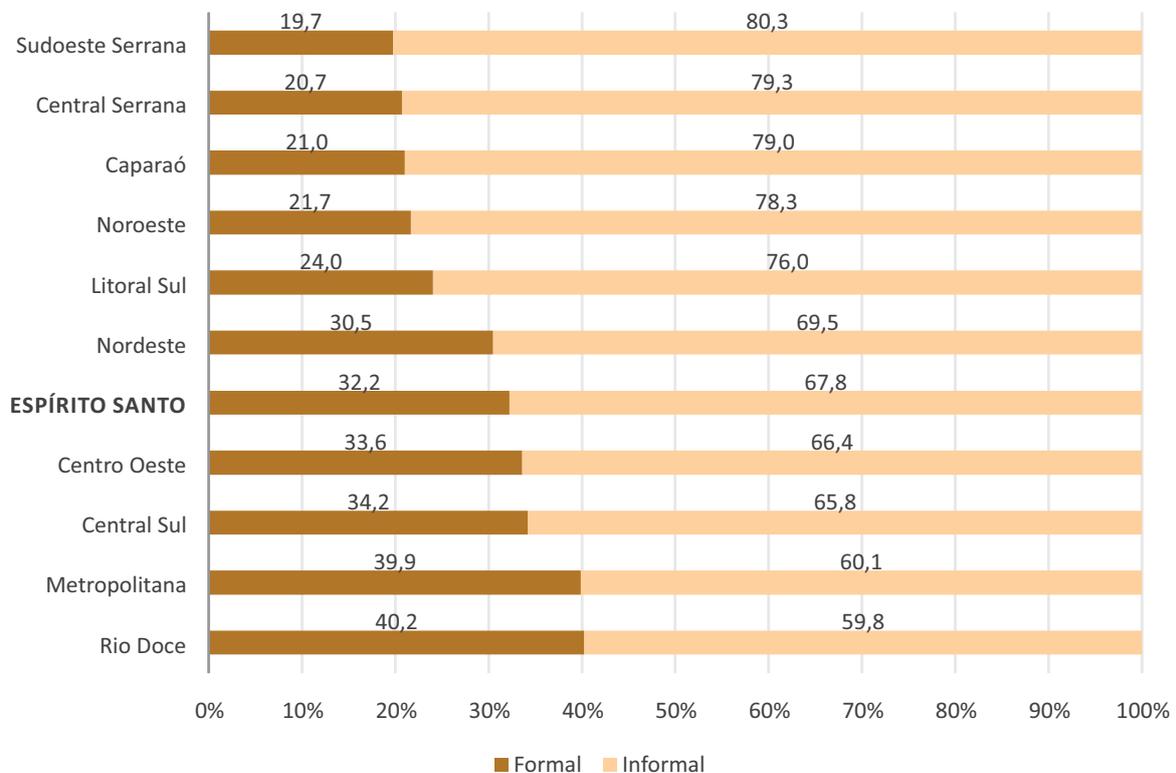


Fonte: CadÚnico, Dezembro de 2016. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

População em idade ativa ocupada por setor formal e informal

A condição da ocupação revela altos percentuais de informalidade. No estado, a informalidade alcançou 67,8% da PIA ocupada. Em relação às Microrregiões, as maiores taxas foram verificadas na Sudoeste Serrana (80,3%), Central Serrana (79,3%), Caparaó (79,0%), Noroeste (78,3%) e Litoral Sul (76,0%). A microrregião Rio Doce apresentou a maior taxa de ocupados formais (40,2%). A nível de município (Mapa 18), os maiores percentuais de ocupados informais ocorreram em Brejetuba (95,1%), Água Doce do Norte (94,2%), Laranja da Terra (93,60%), Vila Valério (91,1%) e Irupi (90,7%). Em João Neiva, Ibirapuçu e Vitória estão as maiores participações formais (54,4%, 54,2% e 48,9%, respectivamente).

Gráfico 22
PIA ocupada por setor formal e informal
Espírito Santo e Microrregiões, 2016

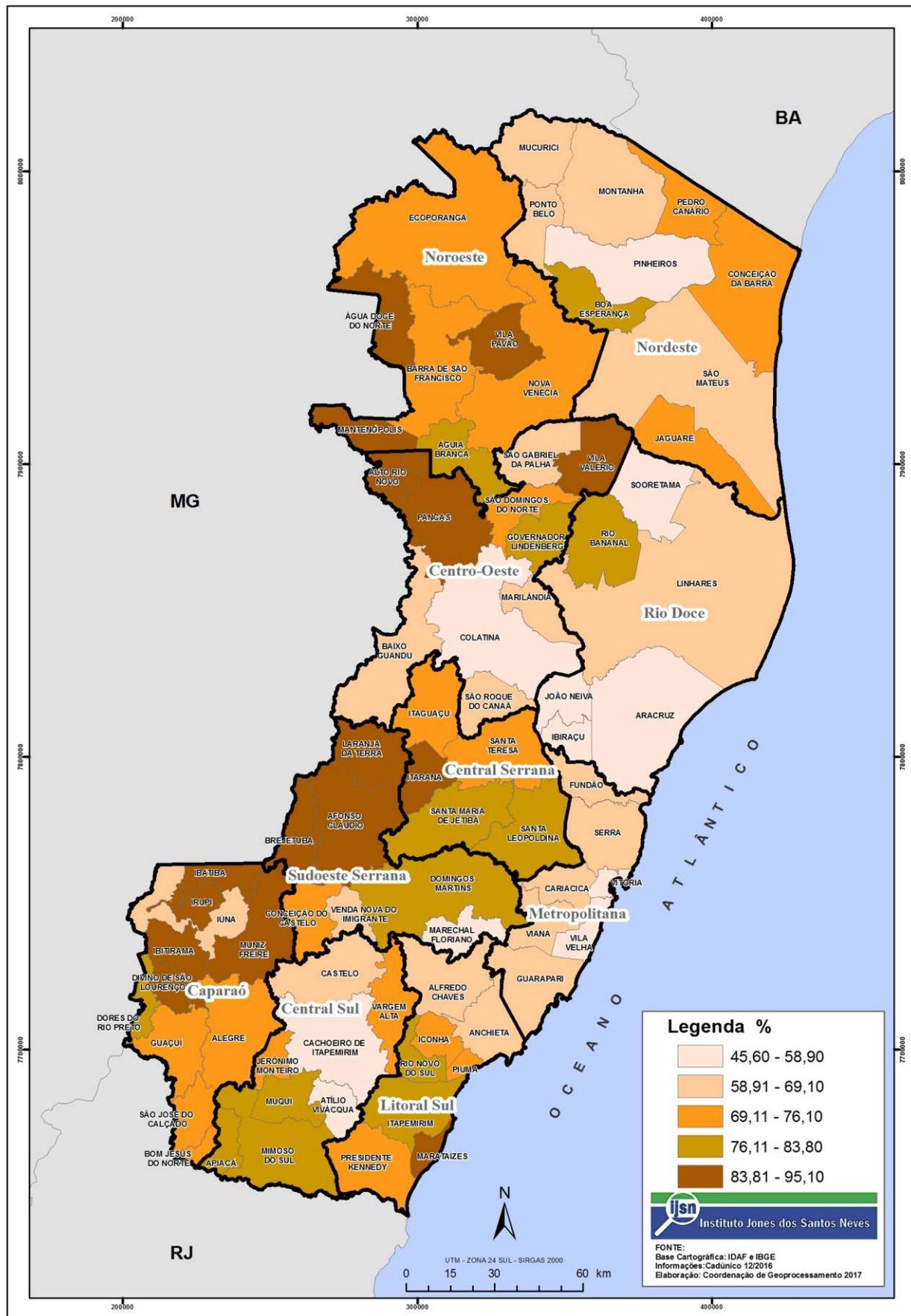


Fonte: CadÚnico, Dezembro de 2016. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

A classificação formal/informal agrupou as categorias de posição na ocupação conforme segue:

- . Formal: Empregados com carteira de trabalho assinada, Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, Militar ou Servidor Público, Empregador, Estagiário/Aprendiz.
- . Informal: Trabalhador por conta própria (bico/autônomo), Trabalhador temporário em área rural, Empregado sem carteira de trabalho assinada, Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada, Trabalhador não-remunerado.

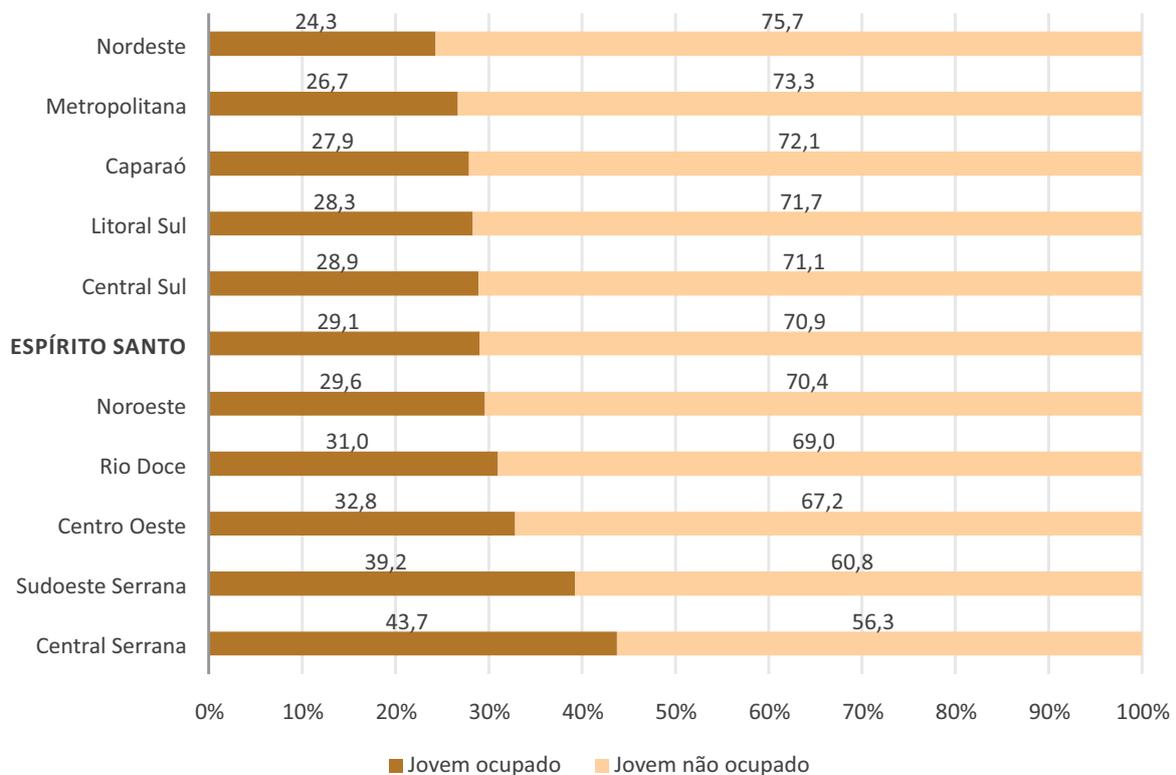
Mapa 18
 Percentual da PIA inscrita no CadÚnico com ocupação informal por município
 2016



Situação dos jovens no mercado de trabalho

No Espírito Santo, 29,1% dos jovens com cadastro atualizado no CadÚnico e, que possuíam entre 15 e 29 anos de idade, estavam ocupados (trabalharam na semana passada de referência ou estiveram afastadas do trabalho por algum motivo - doença, falta voluntária, licença, férias, outro). Esse resultado mostra que a grande maioria dos jovens se encontrava desocupada. As maiores ocupações estavam nas microrregiões Central Serrana (43,7%) e Sudoeste Serrana (39,2%). Por outro lado, as maiores desocupações estavam nas microrregiões Nordeste (75,7%), Metropolitana (73,3%), Caparaó (72,1%) e Litoral Sul (71,7%).

Gráfico 23
Taxa de ocupação dos jovens de 15 a 29 anos
Espírito Santo e Microrregiões, 2016

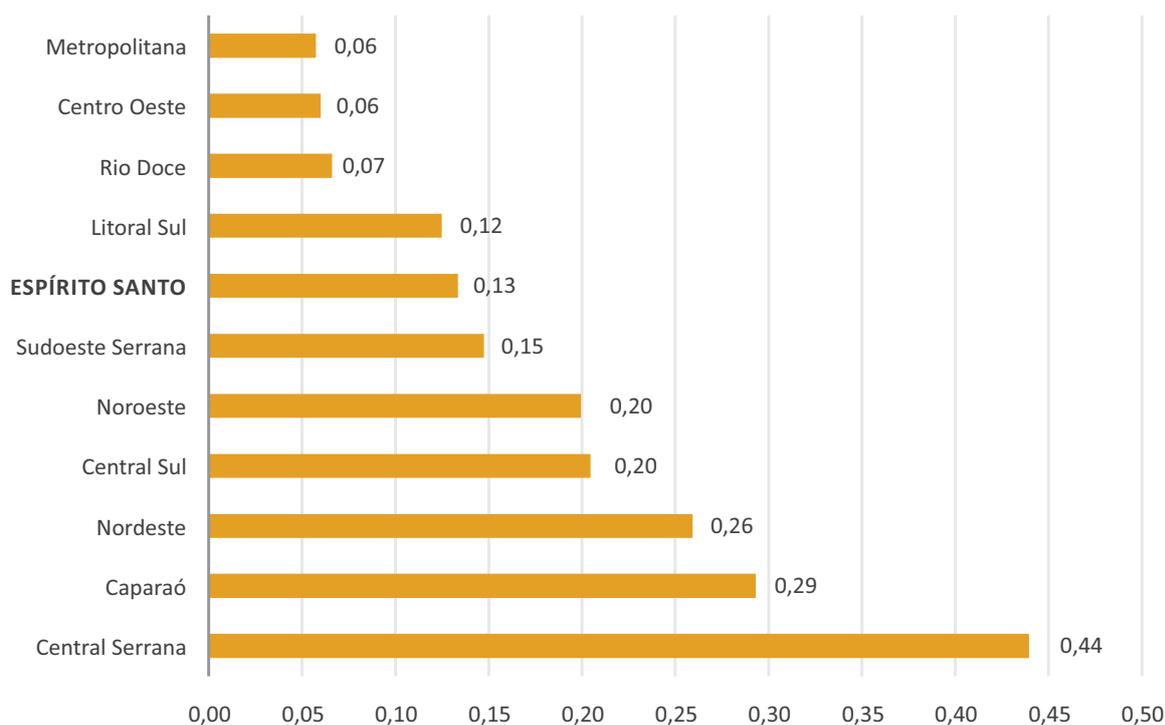


Fonte: CadÚnico, Dezembro de 2016. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Trabalho Infantil na família

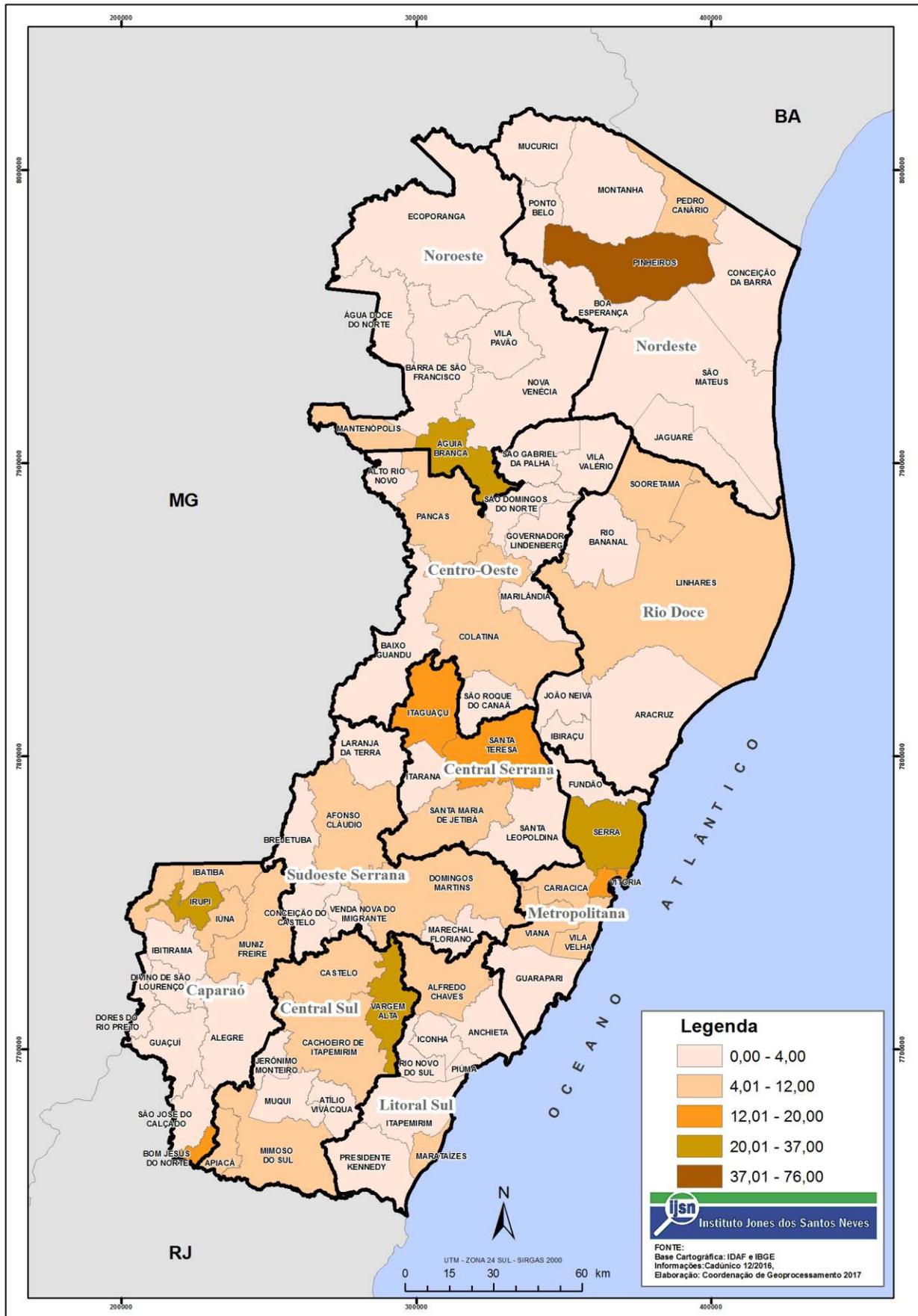
No Espírito Santo, das famílias com cadastrado atualizado no CadÚnico, 488 (0,13% do total) informaram que havia trabalho infantil na família. A média estadual é de 6,25 famílias por município. O recorte microrregional mostra grandes diferenças, variando de 0,06% (80 famílias) na microrregião Metropolitana a 0,44% (47 famílias) na microrregião Central Serrana. Em valores absolutos, destacam-se as microrregiões Nordeste (98 famílias), Metropolitana (80 famílias) e Caparaó (66 famílias). A nível de município (Mapa 19), Pinheiros (76), Serra (37), Águia Branca (33) e Vargem Alta (27) apresentam o maior número de famílias com trabalho infantil. Os municípios de Atílio Vivacqua, Alegre, Baixo Guandu, Brejetuba, Conceição da barra, Conceição do Castelo, Divino de São Lourenço, Fundão, Governador Lindenberg, Ibitiraçu, Ibitirama, Iconha, Itarana, Marechal Floriano, Mucurici, Presidente Kennedy, Rio Novo do Sul, Santa Leopoldina, São Domingos do Norte, São Gabriel da Palha e Vila Valério não apresentaram casos de trabalho infantil na família.

Gráfico 24
Percentual de famílias com trabalho Infantil
Espírito Santo e Microrregiões, 2016



Fonte: CadÚnico, Dezembro de 2016. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

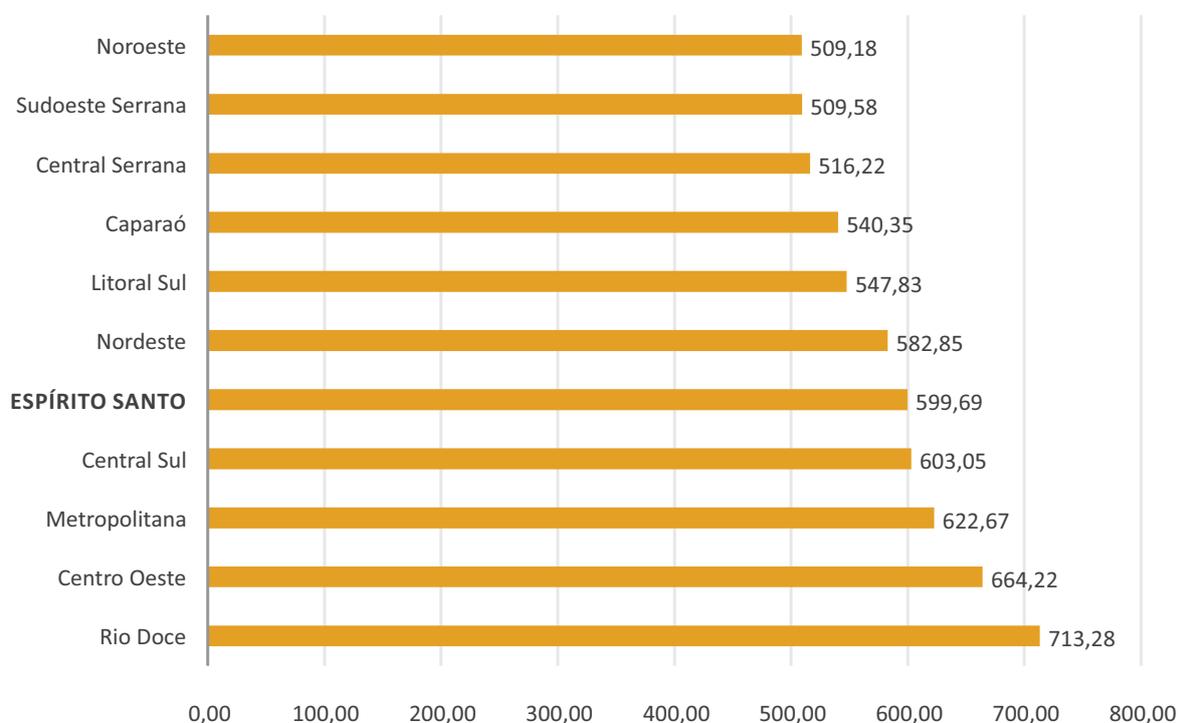
Mapa 19
 Número de famílias inscritas no CadÚnico com Trabalho Infantil por município
 2016



Rendimento do trabalho

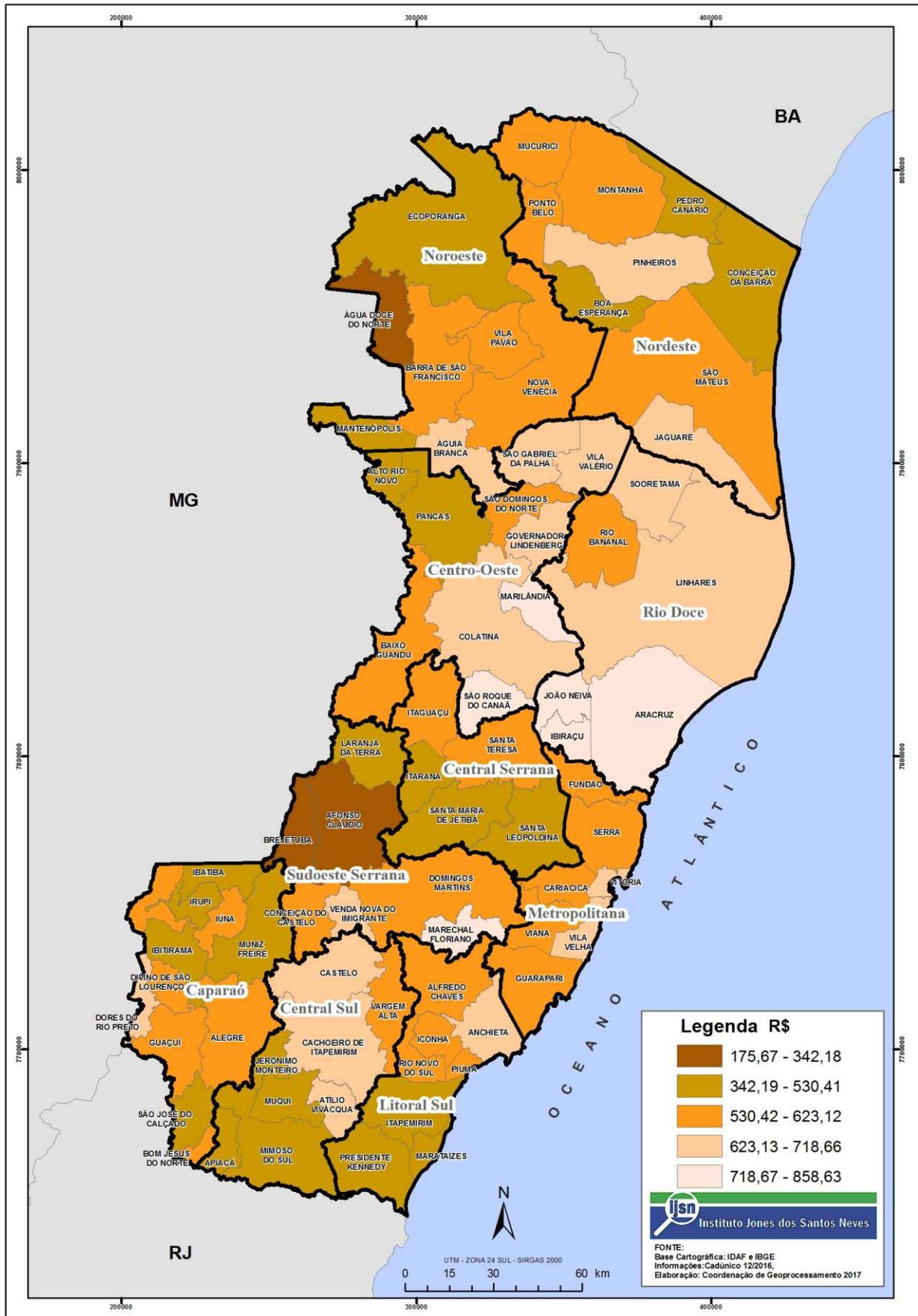
O rendimento médio de todos os trabalhos das pessoas inscritas no CadÚnico no Estado foi de R\$599,69. A variação percentual entre o menor valor (microrregião Noroeste: R\$509,18) e o maior valor (microrregião Rio Doce: R\$713,28) é de 40,1%. Na microrregião Metropolitana, que concentra o maior número de ocupados, a média foi de R\$622,67. A nível de município, observa-se uma diferença ainda maior (388,8% entre a menor e a maior renda média). A maior média (Mapa 20) foi no município de Ibirapu (R\$858,63), enquanto a menor média foi no município de Água Doce do Norte (R\$175,67). Abaixo da renda média do Estado ficaram seis microrregiões e 44 municípios.

Gráfico 25
Rendimento médio (R\$) de todos os trabalhos da PIA ocupada
Espírito Santo e Microrregiões, 2016



Fonte: CadÚnico, Dezembro de 2016. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

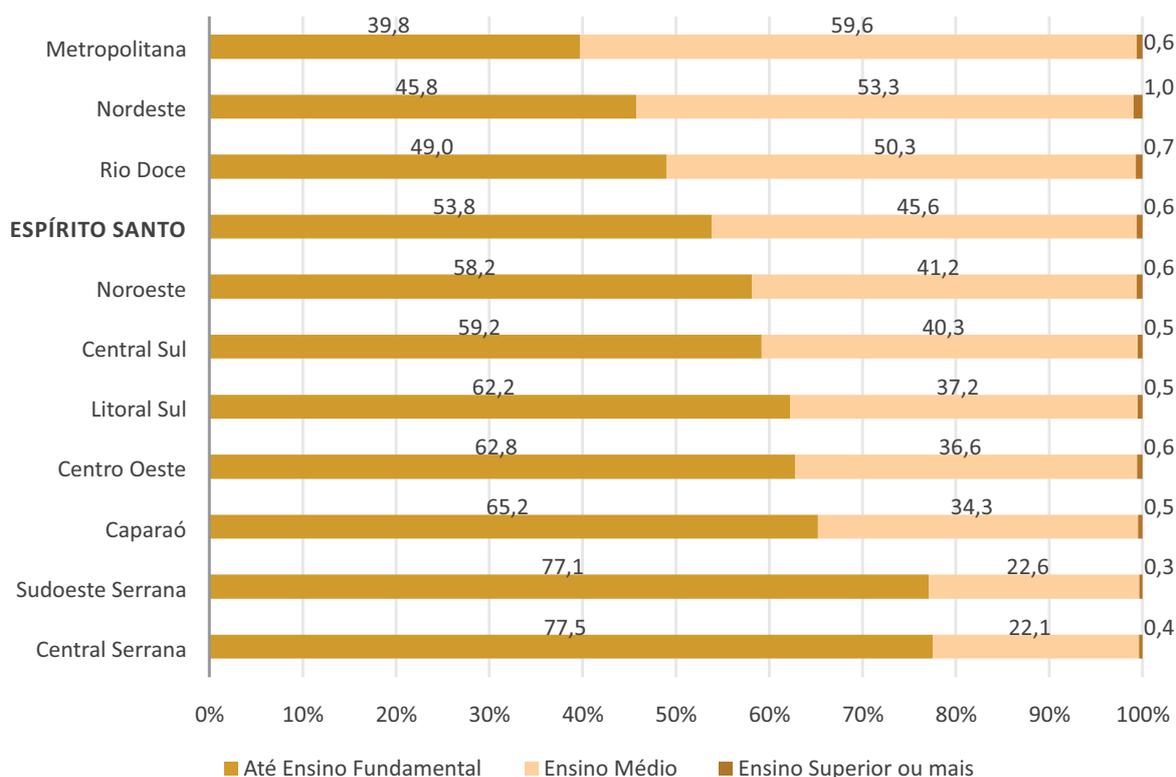
Mapa 20
Rendimento médio do trabalho da PIA inscrita no CadÚnico por município
2016



Mercado de trabalho e escolaridade

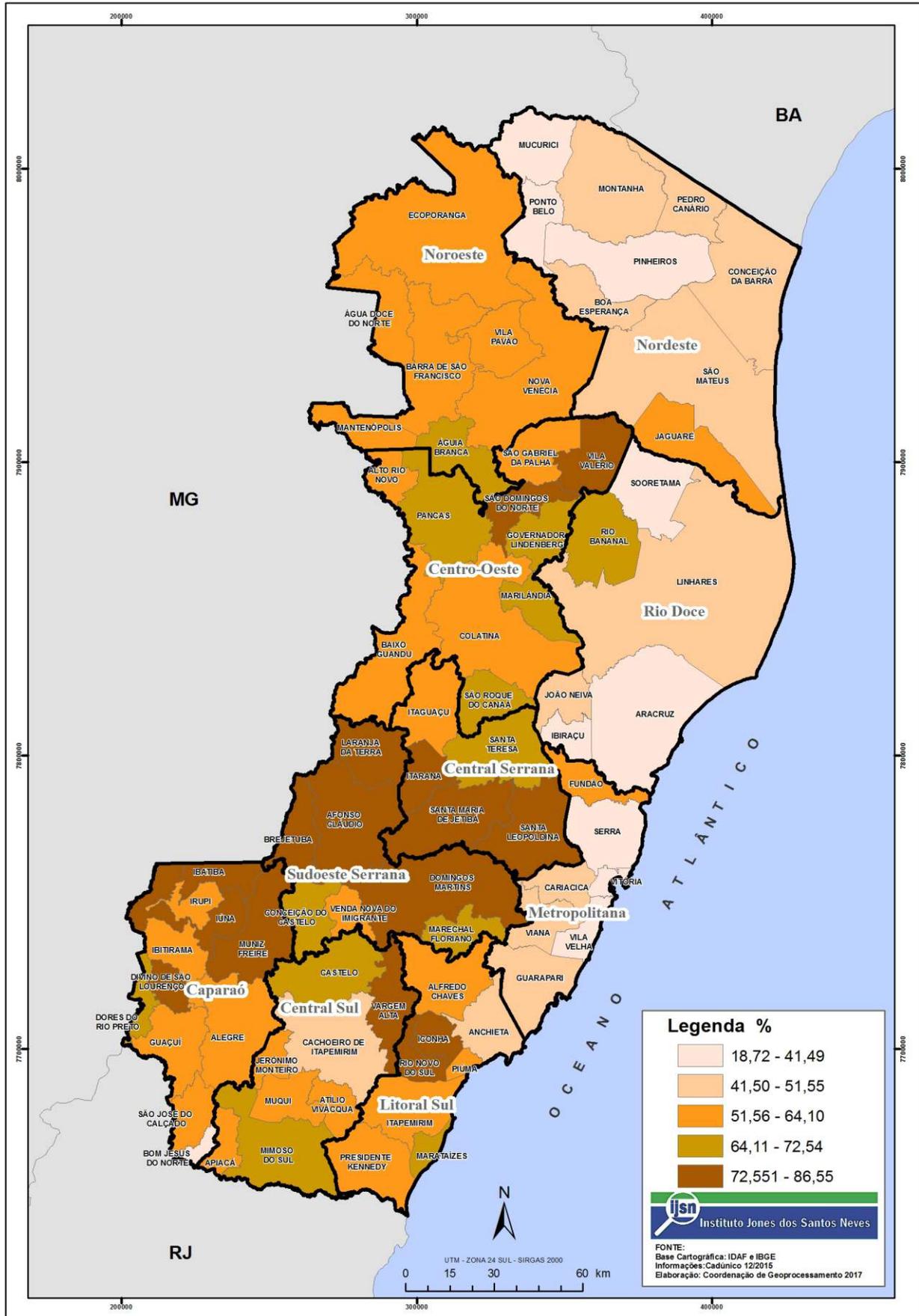
No Espírito Santo, 53,8% da população ocupada inscrita no CadÚnico (25 anos ou mais de idade) apresentavam escolaridade até o Ensino Fundamental completo, 45,6% Ensino Médio completo e apenas 0,6% Ensino Superior ou mais (aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado). O nível Fundamental é predominante em todas as microrregiões, alcançando 77,5% na Central Serrana e 77,1% na Sudoeste Serrana. Em relação ao Ensino Médio, as maiores taxas estão nas microrregiões Metropolitana (59,6%), Nordeste (53,3%) e Rio Doce (50,3%). A nível de microrregião o percentual de graduados também é bem inferior ao dos demais níveis. A microrregião Nordeste apresentou 1,0% com nível Ensino Superior ou mais e a microrregião Sudoeste Serrana apenas 0,3%. A nível de município (Mapa 21), tem-se Ponto Belo com o menor percentual de escolaridade até o ensino fundamental (18,7%) e Laranja da terra com o maior percentual (86,6%).

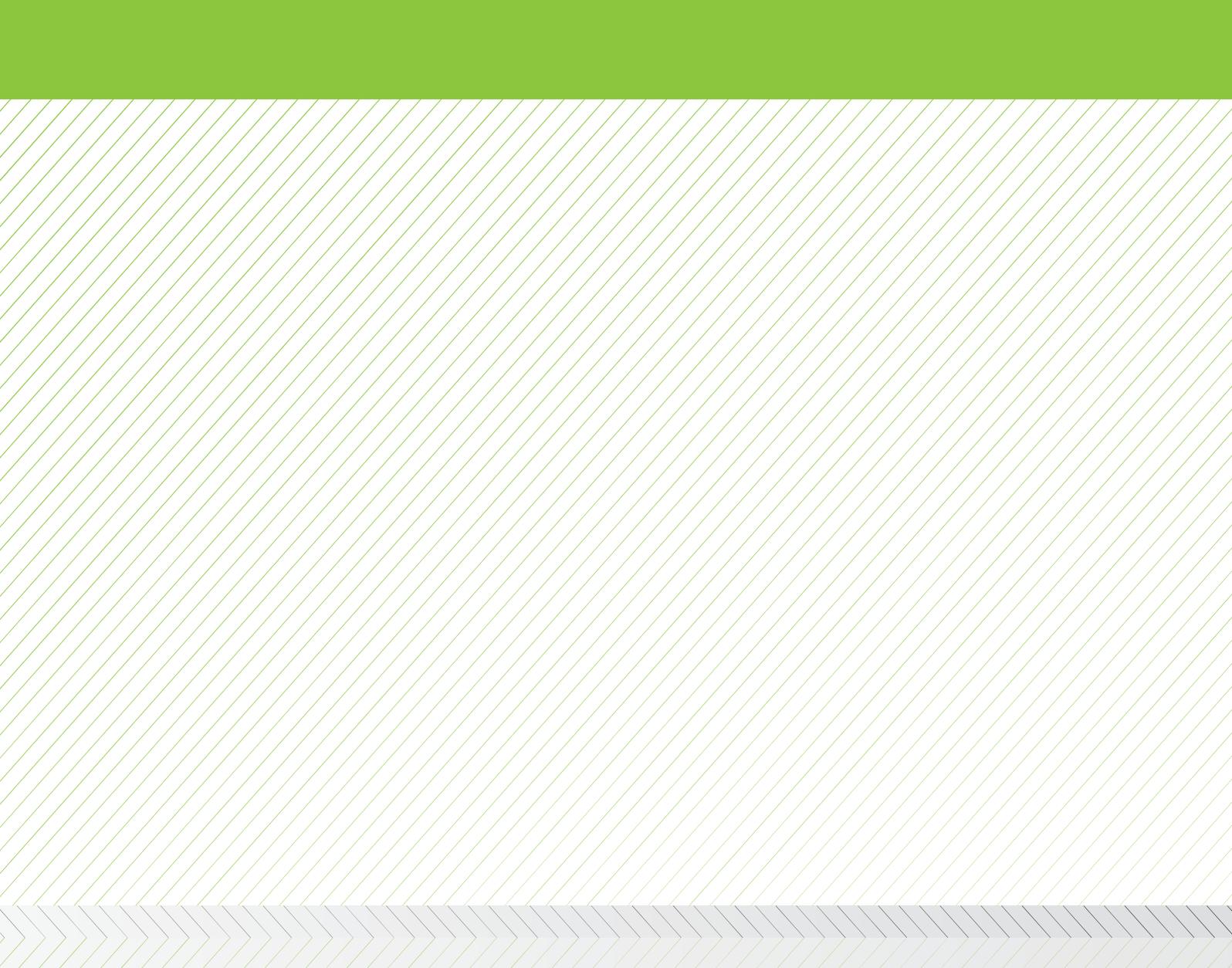
Gráfico 26
Curso mais elevado que frequentou e concluiu, população ocupada (25 anos ou mais de idade) Espírito Santo e Microrregiões, 2016



Fonte: CadÚnico, Dezembro de 2016. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Mapa 21
 Percentual da população de 25 anos ou mais de idade ocupada inscrita no CadÚnico que frequentou e concluiu até o Ensino Fundamental, por município, 2016





Perfil da Pobreza no Espírito Santo:
Famílias Inscritas no CadÚnico 2016

ÍNDICE DE GESTÃO
DESCENTRALIZADA
MUNICIPAL (IGD-M)

Índice de Gestão Descentralizada Municipal

O Índice de Gestão Descentralizada Municipal (IGD-M) é um importante instrumento de promoção e fortalecimento da gestão intersetorial do Programa Bolsa Família (PBF). Serve para aferir a cobertura cadastral e a qualidade da gestão do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), bem como das informações acerca das condicionalidades das áreas de educação e de saúde.

O Índice de Gestão Descentralizada (IGD) é utilizado na estratégia de repasse de recursos adotada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para estimular os municípios a investir na melhoria da Gestão do Programa Bolsa Família (PBF). Assim, quanto melhor a gestão do Bolsa Família e do Cadastro Único, obedecendo aos critérios abaixo, maior será o índice para cada município e conseqüentemente o montante de recursos recebidos.

O IGD-M é calculado com base na multiplicação de quatro fatores. O Índice é obtido pela seguinte fórmula:

$$IGD-M = \text{Fator I} \times \text{Fator II} \times \text{Fator III} \times \text{Fator IV}$$

O **Fator I (fator de operação)** consiste na média aritmética simples das seguintes variáveis:

a) TAC - Taxa de Atualização Cadastral, que corresponde a divisão do número de cadastros válidos atualizados nos últimos dois anos, pelo número de cadastros válidos, com renda *per capita* até meio salário mínimo no CadÚnico no município.

b) Do resultado do acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, composto pela média aritmética simples das taxas de:

i) TAFE - Taxa de Acompanhamento da Frequência Escolar, calculada pela divisão do número de crianças e adolescentes de famílias beneficiárias do PBF no município, com informações de frequência escolar, pelo total de crianças e adolescentes das famílias beneficiárias do PBF no município.

ii) TAAS - Taxa de Acompanhamento da Agenda de Saúde, obtida pela divisão do número de famílias beneficiárias com perfil saúde, com informações sobre o cumprimento das condicionalidades de saúde, pelo número de famílias com perfil saúde no município.

O **Fator II** expressa a adesão ou não do município ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), de acordo com a Norma Operacional Básica (NOB/SUAS).

O **Fator III** refere-se à apresentação da comprovação de gastos dos recursos do IGD-M, que indica se o gestor do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) registrou no SUASWEB a mencionada comprovação de gastos ao Conselho Municipal de Assistência Social.

O **Fator IV** consiste na informação da aprovação total da comprovação de gastos dos recursos do IGD-M pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), que indica se este Conselho registrou no SUASWEB a aprovação integral das contas apresentadas pelo gestor do Fundo Municipal de Assistência Social.

Para estar apto a receber o repasse de recursos o município precisa atender as seguintes condições:

* Aderir formalmente ao PBF, de acordo com a Portaria GM/MDS nº 246/200515;

* Aderir ao SUAS (Fator II = 1);

* Obter os seguintes valores mínimos de:

- 0,55 (cinquenta e cinco centésimos) para a TAC ($TAC \geq 0,55$);
- 0,30 (trinta centésimos) para a TAFE e TAAS ($TAFE \geq 0,30$);
- Fator I $\geq 0,55$, ou seja, após o cálculo da média aritmética das taxas, atingir o mínimo de 0,55 no índice final;

* Estar em dia com:

- O lançamento da comprovação de gastos no SuasWeb (Fator III = 1);
- A aprovação total da comprovação de gastos pelo CMAS (Fator IV = 1).

Após calcular o IGD municipal com base nos fatores anteriormente descritos, o MDS calcula o valor a ser repassado a cada município (ver quadro abaixo). O valor corresponde ao IGD-M é multiplicado por R\$ 3,25 por cadastro válido de família com renda *per capita* de até meio salário mínimo, limitado pela estimativa de famílias consideradas como público alvo do Cadastro Único, publicada pelo MDS, com acréscimo dos incentivos, que podem representar um aumento de até 10%.

Portanto, para obter o máximo de recursos o município precisa alcançar IGD-M igual a 1, manter em seu cadastro um número de famílias com perfil CadÚnico igual ao estimado pelo MDS e fazer jus aos incentivos que fomentam a boa gestão do Programa Bolsa Família (PBF).

Em fevereiro de 2017 (com exceção dos municípios de Alto Rio Novo, Baixo Guandu, Boa Esperança, Lúna, Jerônimo Monteiro, João Neiva, Mantenópolis, Marechal Floriano, São Domingos do Norte e Vargem Alta, que obtiveram IGD-M = 0), o menor IGD-M dos municípios capixabas foi 0,62, obtido por Vila Velha e o maior foi 0,88, alcançado por Mucurici. Os outros quatro municípios com maiores IGD-M do estado foram: Apiacá (0,87), Montanha (0,87), Iconha (0,86), Guaçuí (0,85).

Todos os municípios do Espírito Santo têm, em suas respectivas medidas, deixado de receber parte dos recursos previstos pelo MDS para repasse, uma vez que não alcançaram o valor de IGD-M= 1,0, conforme pode ser observado, a seguir, no Mapa do IGD. Considera-se aqui a hipótese de atender a todos os critérios. Entretanto, as causas do não atendimento dos critérios por parte dos municípios, o que certamente pode incluir diferentes motivos, não serão analisadas nesse texto.

Fórmula utilizada para obter o valor mensal a ser transferido pelo MDS aos municípios: Recurso a ser transferido = IGD-M x R\$ 3,25 por cadastro válido atualizado + incentivos.

Onde:

- IGD-M é o índice de gestão descentralizado, que varia entre 0 e 1;
- O nº de cadastros válidos leva em conta as famílias com renda familiar mensal *per capita* de até meio salário mínimo, com cadastros atualizados nos últimos dois anos, até o limite da estimativa do número de famílias identificadas como público-alvo do Cadastro Único no município;
- Os Incentivos são equivalentes a: 3%, proporcionais ao acompanhamento das famílias beneficiárias em situação de descumprimento de condicionalidades, em processo de acompanhamento familiar; 3%, quando o município atender, nos prazos estipulados, a demandas de apuração de eventuais irregularidades na execução local do PBF; 2% (dois por cento), quando o município tiver 100% dos dados referentes à gestão municipal atualizados no Sistema de Gestão do PBF (SIGPBF) há menos de um ano; 2% (dois por cento), quando o município apresentar pelo menos 96% de cartões do PBF entregues na data de apuração do IGD-M.

Sobre o IGD-M e a transferência de recursos do MDS ver em: Caderno do IGD-M 2012 disponível em http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Guias_Manuais/ManualIGD.pdf

Tabela 03
Repasse de recursos financeiros do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) aos Municípios da Região Metropolitana Grande Vitória – ES

Município	Teto Mês 02/2017	Valor repassado no mês (R\$)	Recursos perdidos (R\$)	% de Recursos Perdidos
Fundão	5.930,93	1.977,21	3.953,72	66,7
Cariacica	124.753,20	42.749,15	82.004,05	65,7
Vila Velha	93.457,65	38.183,12	55.274,53	59,1
Guarapari	39.035,43	16.267,24	22.768,19	58,3
Serra	130.390,98	58.162,47	72.228,51	55,4
Viana	24.896,30	13.510,37	11.385,93	45,7
Vitória	63.552,78	35.296,97	28.255,81	44,5

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), última atualização disponível, Janeiro de 2017.
 Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

A título de exemplo da considerável perda de recursos dos municípios do estado, são apresentados os municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória (Tabela 3).

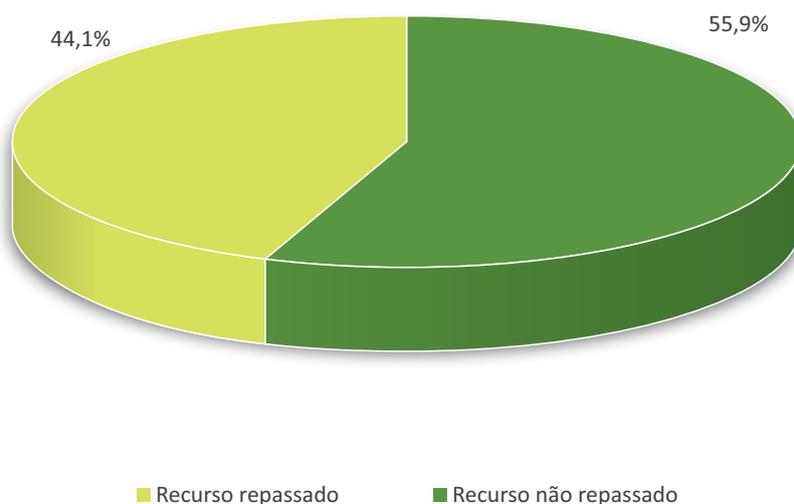
Os dados acima demonstram a importância que o IGD-M, somado à busca ativa para o cadastramento das famílias de modo a alcançar o limite de famílias estimado pelo MDS e a atualização do cadastro das famílias com perfil CadÚnico, têm no repasse de recursos financeiros pelo MDS aos Municípios.

Na Região Metropolitana da Grande Vitória, o município de Fundão aparece com o maior percentual de recursos perdidos no mês de fevereiro de 2017, na ordem de 66,7%, seguido pelos municípios de Cariacica (65,7%) e Vila Velha (59,1%). Na região, o município que menos perdeu recursos foi Vitória (44,5%).

Esses dados apontam para a necessidade de ampliar a qualidade da gestão do CadÚnico e do PBF de modo a ampliar, tanto a fatia de recursos apropriados, quanto a efetividade no gasto com os programas sociais, questões que estão de certo modo relacionadas.

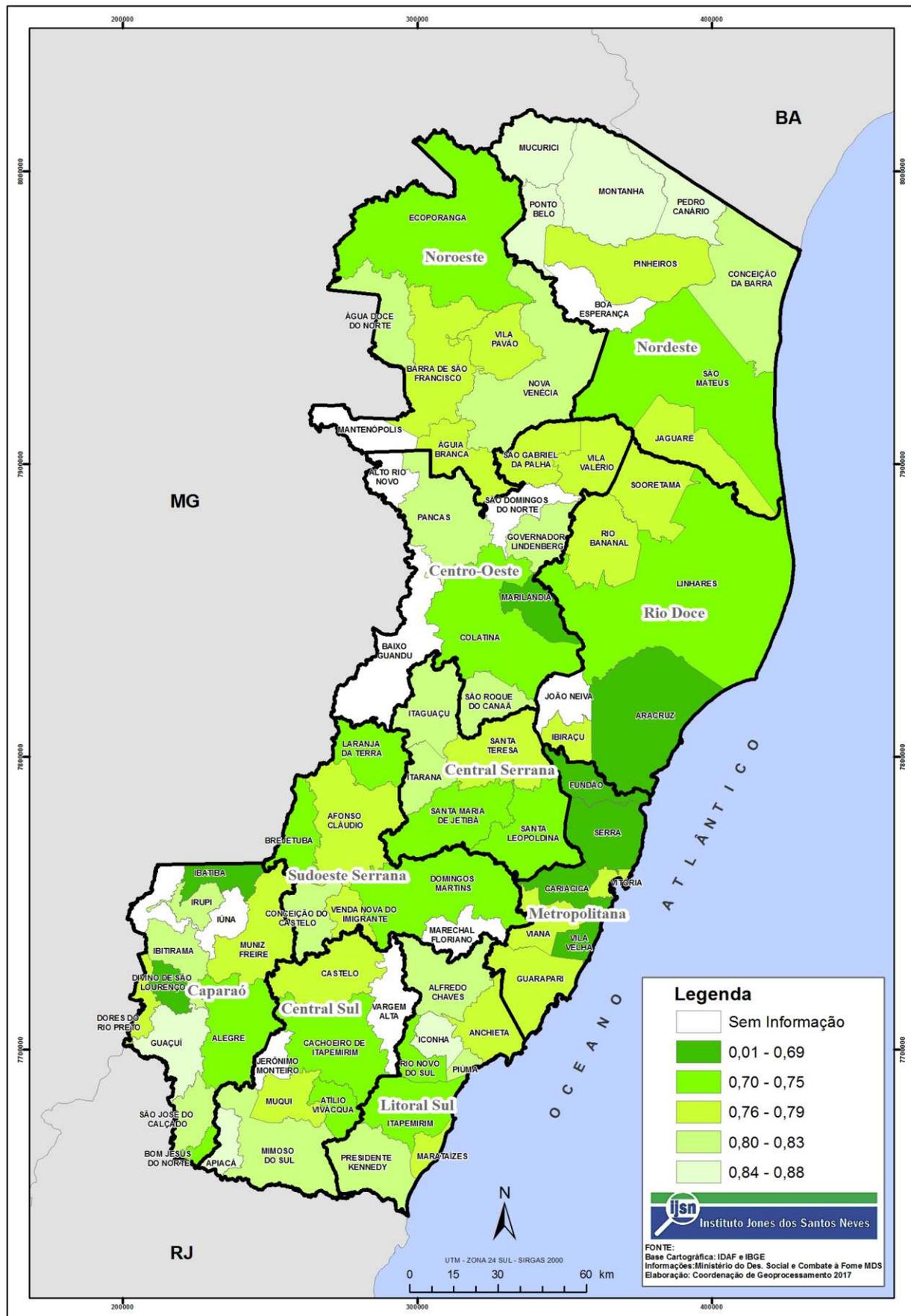
O Gráfico abaixo ilustra a situação geral do Espírito Santo, representando o percentual de recursos repassados e não repassados aos municípios capixabas.

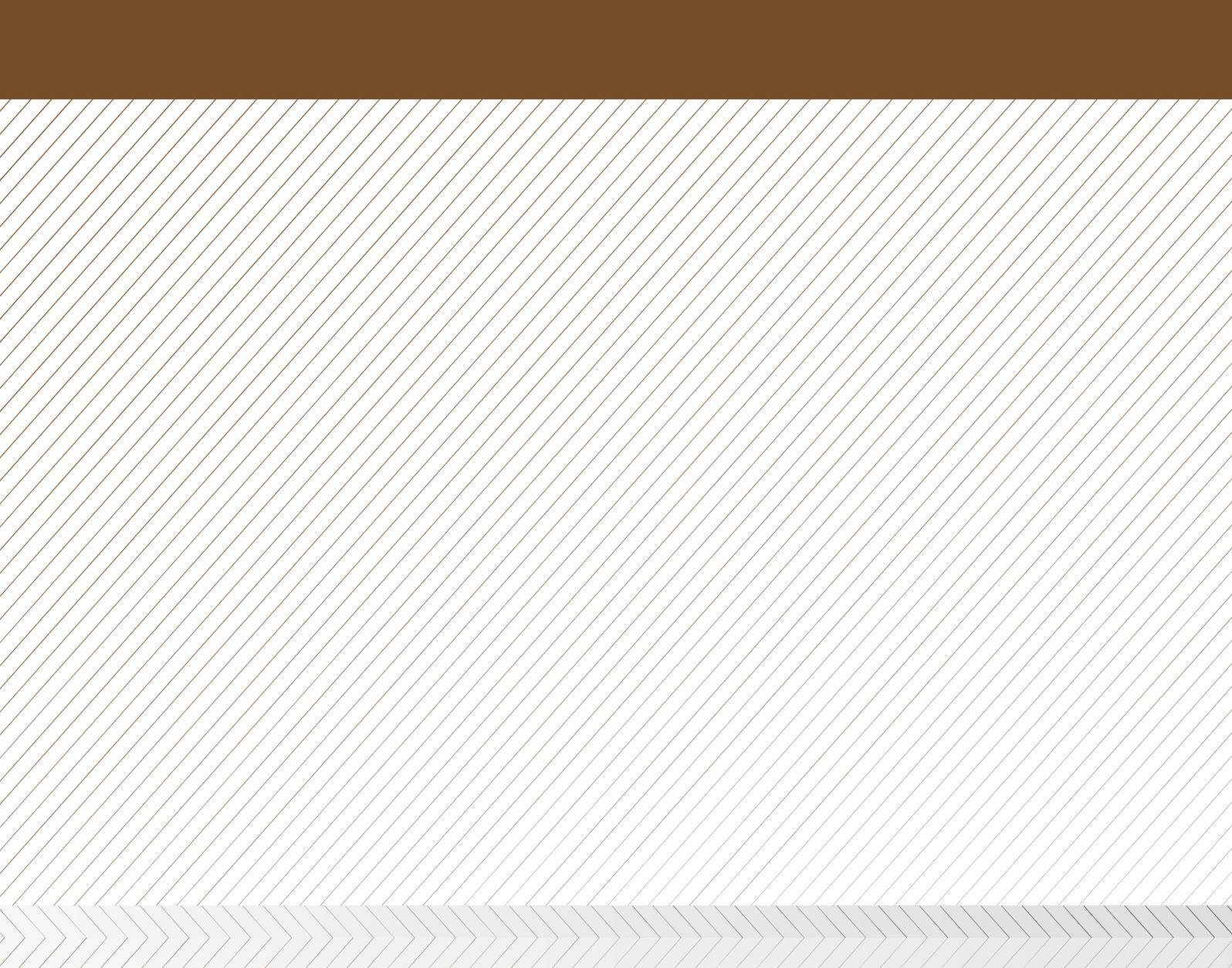
Gráfico 27
(IGD) Percentual de recursos repassados e perdidos
Espírito Santo



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Janeiro de 2017.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN

Mapa 22
Índice de Gestão Descentralizada Municipal
Fevereiro de 2017





Perfil da Pobreza no Espírito Santo:
Famílias Inscritas no CadÚnico 2016

**ÍNDICE DE
DESENVOLVIMENTO
DA FAMÍLIA (IDF)
COM BASE NO CADÚNICO**

Índice de Desenvolvimento da Família (IDF) com base no CadÚnico

Atualmente, a multidimensionalidade da pobreza é algo consensual seja na academia, nas agências multilaterais ou nas instituições governamentais. De um prisma conceitual, a pobreza engendra características sociais, econômicas, culturais, políticas e territoriais. Em função da complexidade desse fenômeno e do número de fatores que interagem na configuração de uma determinada situação de pobreza entende-se que ela deve ser tratada sempre a partir de uma perspectiva multicausal.

Claro está, que o enfoque na insuficiência de renda não basta para um entendimento mais abrangente dessa questão, embora seja uma de suas dimensões mais importantes, talvez a mais importante delas, já que vivemos em uma economia de mercado. O fato é que outros fatores contribuem para ampliar ou diminuir a exposição dos indivíduos aos riscos característicos de uma situação de pobreza. Dimensões como o acesso ao conhecimento e condições de saúde, entre outras, impactam de modo diverso essa questão, portanto precisam ser observadas de forma integrada no âmbito das políticas públicas.

Certamente a gestão e a reunião dos ativos mobilizados para lidar com uma situação de pobreza é importante e, especialmente no caso do Brasil, isso está diretamente relacionado com a família e com os arranjos familiares, conforme corrobora a Política Nacional de Assistência Social (PNAS): “vulnerabilidade à pobreza está relacionada não apenas aos fatores da conjuntura econômica e das qualificações específicas dos indivíduos, mas também às tipologias ou arranjos familiares e aos ciclos de vida das famílias” (p.43)⁴.

O índice de desenvolvimento da família (IDF)⁵ consiste em um índice que visa sintetizar diferentes dimensões da pobreza. Nesse aspecto não há novidade já que existem outros índices sintéticos como, por exemplo, o IDH cujo lançamento pelo PNUD contribuiu para iniciar uma mudança na tendência historicamente dominante de se tratar a pobreza como insuficiência de renda. Desde então o uso de indicadores sintéticos que abrangem múltiplas dimensões da pobreza tornou-se mais relevante.

Uma das principais características do IDF é a possibilidade de agregação. O fato de ter a família como unidade de análise permite que o IDF seja calculado por grupos sociais e demográficos diversos. Exemplificando, pode-se calcular o IDF dos negros, das crianças e dos idosos, bem como dos beneficiários de programas sociais. Ademais, o fato de todos os seus indicadores serem agregáveis permite obter o IDF de um país a partir da média ponderada dos IDFs dos estados, diversamente do que ocorre com o IDH.

O IDF calculado neste Perfil com base no CadÚnico é composto por 6 dimensões, 27 componentes e 67 indicadores (em anexo). Os 68 indicadores obedecem à sistemática de respostas *sim* ou *não*. Cada *sim* é computado como algo positivo e aumenta a pontuação da família na direção de um maior índice de desenvolvimento. O IDF pode variar entre 0 (para as famílias que se encontram na pior situação possível) e 1 (para as famílias que alcançam uma situação menos vulnerável no contexto do CadÚnico).

O IDF é um indicador importante para a análise da pobreza, por permitir a mensuração do contexto vivido por cada família a partir de diferentes dimensões. Entretanto, no caso do cálculo com base no CadÚnico, deve-se atentar para o fato de que a qualidade do índice, ou a sua capacidade de se aproximar de fato da realidade das famílias de um determinado grupo ou território, dependerá da qualidade do cadastro. Assim, um município cujo cadastro possui uma base mais abrangente em relação ao público alvo e é constantemente atualizado, algo positivo em termos de política social, pode apresentar um IDF inferior ao de outro município simplesmente pelo fato de incluir em sua base um número maior de famílias mais vulneráveis.

As dimensões que compõem o IDF fornecem amplas possibilidades de monitoramento dos efeitos das políticas sociais voltadas à superação da pobreza, o que o torna um instrumento importante a ser utilizado pelos gestores de tais políticas.

⁴ MDS. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**

⁵ Sobre o IDF consultar: O Índice De Desenvolvimento Da Família (IDF). Rio de Janeiro: IPEA, outubro de 2003. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2003/td_0986.pdf>

Neste documento serão apresentados o IDF do estado e das microrregiões, dos anos 2016 (Tabela 4) e 2015 (Tabela 5) e suas respectivas dimensões, além do IDF para cada município, através dos Mapas (23 e 24).

O IDF do Espírito Santo aumentou de 0,655, em 2015, para 0,678, em 2016. As melhoras mais significativas ocorreram nas dimensões (acesso ao trabalho, que aumentou 0,051, e acesso ao conhecimento (0,47). Houve melhora dos índices em todas as microrregiões do estado, com destaque para Central Sul que ocupava a 5ª posição em 2015 (0,655) e passou a ocupar a 3ª posição no *ranking* em 2016 (0,691), e Caparaó que ocupava a 10ª posição em 2015 (0,643) e passou a ocupar a 7ª posição no *ranking* em 2016 (0,674). A microrregião Centro-Oeste apresentou o melhor IDF em 2016 (0,696).

Conforme explicitado anteriormente o IDF pode ser calculado também para grupos específicos como os beneficiários dos programas sociais, algo que possibilita inclusive informações relevantes para o monitoramento desses programas. O presente estudo abrange também o IDF dos beneficiários do Programa Bolsa Família do governo federal e do Projeto Bolsa Capixaba do governo estadual.

Em 2016, o IDF das famílias beneficiárias do Bolsa Família (Tabela 6) no Espírito Santo foi 0,668, número pouco inferior ao de todas as famílias do CadÚnico (0,678). A análise por dimensão revela que as diferenças mais significativas entre o IDF das famílias beneficiárias do Bolsa Família e o IDF das famílias do CadÚnico ocorreram nas dimensões: acesso ao conhecimento (0,037), acesso ao trabalho (0,030), e disponibilidade de recursos (-0,068). Embora sejam necessários estudos para aprofundar a explicação dessas diferenças, pode-se inferir que as condicionalidades de educação do programa estão relacionadas ao melhor desempenho das famílias beneficiárias do bolsa família na dimensão acesso ao conhecimento, algo que conseqüentemente pode estar relacionado ao melhor desempenho na dimensão acesso ao trabalho. O pior desempenho das famílias beneficiárias do Bolsa Família na dimensão disponibilidade de recursos, era esperado, uma vez que o programa de transferência de renda é destinado às famílias mais pobres e os dados utilizados não captam o efeito das políticas de transferência de renda. Essa diferença na dimensão disponibilidade de recursos (-0,068) sinaliza que o programa atinge em média a população mais pobre no cadastro único.

O IDF das famílias beneficiárias do Bolsa Capixaba no estado (Tabela 7) foi de 0,623, portanto, inferior ao índice alcançado por todas as famílias cadastradas. Essa diferença de 0,055 pontos é absolutamente normal, uma vez que o Bolsa Capixaba consiste em um projeto de transferência de renda com foco na população extremamente pobre e, portanto, com um grau de vulnerabilidade mais elevado. Cabe destacar que, apesar do grau de vulnerabilidade, a dimensão acesso ao conhecimento permaneceu (0,017) mais elevada em favor dos beneficiários do bolsa capixaba no comparativo com o índice de todas as famílias cadastradas. Esse dado também está relacionado às condicionalidades de educação do bolsa família, uma vez que para participar do programa estadual é necessário que a família seja beneficiária do programa federal. As diferenças na dimensão disponibilidade de recursos de -0,134, comparativamente às famílias do CadÚnico, e de -0,066, comparativamente às famílias beneficiárias do Bolsa Família, sinalizam que o programa atinge em média a população extremamente pobre no Cadastro Único.

A comparação dos IDFs dos municípios capixabas dos anos 2016 e 2015 revela que houve variação positiva em 77 municípios, ao passo que apenas 1 município apresentou índice com pequena variação negativa.

Os municípios que obtiveram maior variação positiva no IDF e acima de 0,035 pontos, entre 2016 e 2015, foram: Itapemirim (0,049), Cachoeiro de Itapemirim (0,045), Sooretama (0,043), Ibitirama (0,041), Colatina (0,040), São Gabriel da Palha (0,039), Muniz Freire (0,039), Apiacá (0,039), Irupi (0,038), Castelo (0,038), São Roque do Canaã (0,036), Muqui (0,036), Marechal Floriano (0,036).

Em 2015, os cinco maiores IDFs municipais no estado eram: Venda Nova do Imigrante (0,733), Alfredo Chaves (0,697), Marilândia (0,692), Colatina (0,689) e Itarana (0,688). Em 2016, os cinco primeiros municípios capixabas no Ranking do IDF foram: Venda Nova do Imigrante (0,738), Colatina (0,729), São Roque do Canaã (0,718), Ibitirama (0,717) e Alfredo Chaves (0,716).

Considerando o IDF das famílias beneficiárias do bolsa família (Mapa 25), em 2016, os cinco maiores índices municipais foram alcançados por: Colatina (0,717), Venda Nova do Imigrante (0,706), Santa Teresa (0,700), São José do Calçado (0,697) e Aracruz (0,696).

Entre as famílias beneficiárias do bolsa capixaba (Mapa 26), em 2016, os cinco maiores índices municipais foram alcançados por: Venda Nova do Imigrante (0,688), Itarana (0,677), Castelo (0,667), Santa Teresa (0,662) e Colatina (0,661).

Cabe lembrar que a variação do IDF é reflexo da mudança de diversas condições de vulnerabilidade capturadas a partir das múltiplas dimensões que constituem o índice e que extrapolam a insuficiência de renda. Uma variação positiva não significa necessariamente a superação da pobreza mensurada pelo critério da renda, embora esse seja um dos subcomponentes da dimensão disponibilidade de recursos. O IDF permite aferir o desenvolvimento da família de uma perspectiva ampliada, combinando diferentes aspectos da sua realidade que contribuem de forma sinérgica para a superação da vulnerabilidade.

Tabela 04
Índice de Desenvolvimento da Família, Espírito Santo e Microrregiões, 2016

Unidade Territorial	Rank IDF Total 2016	IDF	Ausência de vulnerabilidade	Acesso ao conhecimento	Acesso ao trabalho	Disponibilidade de recursos	Desenvolvimento infantil	Condições habitacionais
Espírito Santo		0,678	0,714	0,537	0,473	0,486	0,993	0,871
Centro-Oeste	1º	0,696	0,732	0,533	0,519	0,538	0,995	0,864
Rio Doce	2º	0,691	0,721	0,521	0,505	0,526	0,993	0,881
Central Sul	3º	0,691	0,739	0,543	0,494	0,502	0,995	0,876
Sudoeste Serrana	4º	0,685	0,737	0,517	0,532	0,527	0,993	0,806
Central Serrana	5º	0,684	0,732	0,532	0,513	0,540	0,994	0,796
Metropolitana	6º	0,674	0,690	0,559	0,452	0,454	0,992	0,906
Caparaó	7º	0,674	0,726	0,509	0,490	0,481	0,993	0,846
Noroeste	8º	0,670	0,740	0,518	0,464	0,497	0,995	0,810
Litoral Sul	9º	0,670	0,715	0,519	0,471	0,481	0,994	0,840
Nordeste	10º	0,666	0,721	0,516	0,430	0,480	0,995	0,858

Fonte: Estimativas produzidas com base no CadÚnico, 2016. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Tabela 05
Índice de Desenvolvimento da Família, Espírito Santo e Microrregiões, 2015

Unidade Territorial	Rank IDF Total 2016	IDF	Ausência de vulnerabilidade	Acesso ao conhecimento	Acesso ao trabalho	Disponibilidade de recursos	Desenvolvimento infantil	Condições habitacionais
Espírito Santo		0,655	0,705	0,490	0,422	0,473	0,994	0,865
Centro-Oeste	1º	0,672	0,720	0,483	0,455	0,531	0,996	0,866
Rio Doce	2º	0,665	0,709	0,480	0,447	0,499	0,994	0,875
Sudoeste Serrana	3º	0,664	0,728	0,477	0,485	0,510	0,994	0,799
Central Serrana	4º	0,663	0,726	0,496	0,469	0,520	0,994	0,789
Central Sul	5º	0,655	0,723	0,476	0,410	0,478	0,996	0,869
Metropolitana	6º	0,654	0,684	0,513	0,412	0,448	0,993	0,900
Noroeste	7º	0,648	0,730	0,476	0,416	0,482	0,996	0,806
Nordeste	8º	0,645	0,712	0,473	0,381	0,471	0,995	0,853
Litoral Sul	9º	0,644	0,706	0,469	0,422	0,460	0,995	0,827
Caparaó	10º	0,643	0,713	0,459	0,421	0,455	0,993	0,836

Fonte: Estimativas produzidas com base no CadÚnico, 2016. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Tabela 06
IDF Famílias Beneficiárias do Bolsa Família, Espírito Santo e Microrregiões, 2016

Unidade Territorial	Rank IDF Total 2016	IDF	Ausência de vulnerabilidade	Acesso ao conhecimento	Acesso ao trabalho	Disponibilidade de recursos	Desenvolvimento infantil	Condições habitacionais
Espírito Santo		0,668	0,688	0,574	0,503	0,418	0,989	0,838
Centro-Oeste	1º	0,682	0,701	0,569	0,559	0,455	0,990	0,820
Rio Doce	2º	0,678	0,689	0,549	0,555	0,448	0,986	0,839
Central Sul	3º	0,675	0,714	0,572	0,522	0,424	0,991	0,830
Sudoeste Serrana	4º	0,675	0,717	0,539	0,575	0,472	0,989	0,759
Caparaó	5º	0,674	0,707	0,533	0,559	0,453	0,990	0,806
Central Serrana	6º	0,671	0,709	0,567	0,554	0,469	0,989	0,741
Noroeste	7º	0,669	0,722	0,558	0,516	0,446	0,992	0,777
Nordeste	8º	0,663	0,700	0,561	0,472	0,428	0,992	0,824
Litoral Sul	9º	0,662	0,686	0,554	0,510	0,423	0,990	0,812
Metropolitana	10º	0,662	0,664	0,599	0,465	0,382	0,987	0,880

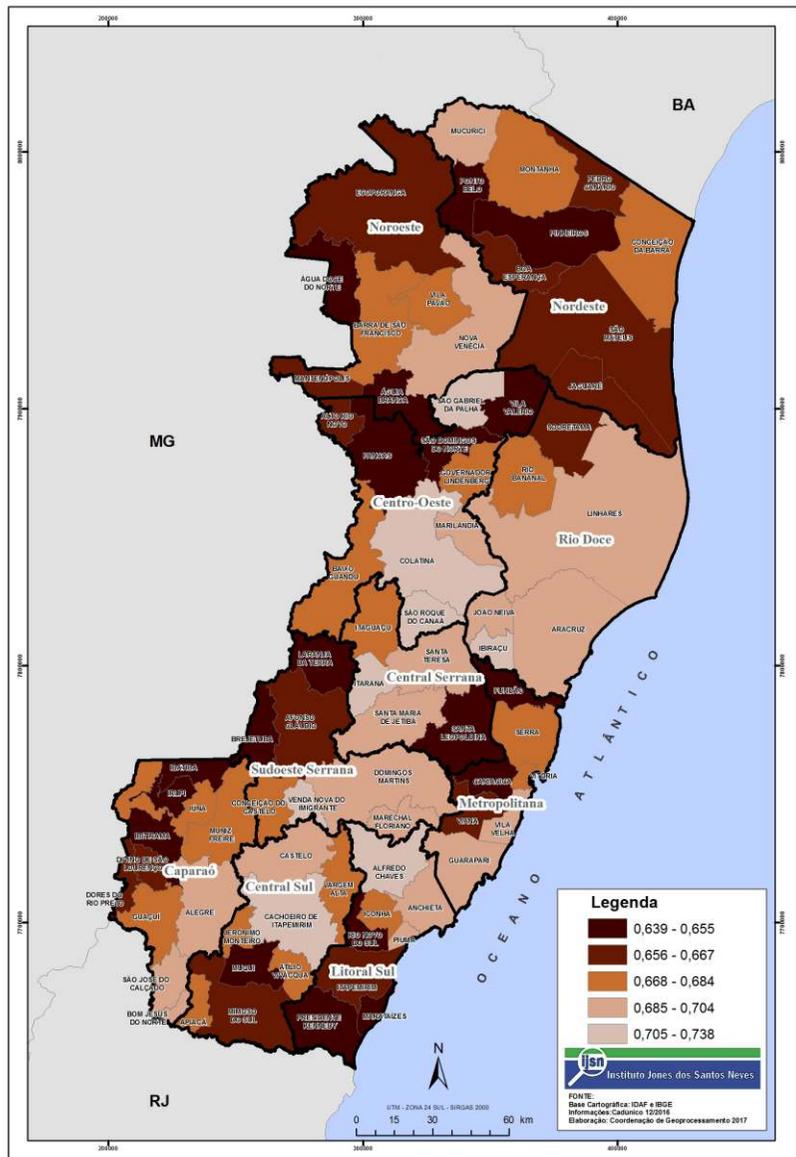
Fonte: Estimativas produzidas com base no CadÚnico, 2016. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Tabela 07
IDF Famílias Beneficiárias do Bolsa Capixaba, Espírito Santo e Microrregiões, 2016

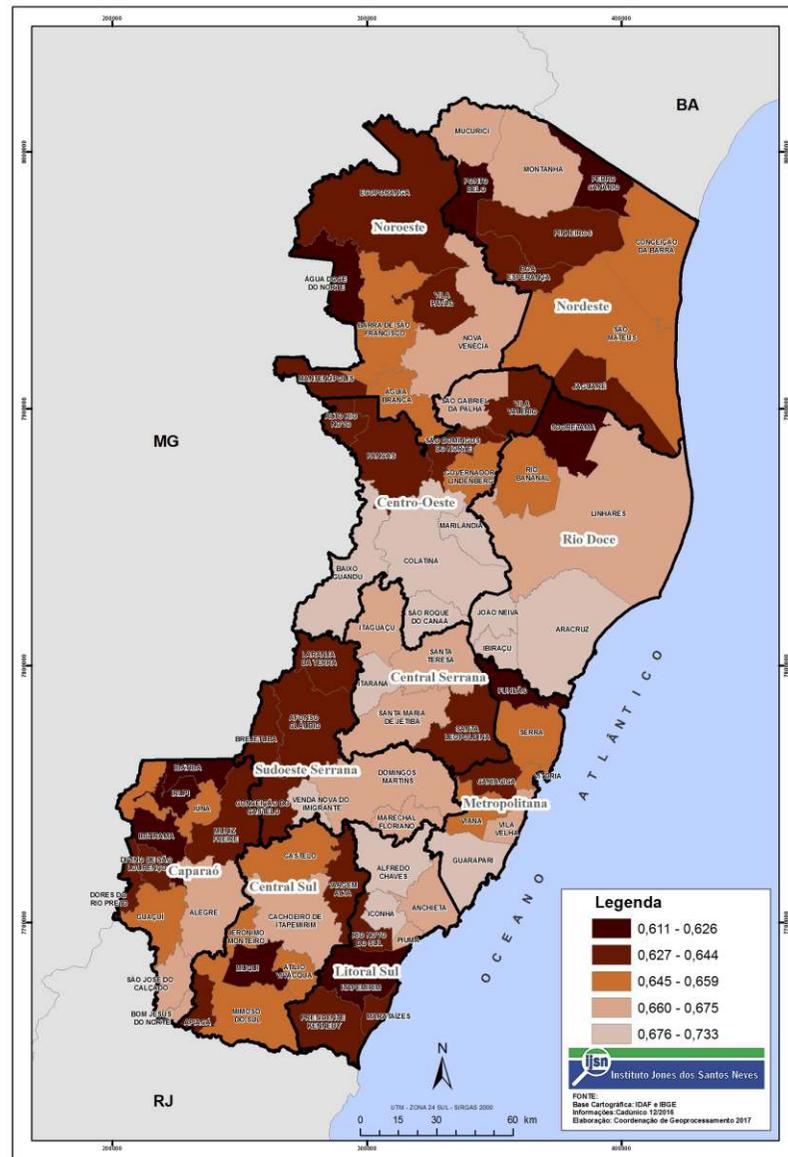
Unidade Territorial	Rank IDF Total 2016	IDF	Ausência de vulnerabilidade	Acesso ao conhecimento	Acesso ao trabalho	Disponibilidade de recursos	Desenvolvimento infantil	Condições habitacionais
Espírito Santo		0,623	0,647	0,554	0,390	0,352	0,981	0,817
Sudoeste Serrana	1º	0,649	0,693	0,523	0,511	0,437	0,978	0,752
Rio Doce	2º	0,640	0,674	0,519	0,462	0,398	0,978	0,809
Noroeste	3º	0,635	0,668	0,555	0,460	0,399	0,985	0,745
Caparaó	4º	0,633	0,674	0,492	0,468	0,397	0,982	0,786
Central Sul	5º	0,633	0,681	0,550	0,408	0,369	0,984	0,806
Central Serrana	6º	0,630	0,662	0,588	0,415	0,374	0,982	0,760
Centro-Oeste	7º	0,625	0,661	0,542	0,412	0,360	0,985	0,794
Litoral Sul	8º	0,619	0,642	0,527	0,410	0,367	0,985	0,785
Nordeste	9º	0,619	0,654	0,540	0,364	0,369	0,985	0,803
Metropolitana	10º	0,617	0,630	0,571	0,357	0,323	0,980	0,844

Fonte: Estimativas produzidas com base no CadÚnico, 2016. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

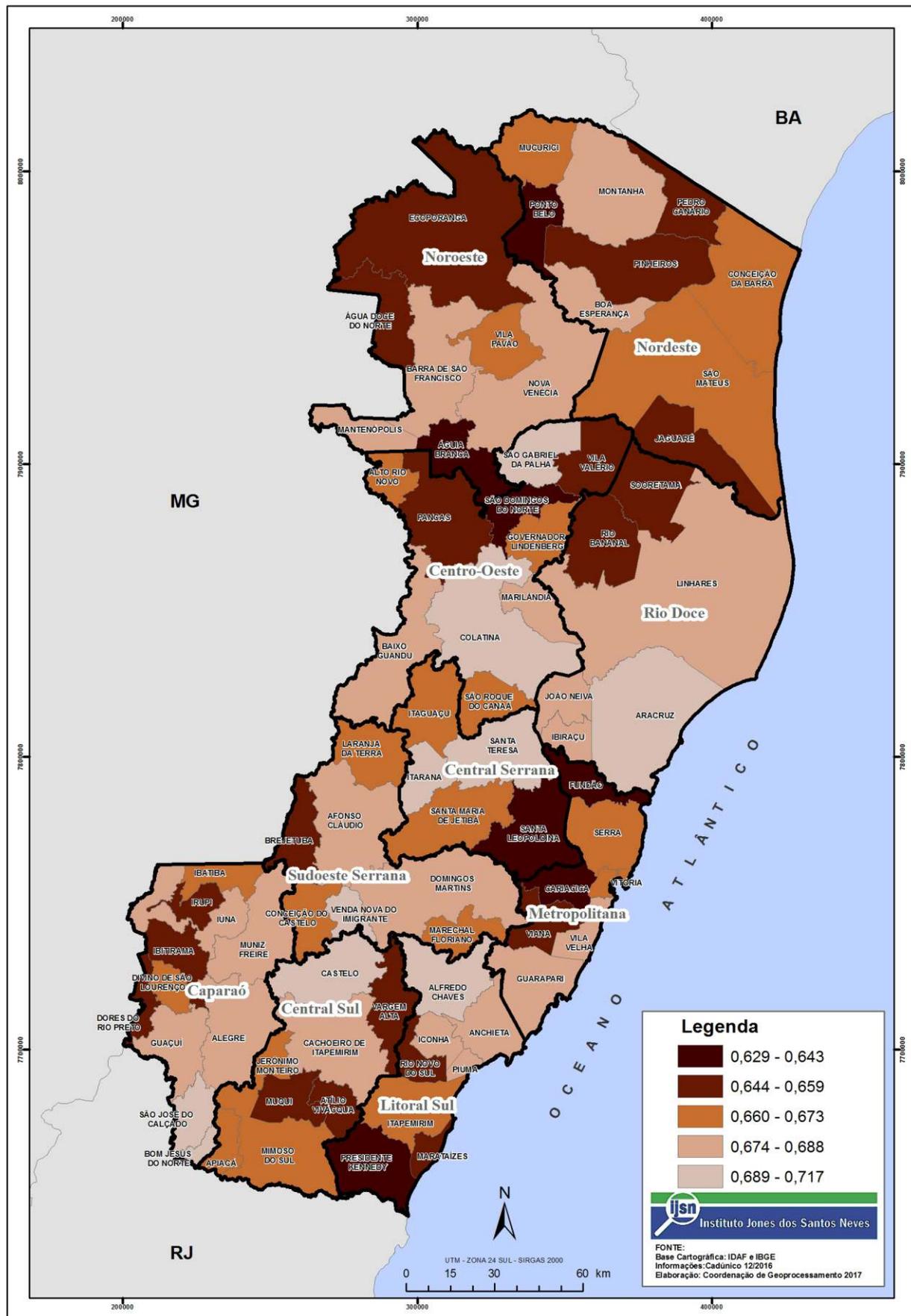
Mapa 23
Índice de desenvolvimento da família por município
2016



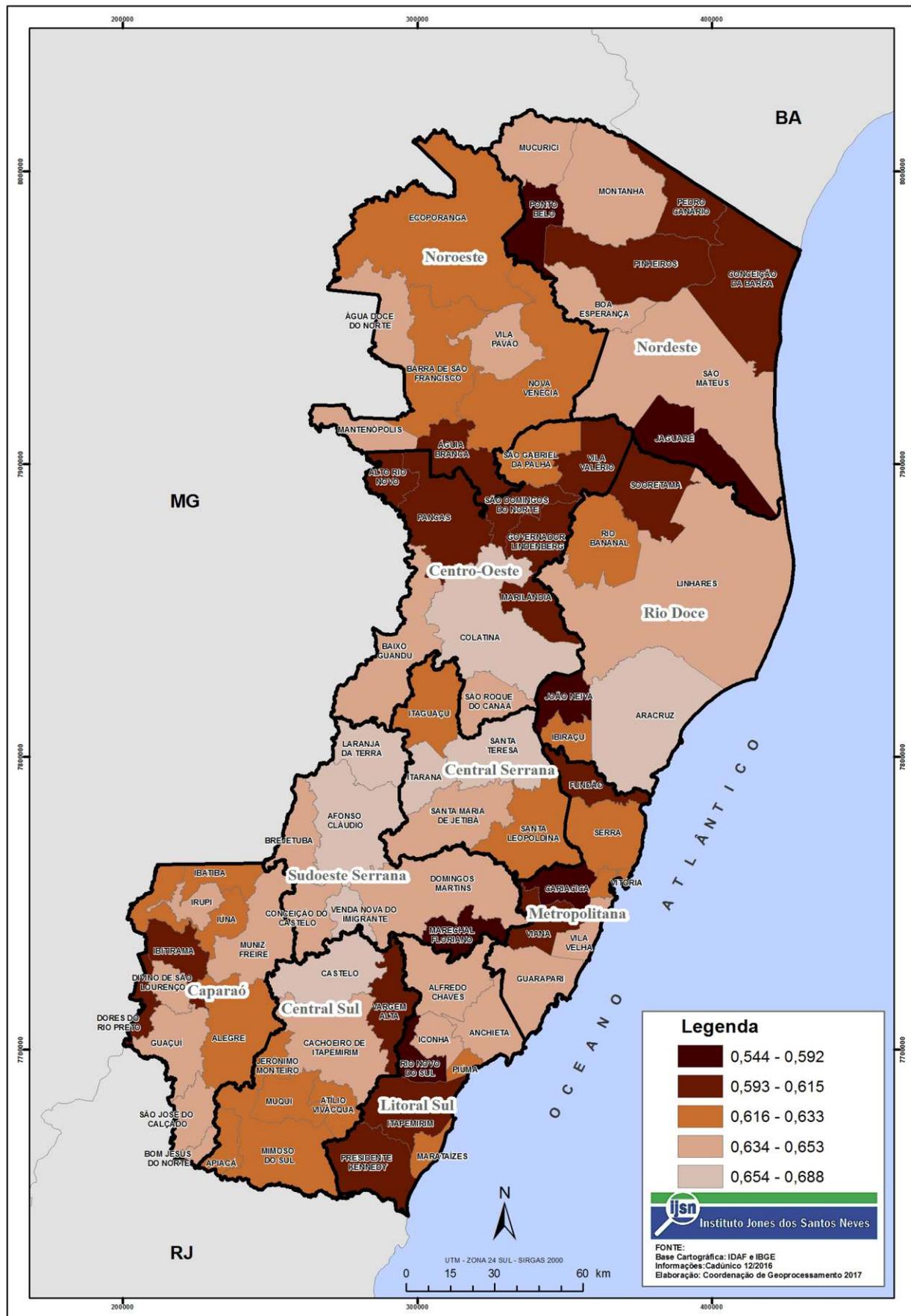
Mapa 24
Índice de desenvolvimento da família por município
2015

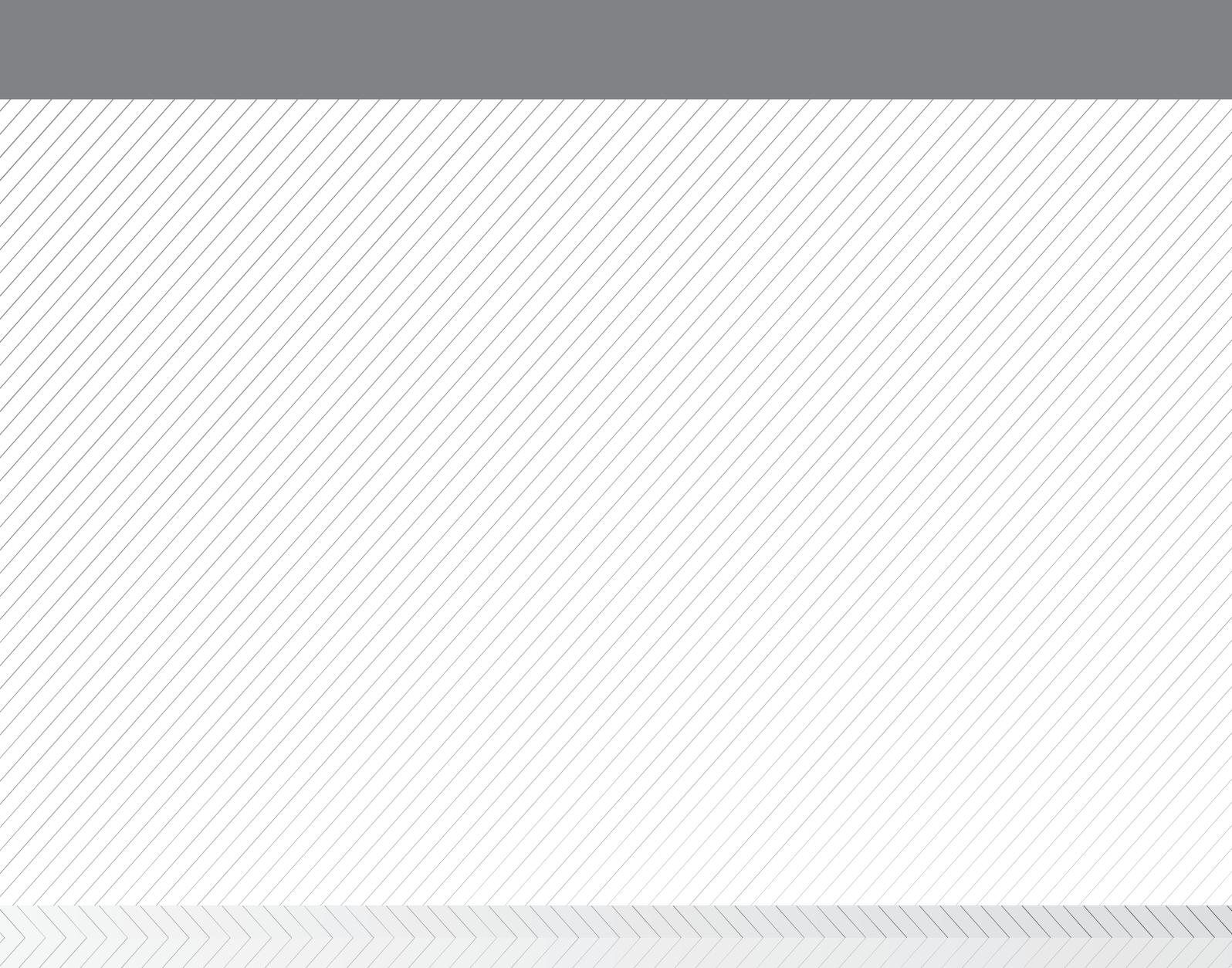


Mapa 25
IDF das famílias beneficiárias do bolsa família por município 2016



Mapa 26
IDF das famílias beneficiárias do bolsa capixaba por município 2016





Perfil da Pobreza no Espírito Santo:
Famílias Inscritas no CadÚnico 2016

ANEXOS

Anexo 01
 IDF – Dimensões 1

IDF/ Componentes/ subcomponentes/ indicadores	Definição dos indicadores
1 Ausência de vulnerabilidade	Media dos 7 subcomponentes
1 1 Crianças, adolescentes e jovens	Media dos 3 indicadores
1 1 1 Ausência de crianças	Ausência de crianças de 0 a 6 anos na família
1 1 2 Ausência de criança ou adolescente	Ausência de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos na família
1 1 3 Ausência de criança ou adolescente ou jovem	Ausência de Crianças, adolescentes e jovens de 0 a 17 anos na família
1 2 Portadores de deficiência e idosos	Média dos 3 indicadores
1 2 1 Ausência de portadores de deficiência	Ausência de portadores de deficiência na família
1 2 2 Ausência de idoso	Ausência de idosos de 65 anos e mais na família
1 2 3 Ausência de pessoas na família internada ou abrigada em hospital, em casa de saúde, asilo, orfanato ou estabelecimento similar	Ausência de pessoas na família internada ou abrigada em hospital, em casa de saúde, asilo, orfanato ou estabelecimento similar
1 3 Dependência econômica	Média dos 2 indicadores
1 3 1 Presença de cônjuge	Presença de cônjuge na família
1 3 2 Mais da metade dos membros encontra-se em idade ativa	Mais da metade dos membros da família encontra-se em idade ativa de 16 a 64 anos.
1 4 Presença de jovem ou adulto	Média dos 3 indicadores
1 4 1 Presença de pelo menos uma pessoa com 15 anos ou mais	Presença de pelo menos uma pessoa com 15 anos ou mais na família
1 4 2 Presença de pelo menos uma pessoa com 18 anos ou mais	Presença de pelo menos uma pessoa com 18 anos ou mais na família
1 4 3 Presença de pelo menos uma pessoa com 21 anos ou mais	Presença de pelo menos uma pessoa com 21 anos ou mais na família
1 5 Convivência familiar	Média dos 2 indicadores
1 5 1 Ausência de crianças com até 9 anos que não são filho ou enteado do responsável pela unidade familiar	Ausência de crianças com até 9 anos que não são filho ou enteado do responsável pela unidade familiar
1 5 2 Ausência de crianças de até 9 anos que seja "outro parente" ou "não parente"	Ausência de crianças de até 9 anos que seja "outro parente" ou "não parente" do responsável pela unidade familiar
1 6 Migração	Média dos 2 indicadores
1 6 1 Responsável pela família nasceu nesse município	Responsável pela família nasceu nesse município
1 6 2 Ausência de criança ou adolescente com até 14 anos que nasceu em outro município	Ausência de criança ou adolescente com de 0 a 14 anos que nasceu em outro município na família
1 7 Comunidades tradicionais	Igual ao indicador
1 7 1 Família que não é indígena nem quilombola	Família que não é indígena nem quilombola

continua

Anexo 01
IDF – Dimensões 2

IDF/ Componentes/ subcomponentes/ indicadores				Definição dos indicadores
2	Acesso ao conhecimento			Média dos 2 subcomponentes
2	1	Analfabetismo		Média dos 5 indicadores
2	1	1	Ausência de adultos analfabetos	Ausência de adultos com mais de 17 anos analfabetos na família
2	1	2	Ausência de adultos analfabetos funcionais	Ausência de adultos com mais de 17 anos analfabetos com menos de 4 anos de estudo na família
2	1	3	Presença de pelo menos um apessoa com 15 anos ou mais alfabetizada	Presença de pelo menos um apessoa com 15 anos ou mais alfabetizada na família
2	1	4	Presença de pelos menos uma pessoa com 15 anos ou mais que frequenta ou tenha frequentado a escola	Presença de pelos menos uma pessoa com 15 anos ou mais que frequenta ou tenha frequentado a escola na família
2	1	5	Presença de pelo menos uma pessoa com 15 anos ou mais alfabetizada, que frequenta ou tenha frequentado a escola	Presença de pelo menos uma pessoa com 15 anos ou mais alfabetizada, que frequenta ou tenha frequentado a escola na família
2	2	Escolaridade		Média dos 3 indicadores
2	2	1	Presença de pelo menos um adulto com fundamental completo	Presença de pelo menos um adulto com mais de 17 anos com ensino fundamental completo na família
2	2	2	Presença de pelo menos um adulto com secundário completo	Presença de pelo menos um adulto com mais de 17 anos com ensino médio completo na família
2	2	3	Presença de pelo menos um adulto com alguma educação superior	Presença de pelo menos um adulto de 17 anos ou mais com alguma educação superior na família
2	2	4	Presença de pelo menos um adulto com alguma educação superior	Presença de pelo menos um adulto de 17 anos ou mais com alguma educação superior na família

continua

Anexo 01
 IDF – Dimensões 3

IDF/ Componentes/ subcomponentes/ indicadores	Definição dos indicadores
3 Acesso ao trabalho	Média dos 3 subcomponentes
3 1 Disponibilidade de trabalho	Média dos 2 indicadores
3 1 1 Presença de pelo menos um membro em idade ativa	Presença de pelo menos um membro em idade ativa de 16 a 64 anos na família
3 1 2 Mais da metade dos membros em idade ativa encontra-se ocupados na semana anterior a pesquisa	Mais da metade dos membros em idade ativa de 16 a 64 anos encontra-se ocupados na semana anterior a pesquisa
3 2 Qualidade do posto de trabalho	Média dos 2 indicadores
3 2 1 Presença de pelo menos um ocupado no setor formal	Presença de pelo menos um ocupado no setor formal na família
3 2 2 Presença de pelo menos um ocupado em atividade não agrícola	Presença de pelo menos um ocupado em atividade não agrícola na família
3 3 Remuneração	Média dos 5 indicadores
3 3 1 Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 1 salário mínimo	Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 1 salário mínimo na família
3 3 2 Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 2 salários mínimos	Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 2 salários mínimos na família
3 3 3 Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 2 salários mínimos	Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 2 salários mínimos na família

continua

Anexo 01
 IDF – Dimensões 4

IDF/ Componentes/ subcomponentes/ indicadores	Definição dos indicadores
4 Disponibilidade de recursos	Média dos 4 subcomponentes
4 1 Existência de renda e despesas	Média dos 3 indicadores
4 1 1 Família tem alguma despesa mensal	Família com alguma despesa mensal
4 1 2 Família possui alguma renda, excluindo-se as transferências	Família que possui alguma renda, excluindo-se as transferências
4 1 3 Família possui alguma renda	Família que possui alguma renda
4 2 Extrema pobreza	Média dos 3 indicadores
4 2 1 Despesa familiar <i>per capita</i> superior a linha de extrema pobreza	Despesa familiar <i>per capita</i> superior a linha de extrema pobreza
4 2 2 Renda familiar <i>per capita</i> superior a linha de extrema pobreza	Renda familiar <i>per capita</i> superior a linha de extrema pobreza
4 2 3 Despesa com alimentos, higiene e limpeza superior a linha de extrema pobreza	Despesa com alimentos, higiene e limpeza superior a linha de extrema pobreza
4 3 Pobreza	Média dos 2 indicadores
4 3 1 Despesa familiar <i>per capita</i> superior a linha da pobreza	Despesa familiar <i>per capita</i> superior a linha da pobreza
4 3 2 Renda familiar <i>per capita</i> superior a linha da pobreza	Renda familiar <i>per capita</i> superior a linha da pobreza
4 4 Capacidade de geração de renda	Igual ao indicador
4 4 1 Maior parte da renda familiar não advém de transferências	Maior parte da renda familiar não advém de transferências

continua

Anexo 01
 IDF – Dimensões 5

IDF/ Componentes/ subcomponentes/ indicadores	Definição dos indicadores
5 Desenvolvimento infantil	Média dos 3 subcomponentes
5 1 Trabalho precoce	Média dos 3 indicadores
5 1 1 Ausência criança com menos de 12 anos trabalhando	Ausência de criança com menos de 12 anos trabalhando na família
5 1 2 Ausência de criança com menos de 14 anos trabalhando	Ausência de criança com menos de 14 anos trabalhando na família
5 1 3 Ausência criança ou adolescente com menos de 16 anos trabalhando	Ausência de criança com menos de 16 anos trabalhando na família
5 2 Acesso à escola	Média dos 3 indicadores
5 2 1 Ausência de criança de 4-6 anos fora da escola	Ausência de criança de 4-6 anos fora da escola na família
5 2 2 Ausência de criança de 7-14 anos fora da escola	Ausência de criança de 7-14 anos fora da escola na família
5 2 3 Ausência de pelo menos uma criança de 7-17 anos fora da escola	Ausência de pelo menos uma criança de 7-17 anos fora da escola na família
5 3 Progresso escolar	Média dos 2 indicadores
5 3 1 Ausência de criança com até 14 anos com mais de 2 anos de atraso	Ausência de criança com até 14 anos com mais de 2 anos de defasagem na família
5 3 2 Ausência de pelo menos um adolescente de 10 a 14 anos analfabeto	Ausência de pelo menos um adolescente de 10 a 14 anos analfabeto na família
5 3 3 Ausência de pelo menos um jovem de 15 a 27 anos analfabeto	Ausência de pelo menos um jovem de 15 a 27 anos analfabeto na família
5 3 4 Ausência de pelo menos um jovem de 15 a 27 anos analfabeto	Ausência de pelo menos um jovem de 15 a 27 anos analfabeto na família

continua

Anexo 01
IDF – Dimensões 6

IDF/ Componentes/ subcomponentes/ indicadores		Definição dos indicadores
6	Condições habitacionais	Média dos 8 subcomponentes
6 1	Propriedade do domicílio	Média dos 3 indicadores
6 1 1	Domicílio particular ou coletivo	Domicílio particular ou coletivo
6 1 2	Domicílio particular permanente ou improvisado	Domicílio particular permanente ou improvisado
6 1 3	Domicílio particular permanente	Domicílio particular permanente
6 2	Déficit habitacional	Igual ao indicador
6 2 1	Densidade de até 2 moradores por dormitório	Há até 2 moradores por cômodo servindo de dormitório no domicílio
6 3	Abrigabilidade	Igual ao indicador
6 3 1	Material de construção permanente	Domicílio com material de construção permanente
6 4	Acesso adequado à água	Média dos 2 indicadores
6 4 1	Acesso adequado à água de rede geral de distribuição	Domicílio tem abastecimento de água proveniente de rede geral de distribuição
6 4 2	Acesso adequado à água	Domicílio tem acesso adequado à água
6 5	Acesso adequado à esgotamento sanitário	Média dos 2 indicadores
6 5 1	Domicílio possui banheiro ou sanitário	Domicílio possui banheiro ou sanitário
6 5 2	Esgotamento sanitário adequado	Domicílio com esgotamento sanitário adequado
6 6	Acesso à coleta de lixo	Média dos 2 indicadores
6 6 1	Lixo coletado de forma direta	Lixo coletado de forma direta
6 6 2	Lixo coletado de forma direta ou indireta	Lixo coletado de forma direta ou indireta
6 7	Acesso a eletricidade	Média dos 2 indicadores
6 7 1	Acesso à eletricidade com medidor de uso	Domicílio com acesso à eletricidade com medidor de uso
6 7 2	Acesso à eletricidade	Domicílio com acesso à eletricidade
6 8	Pavimentação	Média dos 2 indicadores
6 8 1	Domicílio localizado em trecho de logradouro com caçamba/pavimentação total	Domicílio localizado em trecho de logradouro com caçamba/pavimentação total
6 8 2	Domicílio localizado em trecho de logradouro com caçamba/pavimentação total ou parcial	Domicílio localizado em trecho de logradouro com caçamba/pavimentação total ou parcial
6 8 3	Domicílio localizado em trecho de logradouro com caçamba/pavimentação total ou parcial	Domicílio localizado em trecho de logradouro com caçamba/pavimentação total ou parcial

Fonte: Estimativas produzidas com base no CadÚnico, 2016. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Anexo 02
População e número de pessoas cadastradas no CadÚnico por município

Município	Estimativa de população em 2016	População CadÚnico 2016, com cadastro atualizado nos últimos 3 anos	Percentual da população inscrita no CadÚnico
Afonso Cláudio	32.407	12.583	39%
Água Doce do Norte	11.958	7.723	65%
Águia Branca	10.075	4.741	47%
Alegre	32.175	10.177	32%
Alfredo Chaves	15.029	4.792	32%
Alto Rio Novo	7.979	4.793	60%
Anchieta	28.091	8.868	32%
Apiacá	7.928	3.875	49%
Aracruz	96.746	27.123	28%
Atilio Vivacqua	11.335	3.697	33%
Baixo Guandu	31.633	13.606	43%
Barra de São Francisco	44.946	18.634	41%
Boa Esperança	15.390	6.612	43%
Bom Jesus do Norte	10.215	3.033	30%
Brejetuba	12.797	5.715	45%
Cachoeiro de Itapemirim	210.325	38.439	18%
Cariacica	384.621	92.948	24%
Castelo	38.070	8.368	22%
Colatina	123.598	34.460	28%
Conceição da Barra	31.353	13.831	44%
Conceição do Castelo	12.856	4.457	35%
Divino de São Lourenço	4.630	2.258	49%
Domingos Martins	34.589	10.103	29%
Dores do Rio Preto	6.920	2.488	36%
Ecoporanga	24.243	11.238	46%
Fundão	20.376	5.205	26%
Governador Lindenberg	12.444	3.771	30%
Guaçuí	30.946	11.575	37%
Guarapari	121.506	29.894	25%
Ibatiba	25.567	7.996	31%
Ibiraçu	12.471	4.996	40%
Ibitirama	9.379	5.094	54%
Iconha	13.904	2.663	19%
Irupi	13.240	7.060	53%
Itaguaçu	14.822	6.793	46%
Itapemirim	34.585	15.629	45%
Itarana	11.259	4.074	36%
Lúna	29.743	11.443	38%

continua

Anexo 02
População e número de pessoas cadastradas no CadÚnico por município

Município	Estimativa de população em 2016	População CadÚnico 2016, com cadastro atualizado nos últimos 3 anos	Percentual da população inscrita no CadÚnico
Jaguaré	29.150	12.833	44%
Jerônimo Monteiro	11.957	4.512	38%
João Neiva	17.096	4.969	29%
Laranja da Terra	11.447	4.193	37%
Linhares	166.491	49.073	29%
Mantenópolis	15.272	7.792	51%
Marataízes	38.301	13.381	35%
Marechal Floriano	16.339	5.642	35%
Marilândia	12.479	5.378	43%
Mimoso do Sul	27.369	12.932	47%
Montanha	19.309	11.368	59%
Mucurici	5.873	3.914	67%
Muniz Freire	18.826	7.853	42%
Muqui	15.717	5.428	35%
Nova Venécia	50.647	17.925	35%
Pancas	23.559	9.350	40%
Pedro Canário	26.336	11.089	42%
Pinheiros	26.863	12.469	46%
Piúma	21.030	6.399	30%
Ponto Belo	7.826	4.600	59%
Presidente Kennedy	11.396	5.888	52%
Rio Bananal	19.321	7.838	41%
Rio Novo do Sul	12.070	2.494	21%
Santa Leopoldina	12.887	4.624	36%
Santa Maria de Jetibá	39.396	11.444	29%
Santa Teresa	23.882	7.140	30%
São Domingos do Norte	8.764	3.926	45%
São Gabriel da Palha	36.858	10.821	29%
São José do Calçado	11.024	4.838	44%
São Mateus	126.437	37.857	30%
São Roque do Canaã	12.483	3.306	26%
Serra	494.109	118.670	24%
Sooretama	28.509	12.770	45%
Vargem Alta	21.396	6.203	29%
Venda Nova do Imigrante	24.165	11.730	49%
Viana	75.652	22.459	30%
Vila Pavão	9.414	4.726	50%
Vila Valério	14.677	5.671	39%
Vila Velha	479.664	91.087	19%
Vitória	359.555	65.408	18%

Fonte: IBGE – Estimativas de população 2016; CadÚnico 12/2016.
 Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Anexo 03

Número de famílias, famílias com membros na primeira infância e crianças na Primeira infância, Espírito Santo e microrregião, 2016

Município	Número de Famílias	Crianças menores de 6 anos	Famílias com crianças menores de 6 anos
Afonso Cláudio	4.011	1.295	1.094
Água Doce do Norte	2.724	413	365
Águia Branca	1.500	768	646
Alegre	3.282	1.193	999
Alfredo Chaves	1.515	436	367
Alto Rio Novo	1.587	497	418
Anchieta	2.735	1.047	898
Apiacá	1.397	393	336
Aracruz	8.461	3.163	2.682
Atilio Vivacqua	1.147	376	300
Baixo Guandu	4.665	1.744	1.363
Barra de São Francisco	6.350	1.761	1.443
Boa Esperança	2.040	692	593
Bom Jesus do Norte	1.012	375	310
Brejetuba	1.588	544	441
Cachoeiro de Itapemirim	12.922	4.709	3.873
Cariacica	29.008	13.061	10.351
Castelo	2.622	841	710
Colatina	11.881	4.001	3.361
Conceição da Barra	4.427	1.485	1.195
Conceição do Castelo	1.371	517	434
Divino de São Lourenço	658	245	201
Domingos Martins	2.955	942	812
Dores do Rio Preto	798	253	207
Ecoporanga	3.893	1.048	893
Fundão	1.634	585	498
Governador Lindenberg	1.101	369	317
Guaçuí	3.566	1.467	1.185
Guarapari	10.171	3.568	2.947
Ibatiba	2.300	778	676
Ibiraçu	1.638	552	466
Ibitirama	1.461	640	543
Iconha	878	246	212
Irupi	2.164	854	742
Itaguaçu	2.262	635	557
Itapemirim	5.023	1.685	1.422
Itarana	1.259	321	280
Lúna	3.409	1.338	1.161

continua

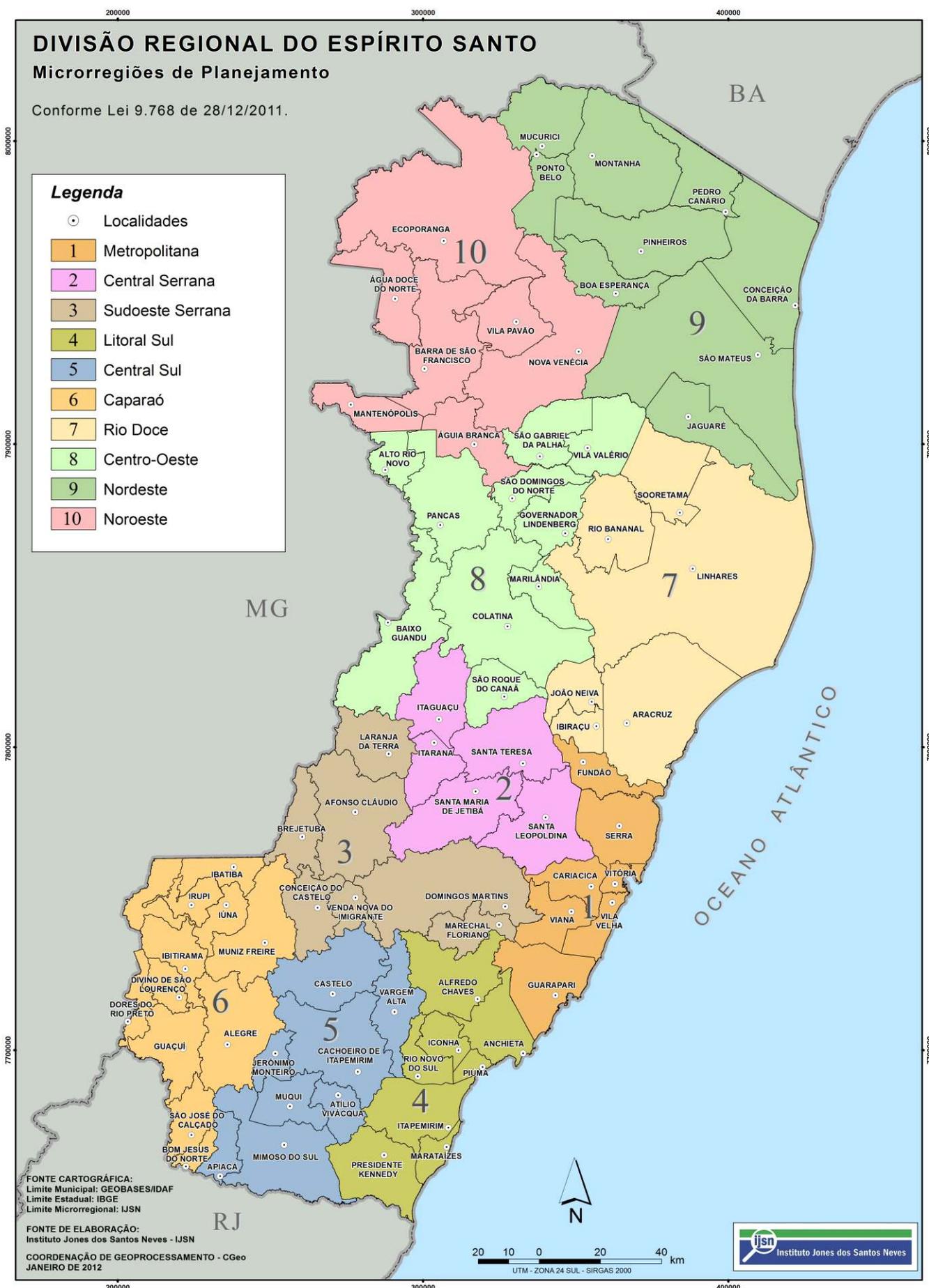
Anexo 03
Número de famílias, famílias com membros na primeira infância e crianças na Primeira infância, Espírito Santo e microrregião, 2016

Município	Número de Famílias	Crianças menores de 6 anos	Famílias com crianças menores de 6 anos
Jaguaré	3.980	1.644	1.390
Jerônimo Monteiro	1.483	540	449
João Neiva	1.740	475	413
Laranja da Terra	1.399	305	269
Linhares	16.316	5.742	4.752
Mantenedópolis	2.583	817	703
Marataízes	4.112	1.502	1.248
Marechal Floriano	1.822	647	520
Marilândia	1.761	448	388
Mimoso do Sul	4.674	1.166	1.012
Montanha	4.149	1.173	966
Mucurici	1.428	317	272
Muniz Freire	2.344	803	686
Muqui	1.789	584	486
Nova Venécia	5.919	1.748	1.521
Pancas	2.969	839	719
Pedro Canário	3.717	1.338	1.099
Pinheiros	4.253	1.423	1.172
Piúma	2.130	871	670
Ponto Belo	1.726	494	393
Presidente Kennedy	2.087	677	582
Rio Bananal	2.431	793	681
Rio Novo do Sul	761	330	267
Santa Leopoldina	1.436	507	420
Santa Maria de Jetibá	3.504	1.160	1.006
Santa Teresa	2.232	668	583
São Domingos do Norte	1.272	365	296
São Gabriel da Palha	3.621	1.104	921
São José do Calçado	1.529	504	409
São Mateus	12.094	3.827	3.230
São Roque do Canaã	1.153	294	263
Serra	39.544	16.243	13.351
Sooretama	4.206	1.650	1.298
Vargem Alta	1.850	677	566
Venda Nova do Imigrante	3.813	890	764
Viana	7.210	3.230	2.594
Vila Pavão	1.604	468	414
Vila Valério	1.713	512	435
Vila Velha	30.158	10.790	8.823
Vitória	21.577	9.450	7.563

Fonte: CadÚnico, Dezembro de 2016. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Anexo 04

Mapa 27 – Divisão Regional do Espírito Santo: Microrregiões de Planejamento





**GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO**
*Secretaria de Estado de
Economia e Planejamento*

